

CADERNOS

www.etm.com.br
Divisão de Acesso à Informação

DO TERCEIRO MUNDO

R\$ 6,00



240



VENEZUELA

REAÇÃO POPULAR
FRUSTRA GOLPE
ARMADO PELOS EUA

ORIENTE MÉDIO

ALASTRA-SE MEDO DE GUERRA

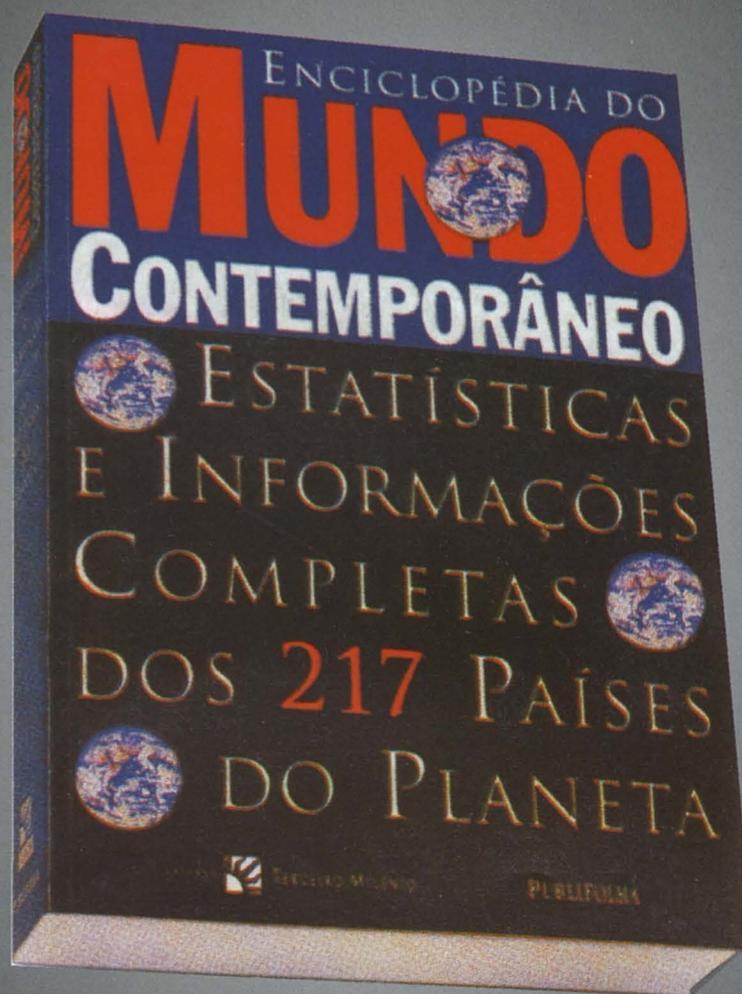
AGRESSÃO ISRAELENSE
FAZ CRESCER NO MUNDO
APOIO AO ESTADO PALESTINO

EXCLUSIVO
FERREIRA GULLAR

EM BREVE

ENCICLOPÉDIA DO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Nova edição revista e atualizada - 2002



PREÇO PREVISTO
R\$57,00

FAÇA SUA RESERVA:

Telefone: (21) 2221-7511

Fax: (21) 2252-8455

E-mail: assinaturas@etm.com.br

EDITORA



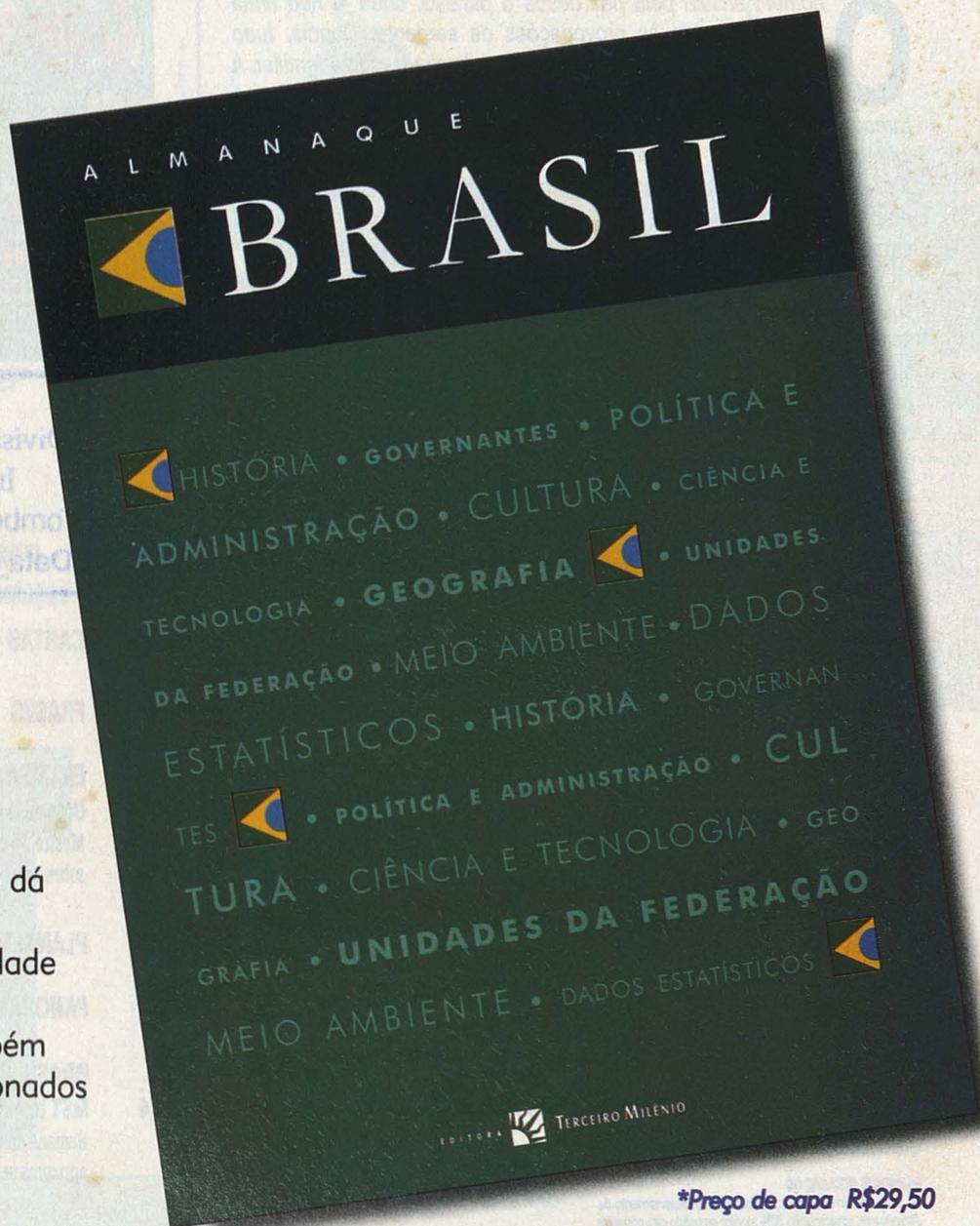
TERCEIRO MILÊNIO

ALMANAQUE BRASIL

Um livro de referência imprescindível e que constitui uma valiosa fonte de pesquisa sobre o país em seus múltiplos aspectos.

500 anos de História, Política, Economia, Cultura e Tecnologia, Meio Ambiente, Administração Pública, Educação, Saúde, Qualidade de Vida, População, Dados sobre Violência.

O Almanaque Brasil lhe dá ainda um completo panorama de cada unidade da Federação. Você se informará também através de textos selecionados de especialistas sobre assuntos brasileiros.



*Preço de capa R\$29,50



Faça seu pedido pela Internet ou pelo fax:

Fax: (21) 2252-8455 e-mail: etm@etm.com.br www.etm.com.br

Rua Conde de Lages, 44 - Grupo: 508 / 510 - CEP: 20241-080 - Lapa - Rio de Janeiro - RJ

Guerra e sadismo

O homem anseia pela paz desde o paraíso, onde já não tinha sossego devido às provocações da serpente. Depois, tudo piorou, e logo Caim matou Abel na primeira tragédia familiar. A guerra evoluiu tanto que se tornou uma arte, na qual alguns se tornaram exemplos de perfeição – seja pela eficiência em eliminar os inimigos, seja pelos métodos de submeter pela integração. Átila e Alexandre são essas duas faces da moeda guerreira. “Se queres a paz, prepara-te para a guerra”, filosofou, por sua vez, o pai da corrida armamentista, igualmente padroeiro da indústria bélica moderna.

A face Átila da atividade guerreira sempre predominou, a ponto de surgir a necessidade de se formarem códigos de honra que introduzissem limites de humanitarismo em seus objetivos destrutivos. Quem ultrapassa esses limites pode ser pendurado por uma corda, fuzilado ou pode escapar pelo suicídio, formas de punição que os chefes nazistas experimentaram, por exemplo. Exageraram no ânimo guerreiro e caíram no sadismo – matavam adversários por atacado, por asfixia a gás. Matavam e depois queimavam os corpos. Nenhum chefe nazista foi flagrado, porém, matando adversário por inanição e terror psicológico, como faz quem aprisiona famílias vivas sob os escombros da própria casa, impedindo-lhes a fuga e o salvamento, e acompanhando, hora a hora, dia após dia, que os gritos de socorro se façam cada vez mais fracos, cada vez mais raros – até o silêncio final de pais, mães e crianças. A meticulosa ação israelense no campo de refugiados palestinos de Jenin, na Cisjordânia, passa a integrar a história do sadismo na guerra.

Os editores

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

FUNDADOR: Neiva Moreira
DIRETORA: Beatriz Bissio
DIRETOR-ADJUNTO: Pablo Piacentini
EDITOR: Procópio Mineiro
CONSULTORES: Darcy Ribeiro (in memoriam) Henry Pease Garcia (Peru), Eduardo Galeano (Uruguaia) e Juan Somavia (Chile)

ASSINATURAS
Tel.: (21) 2221-7511 - Fax: (21) 2252-8455
E-mail: Assinaturas@etm.com.br
Pagamentos: Cheque nominal à Editora Terceiro Milênio e todos os cartões de crédito

NÚMEROS ATRASADOS
Ao preço do último exemplar. Solicitar envio ao Departamento de Assinaturas, acrescentando 30% ao valor do pedido para postagem ou adquiri-los diretamente na sede da Editora.

PUBLICIDADE
Gerente: Kleber Saboya
Rua Conde de Lages, 44 / 509 - CEP 20241-080 - Lapa - Rio de Janeiro - RJ - Tel.: (21) 2221-7511 - Fax: (21) 2252-8455
Correio Eletrônico: etm@etm.com.br
Rio de Janeiro/RJ: LJS Alves Representações
Rua Teófilo Otoni, 15 - sala 913 - CEP 20090-080 - Centro - Tel.: (21) 2283-1661
São Paulo/SP: J.R. Comunicação e Publicidade Ltda.

Publicação com informação e análise das realidades dos países emergentes

Rua Coronel Ferreira Leal, 201 - 1º andar - Jd Esmeralda - CEP 05589 - 090 - Fone/Fax: (11) 3735-4541 / 3731-5114
Correio eletrônico: janio_oliveira@uol.com.br
Belo Horizonte/MG: KSD Publicidade Ltda.
Rua Catete, 979 - sala 103 - Barraoca - CEP 30430-520 - Tel.: (31) 9618-7417
Fortaleza/CE: AJS Assessoria e Marketing Ltda.
Rua Guilherme Rocha, 218/503 - Centro - CEP 60030-140 - Tel.: (85) 226-7560/999-9924
Brasília/DF: JCZ Comunicações
SRTVS - Quadra 701 - Bloco C - sala 330 - Centro Empresarial - Brasília - CEP 70340-907 - Tel.: (61) 3222034
Porto Alegre/RS: RS Mídia
Rua Lloyd de Andrade Polidoro, 15 - Aberta dos Morros - CEP 91751-620 - Tel.: (51) 248-3514

DISTRIBUIÇÃO/BRASIL
Fernando Chinaglia - Tel.: (21) 3879-7766
VENDA NO URUGUAIA: Kiosko Salvador
Av. 18 de Julio y Paraguay - tel: 901-5459
FOTOS: Agence France Presse (AFP), Agência Brasil e Centro de Documentação (Cedoc).
PUBLICAÇÕES DA EDITORA TERCEIRO MILÊNIO
Cadernos do Terceiro Mundo (temas políticos e sociais); Ecologia e Desenvolvimento (assuntos ambientais); Revista do Mercosul (informação do bloco econômico); Almanaque Brasil e Enciclopédia do Mundo Contemporâneo (obras de referência)

Impressa em **Impressores de América**

EDITORIA  **TERCEIRO MILÊNIO**

Rua Conde de Lages, 44 - Grupos: 508/510 - CEP 20241-080 - Lapa - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel.: (21) 2221-7511 - Fax: (21) 2252-8455
E-mail: etm@etm.com.br - Internet: http://www.etm.com.br

Filiada à **ANER**

Sumário

Abril 2002 • Nº 240 • Ano XXVI
ISSN 0101-7993



Foto de capa: AFP

APERJ
Divisão de Acesso à
Informação
Tombo nº Bib 455
Data 10/05/2013

BIBLIOTECA

- 4 **CARTAS**
- 6 **FRASES**
- 7 **ENTREVISTA**
Uma vida inteira dedicada à arte
Mestre da poesia, Ferreira Gullar faz oportunas reflexões sobre o trabalho intelectual e a realidade brasileira
- 10 **PLANALTO**
- 12 **PANORAMA NACIONAL**
- 14 **BRASIL/CULTURA**
MST também é cultura
Semana da Cultura Brasileira e da Reforma Agrária aproxima sem-terras ao meio acadêmico
- 18 **BRASIL/HISTÓRIA**
Araguaia: uma luta esquecida
A Guerrilha do Araguaia guarda segredos acobertados pelo Estado
- 21 **BRASIL/DIREITOS HUMANOS**
Prêmio à resistência
Medalha Chico Mendes homenageia destaques em direitos humanos

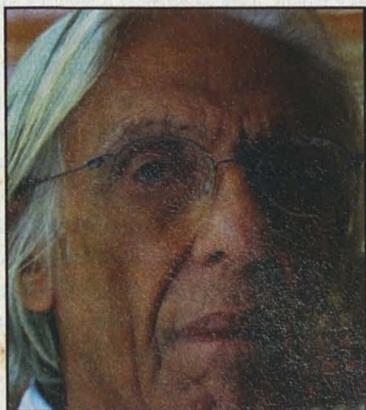
Temor de guerra se generaliza no Oriente Médio

A passividade da Comunidade Internacional, em particular dos Estados Unidos, diante do drama palestino, está se transformando num estopim que estimula as massas desesperançadas a reagir, exigindo dos seus governos um basta a Israel



CAPA 36

- 53 Apolo brasileiro
- 54 Em torno de tudo, o petróleo
- 56 Economia palestina em colapso



7

BRASIL/INDIGENISMO

- 22 Índios reclamam e querem direitos respeitados
Tuxauas assinalam a grande contribuição tribal ao Brasil e se queixam da implantação de unidades militares em reservas

24 ECONOMIA

28 LIVROS

30 PANORAMA INTERNACIONAL

35 GENTE

AMÉRICA LATINA/VENEZUELA

- 58 Povo resiste ao golpe
A contundente reação popular deitou por terra a tentativa de golpe tramada pela oligarquia local e o império norte-americano

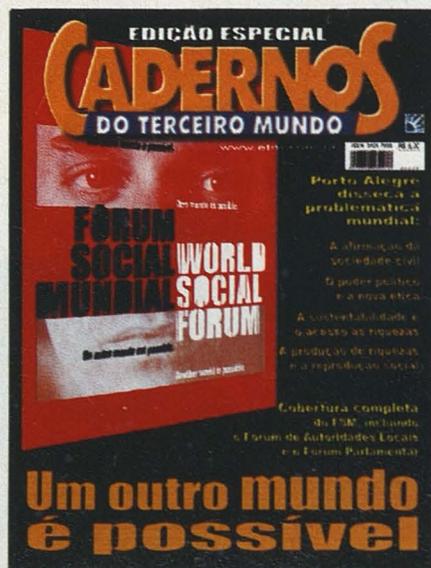
ÁFRICA/ANGOLA

- 62 Cessar-fogo abre nova etapa
Com a morte de Jonas Savimbi, a mais longa guerra civil do continente africano pode estar realmente no fim



58

Cartas



Edição especial sobre o Fórum Social Mundial

Parabéns pela melhor e mais bonita cobertura do Fórum de Porto Alegre.

Emir Sader
Via correio eletrônico

Simplesmente extraordinária a edição 239 de **cadernos do terceiro mundo**. Recebi-a no momento em que me dirigia para mais um curso (sou consultor em Educação). Devorei a revista nas quatro horas de viagem e fiz, mais uma vez, a maior propaganda. Tenho proposto a diversos diretores das escolas onde tenho atuado a aquisição da assinatura à biblioteca local. Ainda sugiro que os professores se reúnam em grupo de quatro e

façam a assinatura, mas não deixem de ler esta revista. Estou muito sensibilizado com o trabalho de vocês todos. Parabéns! Ao apresentar a revista em mais um dos nossos cursos, comentava que esta não traz propagandas, apenas textos e muito conteúdo atualizado sobre a realidade vivida no Terceiro Mundo. Como nas regiões do interior da Bahia somos muito pobres, é provável que vocês recebam algumas cartas para assinatura. Tem regiões que nem o celular funciona. Indago: é possível solicitar dados, ou fontes, quando citadas em algumas matérias? Mais uma vez, sucesso!

Washington Bacelar
Via correio eletrônico

função social da terra determinada pela nossa Constituição. Logo, para que essa campanha cumpra com os seus objetivos mais plenos, é necessário que ela se estenda aos demais setores da sociedade organizada e, sobretudo, ao povo, além, é claro, dos segmentos que, por uma questão de origem e identidade, já se acham determinados a se incorporarem a sua implementação.

Grupo Executivo da Campanha pelo Limite Máximo da Propriedade da Terra
Via correio eletrônico

Carta Unicamp

Os integrantes das mesas de trabalho do Simpósio "Segurança pública – desafio nacional e regional", e o público presente, apelam para que as autoridades governamentais em todos os níveis trabalhem para que uma convivência solidária e fraterna entre os brasileiros seja alcançada.

Para tanto, recomendamos as seguintes medidas de correção para serem consideradas: 1) correção das políticas no campo da Educação, investindo cada vez mais nos valores éticos e morais, além de estender o direito à educação para todos; 2) corrigir os rumos da economia buscando o desenvolvimento sustentável, inclusive como meio para enfrentar os problemas oriundos da exclusão social; 3) a democratização dos meios de comunicação e a busca de desempenho mais ético entre seus profissionais para que estes, de fato, exerçam a função social que o país deseja; 4) chamar a sociedade civil para que ela participe mais efetivamente nos processos de análise e busca de soluções para que a segurança urbana seja alcançada dentro dos parâmetros democráticos e humanísticos; 5) que as universidades se envolvam através de seus acadêmicos e pesquisadores cada vez mais para que estes ofereçam, com seus conhecimentos, soluções e planos que levem à segurança urbana; 6) que as autoridades governamentais, em todos os níveis, invistam na criação do policiamento comunitário, na valorização do policial cidadão e na sua atuação profissional.

Coordenadoria de Relações Institucionais e Internacionais (Cori) – Unicamp
Campinas - SP

'Cadernos'

Sou estudante, tenho 20 anos e gostaria de parabenizar a Editora Terceiro Milênio por esta excelente revista.

Cadernos do terceiro mundo trata de temas atuais que revelam a realidade brasileira e mundial de forma clara e sem privilegiar nenhuma classe socioeconômica. **Cadernos** torna-se a única fonte informativa que descreve a perversidade dos governos capitalistas que dirigem o mundo.

Parabenizo, acima de tudo, a coragem de procurar alternativas para a melhoria social. Embora tenha descoberto esta publicação há pouco tempo, sou leitor assíduo.

Filipe Panta Flores
Rio Pardo – RS

Limites rurais

A campanha pelo limite da propriedade da terra extrapola em muito o propósito da coleta de assinaturas para aprovação de um Projeto de Emenda Constitucional, que objetiva apenas estabelecer a propriedade máxima a que teria direito cada cidadão no país. O "Repartir a terra para multiplicar o pão" importaria, para além das alterações de natureza legal, uma verdadeira transformação das nossas escalas de valor, em termos culturais e políticos, direcionada para a construção de uma nova ordem social, econômica e, porque não dizer, ecológica.

O estabelecimento da unidade máxima de área por pessoa física ou jurídica significa também a ruptura com o atual regime de propriedade, de essência predatória e altamente concentrador de poderes e renda, fato que contraria a

Apoio ao MST

Sem entrar no mérito das formas de luta dos trabalhadores rurais, as quais devem ser decididas unicamente pelos próprios trabalhadores e suas organizações, não podemos aceitar, em hipótese alguma, a humilhação a que eles foram submetidos no caso da reintegração de posse da fazenda dos filhos do presidente, da República em Buritis (MG).

É lamentável abrir os jornais e ver estendidos no chão, no meio da lama, tratados praticamente como animais, um grupo de trabalhadores algemados e indefesos. Que querem esses trabalhadores? Apenas alertar as autoridades brasileiras para o drama de suas famílias, que há anos reivindicam um pedaço de terra para trabalhar e dar de comer aos próprios filhos! Quais seus sonhos? Apenas ver realizada uma reforma agrária e agrícola real e efetiva neste país, que democratize a propriedade fundiária, hoje tão concentrada em poucas mãos! Onde pretendem chegar? Apenas buscam um lugar onde possam ter pão e trabalho, teto e paz.

O que vimos pelos meios de comunicação são imagens inaceitáveis numa sociedade que se diz democrática. Imagens que atentam contra os direitos mais elementares da dignidade humana. O não cumprimento da palavra por parte dos negociadores em questão, de um lado, e a truculência das forças policiais, de outro, mancham uma vez mais os ideais mais caros da ética e do respeito ao ser humano.

Que coincidência tudo isso ter ocorrido em plena Semana Santa! É como se o próprio Jesus Cristo estivesse sendo novamente crucificado na cruz da exclusão social e da miséria!

E pensar que, enquanto isso, corruptos renomados e reincidentes, reconhecidos de toda nação, não só permanecem impunes e soltos, mas ainda gozam da proteção dos poderes públicos e até, em alguns casos, se apresentam como candidatos a cargos de suma importância! E que dizer, então, da impunidade de que continuam gozando os mandantes de tantos assassinatos de trabalhadores no campo.

Até quando teremos de assistir, indignados e perplexos, à perseguição, prisão, humilhação e até morte de pais de família que só querem trabalhar e viver, enquanto aqueles que

concentram terra, riqueza e poder têm seus privilégios intocáveis desde os primórdios de nossa história? Fica aqui nosso protesto e nosso grito contra tanta injustiça. E fica também nosso apoio à luta dos trabalhadores rurais sem terra, bem como às organizações que os acompanham e que são por eles reconhecidas, tais como o MST, a CPT, o MAB e o MPA. Apesar de tudo, a luta continua! A cruz termina na ressurreição e na vida plena e eterna.

Pastoral Social da CNBB
Brasília - DF

Terra sem males

Dois dias após a abertura da Campanha da Fraternidade 2002, cujo tema é "Fraternidade e povos indígenas", sob o lema "Por uma terra sem males", fazendeiros da região de Pau-Brasil, Camacã e Itajú do Colônia se reuniram na cidade de Pau-Brasil com o intuito de promover e incentivar atos de violência contra a comunidade indígena pataxó há-hã-hãe.

Os fazendeiros reuniram-se no Sindicato Rural de Pau-Brasil para planejar ações que possam violentar aquele povo. Inconformados com as manifestações de apoio que estão recebendo, as comunidades indígenas da região (pataxó há-hã-hãe e tupinambá de Olivença), alguns fazendeiros decidiram "tomar providências" por conta própria contra a comunidade pataxó há-hã-hãe. Segundo informações, a intenção é contratar pistoleiros para a imediata retirada dos índios das áreas retomadas.

O presidente do Sindicato Rural de Pau-Brasil, Miguel Arcanjo, está orientando que os ruralistas não recebam os valores das indenizações pagas pela Funai pelas benfeitorias localizadas nas propriedades retomadas pelos pataxó há-hã-hãe que se encontra dentro da Terra Indígena Caramuru Catarina Paraguassu. Arcanjo argumenta que o valor pago pela Funai é insignificante e que eles vão "tirar os índios a bala".

Como lembra a reflexão da Campanha da Fraternidade deste ano: "Precisamos fortalecer toda iniciativa que visa à transformação das relações de injustiça e opressão estruturadas e impostas à sociedade. Com isso, pouco a pouco romperemos com a dominação colonialista

e consolidaremos um projeto de mundo em que haja terra para todos, trabalho e remuneração justa, onde negros, índios, ciganos, migrantes tenham seu lugar assegurado."

Conselho Indigenista Missionário
Cimi - Regional Leste
Via correio eletrônico

Semear a paz

Nesse momento em que toda a mídia mundial mostra imagens chocantes e depoimentos detalhados (uns verdadeiros, outros falsos) sobre a guerra no Oriente Médio, prefiro tratar hoje da paz. Conclamo a paz, para lembrar que ela não é simplesmente a ausência de luta ou guerra, mas um estado mental, tanto da coletividade, como do indivíduo. Paz não é armistício entre nações ou grupos, para manterem seus interesses, mas a miscigenação espontânea das raças, a integração efetiva dos povos.

Nesse sentido, o Brasil é um exemplo para o mundo. Paz não é apenas a abertura ou ampliação de canais para os negócios, mas a fraternidade humana autêntica. Não é apenas a globalização dos mercados, com concentração de riquezas, mas a distribuição equitativa de bens e oportunidades e a redução crescente da pobreza. Paz é solidariedade entre todos os homens.

Paz não é a expectativa ingênua da cessação de lutas e agressões, mas o esforço sincero e constante em prol da liberdade, da justiça e do respeito. Respeito às pessoas, a todos os seres, ao meio ambiente.

Talvez o conceito da paz não seja matematicamente possível, mas há alta probabilidade de que a somatória da paz individual seja o resultado da paz coletiva. Deduz-se, portanto, que a paz não deve estar somente lá fora, mas em nós mesmos. Humana e biologicamente, poder-se-ia afirmar que a paz é uma semente. Nesse sentido, é preciso lembrar que a messe é grande e difícil de ser trabalhada, mas, para trocar os campos de guerra por campos de paz, é preciso semear a paz. Semeemos!

Geraldo Mendes dos Santos
Via correio eletrônico

O que eles dizem...

“O PT tem uma chance de ganhar como nunca, mas está faltando a definição clara de para quê seremos governo”

Cristovam Buarque, ex-governador de Brasília, em entrevista a *Carta Capital*

“A verticalização foi feita contra a minha candidatura. O governo não tem medo do Lula nem do Ciro. A candidatura que FHC teme é a do Garotinho”

Anthony Garotinho (PSB), reclamando da confirmação da uniformização das coligações pelo STF

“Finalmente, regras para as eleições deste ano. A decisão consolida a Frente Trabalhista, que, na sua origem, deliberou por repetir nos Estados sua matriz nacional”

Ciro Gomes (PPS/PTB/PDT) sobre a decisão do STF

“Estou ansioso para discutir os problemas brasileiros e não os de Brasília”

José Serra (PSDB), considerado o grande beneficiário da decisão

“O que vai acontecer é uma certa hipocrisia. Vai haver candidatos-laranja e alianças brancas nos estados”

Luís Inácio Lula da Silva (PT), que se sentiu prejudicado pela verticalização das coligações

“Devemos abrir mão de um candidato a presidente para ter uma grande força no Congresso”

Inocêncio Oliveira, líder do PFL

“O vencedor de hoje converte-se no vencido de amanhã. As feridas morais levam mais tempo para cicatrizar que as físicas. Quanto mais violentamente um povo for derrotado e humilhado, maior sua propensão à vingança”

Declaração em favor da paz no Oriente Médio, divulgada pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, em sua 40ª reunião

“Apelamos também à ONU e aos dirigentes dos países de maior ascendência mundial, para que urjam o cumprimento das resoluções da ONU, parem de fornecer armas e se empenhem pelo fim da guerra. Apelamos, ainda, aos dirigentes espirituais de todo o mundo que desautorizem o uso da religião como legitimação da violência”

Idem

“Sharon é um homem de paz”

George W. Bush, presidente dos Estados Unidos

“Bush apóia o terrorismo de Estado ao classificar Sharon como homem de paz”

Saeb Erekat, negociador palestino

“Horrores que superam o entendimento humano. Está tudo destruído, é como se tivesse acontecido um terremoto. É inaceitável”

Terje Roed-Larsen, representante da ONU, depois de percorrer o campo de refugiados palestinos de Jenin, na Cisjordânia, depois do meticuloso massacre promovido por Israel

“O senhor está contra o povo, aplicando políticas que já fracassaram e que prejudicam a sociedade. Insiste em aplicar receitas de um sistema perverso que gera violência estrutural e social. É meu dever adverti-lo”

Adolfo Pérez Esquivel, Nobel da Paz, em carta aberta ao presidente Eduardo Duhalde

“Denunciamos a posição assumida por diversos órgãos de comunicação membros do Bloco de Imprensa Venezuelana e das Câmaras Venezuelanas de Rádio e Televisão, os quais se transformaram numa espécie de partido político de oposição ao governo do presidente Hugo Chávez Frias. A posição desses órgãos se expressa pelo conteúdo tendencioso, manipulado e distorcido das informações”

Manifesto de jornalistas venezuelanos, divulgado em 10 de dezembro de 2001

“Nós não desencorajamos as pessoas. Nós enviamos sinais sutis, informais, de que não gostávamos daquele sujeito”

Assessor do Pentágono, reconhecendo a participação norte-americana no golpe contra o presidente Hugo Chávez, da Venezuela, mas tentando minimizar a cumplicidade

“A embaixada dos Estados Unidos em Caracas sabia da conspiração contra Chávez desde o mês de fevereiro. Os dirigentes golpistas iam com frequência à embaixada em busca de conselhos e para saber qual a posição do governo norte-americano sobre a ação a executar”

Relato da revista norte-americana Newsweek sobre o envolvimento da Casa Branca no golpe

Uma vida inteira dedicada à arte

Mestre da poesia, inteiriço em seus posicionamentos sociais, Ferreira Gullar faz oportunas reflexões sobre o trabalho intelectual e a realidade brasileira e critica o chamado pós-modernismo

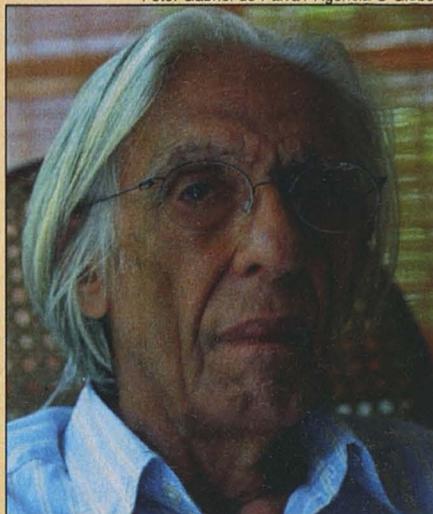
Carlos Silva Miranda

CONSIDERADO PELA CRÍTICA O MAIS IMPORTANTE POETA BRASILEIRO VIVO, o maranhense José Ribamar Ferreira da Silva, Ferreira Gullar, aos 71 anos, recebe homenagens no Brasil e no exterior. Em São Luís, sua cidade natal, permanece em exibição uma exposição sobre sua obra. Carioca honorário, como se autodefine, Gullar ganhou do jornalista George Moura o livro *Ferreira Gullar, entre o espanto e o poema*, da série "Perfis do Rio" (co-edição da Secretaria Municipal de Cultura, Rioarte e Relume Dumará) para comemorar os 50 anos da chegada do poeta à cidade.

A peça *Se correr o bicho pega, se ficar o bicho come*, parceria dele com Oduvaldo Vianna Filho, o Vianninha, está em cartaz no Rio. A cantora Adriana Calcanhoto está musicando poemas de seu livro *Um gato chamado Gatinho*, para crianças. O cineasta Roberto Viana filma um documentário retratando a vida do poeta, com gravações em São Luís, Rio, Moscou, Lima, Santiago do Chile e Buenos Aires. Nas quatro últimas cidades, Gullar viveu o seu exílio político, na década de 70. Além disso, estão programados lançamentos de suas obras completas em Portugal, na Holanda e na Suécia.

As homenagens são o reconhecimento de sua importância para a literatura e a vida política e cultural do país, nos últimos 50 anos. Ele foi presidente do Centro de Cultura Popular (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE) e articulador, ao lado de Vianninha, Thereza Aragão, Paulo Pontes, Leon Hirzman, do grupo Opinião, importantes núcleos de resistência cultural ao regime militar instalado no país em 1964.

Foto: Gabriel de Paiva / Agência O Globo



Ferreira Gullar: 'A televisão é um meio bastante restritivo da criatividade'

Participou também do movimento Concretista com os irmãos Haroldo e Augusto de Campos, e Décio Pignatari, em São Paulo, e, após romper com o grupo, criou com artistas cariocas o Neoconcretismo, que influenciou desde as artes plásticas até a literatura brasileira. No acervo da criação de Gullar estão obras de importância fundamental para a cultura brasileira, como *A luta corporal*, *Dentro da noite veloz*, *Na vertigem do dia*, *Barulhos*, *Muitas vezes* e *Poema sujo*, livro considerado, por muitos críticos, uma das obras-primas surgidas na literatura brasileira e mundial nas últimas décadas.

Como você se sente, ao completar 71 anos, sendo tão homenageado e com o título de "maior poeta brasileiro vivo"?

FERREIRA GULLAR - Essa coisa de melhor poeta é opinião de algumas pessoas, não é unânime. É evidente que fico contente que tenham meu trabalho em tão alta

conta. Mas sei que são apenas opiniões. Os adjetivos, comentários sobre mim e o livro *Perfil*, entendo-os como coisa natural, consequência de todo trabalho que realizei. Estou com 71 anos e metido com isso desde os 17 anos. É o produto de uma entrega de vida inteira à poesia, à arte.

Além de poeta, você é dramaturgo, ensaísta, trabalhou em rádio, televisão. Como conseguiu lidar com linguagens tão diferentes?

FG - Eu tenho uma certa facilidade de me ajustar às coisas. Acredito no trabalho e no aprendizado. Evidentemente, minha produção não tem a mesma qualidade nesses diferentes meios. Grande parte do que fiz foi para ganhar a vida, porque a poesia não dá camisa a ninguém. Se eu fosse viver de poesia, tinha morrido de fome.

Sempre tive uma enorme paixão pelas artes plásticas, por isso mesmo estudei a teoria e a história da arte, procurei conhecer o máximo e produzir sobre o assunto. Ao teatro, fui levado pela militância política, a partir de meu envolvimento com o CPC.

Escrever dramaturgia para a televisão, com o Dias Gomes, foi compensador?

FG - Meu trabalho na televisão foi uma aplicação do meu exercício anterior da dramaturgia. Algumas coisas me deram prazer, a maioria não. A televisão é um meio bastante restritivo da criatividade, por sua natureza, pelo caráter altamente comercial dela, pelo objetivo de só produzir entretenimento. A velocidade, o pragmatismo com que tudo é feito não impedem, mas afetam a qualidade. Dias Gomes realizou coisas excelentes, mas, mesmo ele, um mestre e um talento indiscutível para tele-

dramaturgia, enfrentou dificuldades. A televisão pede para você fazer 30 capítulos de uma coisa que só dá cinco. Você tem que trair, violar as leis da dramaturgia.

Por que você decidiu vir para o Rio?

FG - Eu tinha 20 anos, estava sufocado, tinha necessidade de participar da vida moderna, me sentia marginalizado, fora do mundo. Tinha curiosidade pela pintura, pela literatura, pela poesia, pelo teatro e lá não acontecia nada. Livro era uma dificuldade. Pintura, então, que era a minha paixão, não existia. Os pintores de lá, coitados, faziam um esforço enorme para criar, para tomar conhecimento do que era a própria pintura.

Você rompeu com o parnasianismo e veio namorar o modernismo no Rio?

FG - Não. Aprendi a fazer poesia como parnasiano, mas lá mesmo em São Luís, ao tomar conhecimento da poesia moderna, entendi que não era o caminho e passei a estudar e fazer poesia moderna. E fui a uma escala tal de exigência e de busca, que em pouco tempo estava arrebatando a linguagem, fazendo uma poesia que voltava a ser anacrônica em relação à poesia brasileira que se fazia então.

Como assim?

FG - Nesse momento, a poesia moderna, que era a da geração de 45, tinha se transformado em poesia clássica, acadêmica, voltada ao soneto, à rima. Quando a poesia brasileira era irreverente, eu estava fazendo poesia parnasiana e quando me tornei irreverente, a poesia brasileira vi-

rou parnasiana. Drummond, Jorge e Lima, Murilo Mendes, Vinícius passaram a fazer sonetos. João Cabral de Melo Neto, figura mais importante de 45, é 100% formalista. Ou seja, uma poesia totalmente diferente da do meu livro *Luta corporal*, publicado em 1954, que é um livro totalmente explosivo.

Qual a importância do Suplemento literário do Jornal do Brasil, naquele momento, para a cultura brasileira e como você vê os suplementos nos jornais de hoje?

FG - O suplemento do JB, entre 57 e 60, era porta-voz da nova poesia brasileira, dos movimentos Concreto, Neoconcreto, foi antecipador de uma série de tendências da arte contemporânea. Aglutinava pessoas como Leon Hirzman, Glauber Rocha, Joaquim Pedro. Ele deflagrou a renovação do *Jornal do Brasil*, que até aquele momento era um jornal de anúncio classificados. Reynaldo Jardim chamou o Odilo Costa Filho para transformar o jornal num jornal moderno, inspirado no que havia acontecido no suplemento. A experiência gráfica influiu sobre outros jornais e revistas do país pela audácia da paginação feita pelo Amílcar de Castro. Os suplementos de cultura melhoraram muito, hoje. Há quinze anos, eram poucos e haviam se transformado em meros veículos das editoras e dos *best-sellers* internacionais. Lembro do Darcy Ribeiro reclamando que um de seus livros não conseguira ter a cobertura dos suplementos literários. Era completamente absurdo, pois Darcy foi um intelectual de importância decisiva na vida cultural brasileira.

Qual a importância do CPC para a cultura brasileira antes e pós-64?

FG - O CPC é uma coisa datada, tinha dentro dele um grande equívoco: a subestimação da qualidade cultural em função da pregação política. Estávamos mais preocupados em conscientizar politicamente as pessoas do que fazer teatro, poesia, arte. Queríamos explicar o que era o imperialismo, o latifúndio, a exploração capitalista. A qualidade literária, teatral e mesmo cinematográfica era baixa. Tomamos consciência disso e começávamos a mudar o rumo das coisas, quando veio o golpe militar de 1964. No grupo Opinião, que foi a continuação do CPC sob certo aspecto, a coisa mudou de caráter e passamos a fazer teatro de melhor qualidade. Entendemos que devíamos discutir politicamente as questões brasileiras, mas sem abrir mão da qualidade. O CPC, mesmo com esses limites, estimulou o cinema, a música popular, o teatro a se voltarem para a realidade brasileira.

Haveria possibilidade de se recriar o CPC hoje?

FG - O CPC foi produto de uma circunstância histórica determinada. Dois fatores fazem com que seja impossível repetir aquela experiência. Primeiro as circunstâncias históricas. Nós estávamos num momento em que o Brasil redescobria seus problemas sociais e se dispunha a resolvê-los. A reforma agrária, a exploração do trabalhador, a dependência econômica externa, etc. As reformas de base eram propostas pelo governo de Jango e o movimento popular. Houve o golpe de 64, uma ditadura, e a desarticulação das forças de esquerda. Depois veio a ruína do sistema socialista, da União Soviética. Outro dado é que para haver CPC tem que existir Vianninha, Thereza Aragão, Leon Hirzman, Paulo Pontes, pessoas apaixonadas e capazes de realizarem coisas. Para existir o cubismo não basta ter havido o problema da arte pictórica que precisava de solução, tinha que existir Picasso e Braker.

**Imaginar que o ser humano
vai se deixar manobrar até chegar
à sua anulação total
ou ao extermínio, não existe**

Você, juntamente com Augusto e Haroldo de Campos e Décio Pignatari, é fundador do movimento de poesia concreta brasileiro, mas rompeu com o grupo. Por quê?

FG - O Suplemento Dominical do JB, dirigido pelo Reynaldo Jardim e por mim era, conseqüentemente, centro de difusão do movimento Concretista. Quando rompemos, não os proibimos de publicar artigos contra nós, teorias que discordávamos. Haroldo, Augusto de Campos, Décio Pignatari eram muito sectários, intolerantes, excludentes e se retiraram a certa altura. Em 1959, fizemos uma exposição neoconcreta. Lygia Clark, Amílcar de Castro, Aloysio Carvão e Lígia Papi me pediram e eu escrevi o *Manifesto Neoconcreto*. Mudamos o nome do movimento, porque o que estávamos fazendo não tinha mais nada a ver com eles.

Batizamos de Neoconcreto para mostrar a raiz verdadeira de nosso projeto, pois ele nasceu do Concretismo. Foi uma proposta cultural muito criativa e, com o passar do tempo, não tinha nada mais a ver com aquele formalismo dos concretistas, com o racionalismo estreito, teorizante, aquela coisa de a teoria anteceder o trabalho criativo, que eles praticavam. Como retaliação, fui eliminado da versão da *História do Concretismo* que eles escreveram, embora tenha criado muitas das categorias usadas na origem do movimento.

O grande problema da poesia concreta é que ela pôs fora a linguagem verbal. A linguagem não-verbal é o desenho industrial, os sinais gráficos, é outra linguagem. Sinceramente, gostaria que essas coisas do passado fossem esquecidas. Não é virar amigo, porque ninguém vira amigo assim, mas botar de lado, estender a mão a eles. Somos, hoje, homens com mais de 70 anos de idade, ficar brigando por essas bobagens não faz sentido.

Os teóricos apontam como principais características do pós-modernismo a fragmentação da realidade, a espacialidade da história e a negação da utopia. Como você percebe esse movimento estético?

Temos que lutar contra o natural para afirmar o ser humano, mudar o mundo e fazer as coisas caminharem

FG - Entendo pouco desse negócio de pós-modernismo. Não me detenho a pensá-lo. No fundo, é mais uma categoria forçada. Muitas dessas características estavam presentes em obras e manifestações anteriores. É simplesmente desdobramento e ampliação de uma coisa que foi feita sem esse nome, como conseqüência desse processo todo da vanguarda e da assimilação da vanguarda. O pós-modernismo é um movimento que retroage, pois não vai adiante nas conseqüências extremas da vanguarda. Ele volta ao texto, por exemplo, com todas essas características positivas ou negativas, ele não vai adiante do *Finnegan's Wake*, do James Joyce, vai?

Mas você tem feito críticas ácidas aos rumos tomados pelas artes plásticas.

FG - As manifestações de vanguarda surgiram em todos os campos a partir do final do século XIX e início do século XX. Na literatura, nas artes plásticas, em diferentes campos houve movimentos propondo novos caminhos estéticos. O teatro, a literatura, a música, o cinema absorveram as experiências de vanguarda e voltaram enriquecidos ao curso normal.

Cito muito o exemplo do Joyce, pois o *Finnegan's Wake* é um livro limite. Ele revela numa carta que o próximo livro dele seria claro como água, porque, evidentemente, depois daquilo não há como ir adiante. Seria a incomunicabilidade total. Imagine se o romance, como as artes plásticas, teimasse em levar adiante uma experiência esgotada. Não teria havido William Faulkner, Borges, Cortazar, Ernest Orwell, Camus, Sábato, Drummond, Hemingway, Guimarães Rosa. Teria acabado a literatu-

ra. Hoje, o cara corta um cartão, põe dentro de uma caixa de vidro com holofotes, expõe, e a Bienal de Veneza o premia. O pós-modernismo é arte conceitual?

Estou cansado de tanto enquadrar as coisas em categorias. Falo a você, com franqueza, para mim o quadro cubista do Picasso só vale porque ele é bom quadro, não porque ele é cubista.

Como o ex-militante comunista vê a hegemonia do neoliberalismo?

FG - Eu parto do princípio de que o ser humano busca resolver seus problemas e ninguém mais do que ele quer viver, quer se salvar, superar as limitações. Imaginar que o ser humano, passivamente, vai se deixar manobrar até chegar à sua anulação total ou ao seu extermínio, não existe. Aquela imagem do "grande irmão", do George Orwell, não vai acontecer.

É uma visão otimista da realidade.

FG - Ser pessimista é a coisa mais fácil que tem: você vai ficar velho, brocha, morrer e isso é o natural. Mas o que importa na nossa vida não é ser o natural, temos que lutar contra o natural para afirmar o ser humano, mudar o mundo e fazer as coisas caminharem. Deixar-se ir pelo automatismo da vida não tem sentido.

Se você não acredita na vida, não a constrói e se não a constrói, fracassa. Sou otimista no sentido de acreditar, de que você tem que construir a vida, que ela não é uma coisa externa a você.

Não falo do otimismo diletante, mas da obrigação com o otimismo, não há outra saída. ■

Violência continua em pauta

A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara está debatendo um dos itens mais polêmicos da emenda constitucional que institui a pena de prisão perpétua no Brasil, de autoria do deputado Luis Antonio Fleury (PMDB-SP) (foto). No projeto original, o deputado Fleury postula a prisão perpétua com trabalho obrigatório do condenado e o relator da matéria, Gérson Peres (PPB-PA), já encaminhou seu parecer dando voto contrário à proposta de Fleury.



Foto: Cedoc

Ainda abalados pelo assassinato do prefeito de Santo André (SP), Celso Daniel, e com a onda crescente de seqüestros e assaltos, os parlamentares retomaram a discussão de projetos de lei de combate à violência. O deputado Chico Sardella (PFL-SP) está cobrando a criação dos conselhos de segurança e a integração das polícias (ver nota seguinte). "Se dentro de um município houver integração entre as polícias civil e militar, e guarda municipal, aliadas a um policiamento comunitário, a população, com toda certeza, estará bem mais segura", disse Sardella.

Mas a polícia é, para o deputado João Coser (PT-ES), a grande responsável pelo crescimento da violência. "Boa parte dos casos que acontecem no Espírito Santo têm por trás o envolvimento de pessoal do próprio aparato policial e da segurança pública", garantiu o parlamentar capixaba. Ele exige o afastamento de policiais envolvidos em crimes e denunciados por envolvimento com a Scuderie Le Coq, o esquadrão da morte do Espírito Santo. ■

Unificação das polícias

Depois de oito anos em tramitação no Congresso, e enfrentando a oposição dos policiais militares de todo o país, a Comissão Mista de Segurança Pública aprovou a emenda constitucional da deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP), que prevê a integração dos órgãos de segurança para futura unificação, criando-se as polícias estaduais.

O texto aprovado estabelece prazo de seis anos para a implantação da nova estrutura de segurança pública. Na justificativa da emenda, a deputada paulista apresenta os problemas de integração entre as duas polícias e a superposição de atribuições.

Policiais civis e militares contrários à unificação manifestaram-se contra a aprovação da emenda, mas o presidente da

35 mil servidores desempregados

O governo federal vai promover uma nova onda de demissões em massa, com a criação da Agência Federal de Prevenção e Controle de Doenças (Apec), planejada pela Medida Provisória nº 33, e que irá substituir a Fundação Nacional de Saúde (Funasa). As demissões atingirão mais de 30 mil servidores. A nova agência governamental vai absorver apenas três mil servidores e o quadro atual da fundação é de cerca de 35 mil trabalhadores.

Anunciada em plena epidemia da dengue, doença que só no Rio de Janeiro atingiu 100 mil pessoas, matando mais de 50, a Apec vai mandar embora 2.736 funcionários que trabalham na prevenção de epidemias. E em Rondônia, estado com o mais alto índice de malária do país, 2.020 serão demitidos.

O dirigente da nova agência, Mauro Costa, presidente da extinta Funasa, se recusa a debater a crise. Convidado três vezes para audiência pública na Câmara dos Deputados, Costa não compareceu ao debate e ainda mandou recado dizendo que não quer conversar nem com o Congresso nem com os servidores. ■



Foto: AFP

De acordo com a emenda aprovada, em no máximo seis anos a Polícia Militar deixará de existir, integrando-se à polícia civil, para formar a polícia estadual

Confederação Nacional dos Delegados de Polícia, Achilles Oliveira, é favorável à proposta. Disse ele que "uma única polícia possibilitará melhor seleção e formação dos quadros". Na sua opinião, "é necessário mudar a estrutura da polícia que não pode ser militar". ■

Secretaria protege montadoras

Em denúncia apresentada no plenário da Câmara, o deputado Clementino Coelho (PPS-PE) acusou a Secretaria de Direito Econômico (SDE), do Ministério da Justiça, de “conivência” com as montadoras de automóveis instaladas no Brasil. Disse ele que a secretaria “fecha os olhos para a prática de preços abusivos das montadoras, permitindo a formação de cartel”. Coelho defende o combate ao cartel formado pela Volkswagen, Fiat, Ford e General Motors. Entre 1995 e 2000, essas empresas se beneficiaram “da vigência do regime automotivo que concedia incentivos aos fabricantes de automóveis de mil cilindradas”.

Clementino baseou suas denúncias

na documentação apresentada pela Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave) que, até 1997, representava cerca de seis mil concessionários de veículos, empregando 300 mil trabalhadores.

De acordo com o documento, os abusos das montadoras provocaram a redução de postos de trabalho e do número de distribuidoras (hoje 4.200, empregando 220 mil pessoas). Apesar das denúncias, a secretaria de Direito Econômico até hoje “não fez qualquer investigação, arquivou documentos e ainda instaurou processo contra a denunciante numa ação tão infundada quanto descabida por parte do secretário Paulo de Tarso”, disse o deputado. ■

Restrições ao aço podem ser revistas

As restrições impostas pelo governo dos Estados Unidos às exportações do aço brasileiro podem ser revistas até o início de maio. A expectativa é do ministro de Relações Exteriores, Celso Lafer (foto), que foi ao Senado falar sobre a posição brasileira diante das medidas protecionistas adotadas pelos Estados Unidos.

Na sua exposição, depois de informar os senadores sobre os entendimentos mantidos pelo Itamaraty junto às autoridades norte-americanas e à Organização Mundial do Comércio (OMC), Lafer disse que o problema deverá ser resolvido até meados de julho, quando os Estados Unidos pretendem promover algumas mudanças nas medidas protecionistas adotadas. Ele contou aos senadores que o Brasil vai perder cerca de 91 milhões de dólares nas exportações, diante das sobretaxas implantadas pelos norte-americanos, informan-

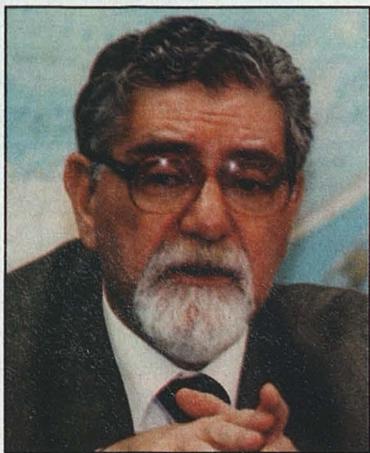


Foto: Rose Brasil - ABr

do ainda que o impacto sobre as importações de aço de fornecedores considerados não preferenciais (Japão, Coreia e União Européia) deverá chegar a 60%, mas, afirmou, “o pior certamente será o efeito dominó desencadeado em todo o comércio mundial, com retaliações de parte a parte”. ■

Mobilização contra a venda de Furnas

Uma frente suprapartidária para evitar a privatização de Furnas

começa a mobilizar o Congresso Nacional. Partiu do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) – foto – a convocação para que deputados e senadores se organizem contra a proposta de venda da empresa. Em discurso feito em plenário, o senador goiano ressaltou a importância estratégica de Furnas para o desenvolvimento nacional, afirmando que “é fator de integração ao meio social nas regiões onde atua”. O parlamentar também lembrou a política de preservação ambiental desenvolvida pela empresa”.



Foto: Gervásio Baptista - ABr

Para Miranda, Furnas “precisa ser preservada como patrimônio valiosíssimo do povo brasileiro, responsável por 43% da energia consumida no país, levando-se em conta também a comercialização da energia gerada em Itaipu. A atuação do sistema Furnas abrange a região de maior desenvolvimento do Brasil, onde vive cerca de metade da população brasileira e onde são consumidos mais de dois terços da energia produzida no Brasil.” ■

Justiça eleitoral tem crédito suplementar

A Justiça Eleitoral vai receber um crédito suplementar de 26 milhões de reais para a recomposição do Fundo Partidário. Os recursos serão destinados às despesas com a manutenção de sedes e de serviços dos partidos políticos. Os recursos são provenientes da anulação parcial da reserva de contingência e foram aprovados pelo Congresso Nacional na primeira semana de abril. ■

Pará: o escândalo do trabalho escravo

Mais de 900 casos de trabalho forçado foram registrados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) no Pará, em 2001. A entidade destaca que o sul e o sudeste do estado, uma vez mais, possuem destaque no cenário de violações dos direitos humanos. Fóruns internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) conhecem bem os relatórios, ano após ano, enviados pelas entidades empenhadas na sistematização e encaminhamento jurídico da questão no Pará, e além-fronteira.

A entidade denuncia que muitas das fazendas que praticam a escravidão possuem financiamento público e que muitos fazendeiros que recorrem à escravidão de trabalhadores são reincidentes. Segundo os grupos ligados à defesa dos direitos humanos, as fazendas Brasil Verde e Rio Dourado são propriedades do sul paraense que recebem financiamento da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam). As mesmas são reincidentes em prática de trabalho escravo. Reza a resolução nº 8.728 da Sudam o cancelamento imediato do financiamento quando se constata a prática de trabalho escravo. Depois de verificado pela CPT e o Grupo Móvel do Ministério do Trabalho do uso de trabalho nas duas fazendas, o financiamento não foi suspenso. Carlos Guedes do Amaral, advogado da CPT de Marabá, sudeste do Pará, em setembro de 2001, organizou documentação sobre a questão.

Segundo o documento, a prática de trabalho escravo é usada para forjar que a fazenda seja produtiva, o que evitaria a desapropriação da terra, por não cumprir função social. Em 1997, a prática de trabalho escravo foi constatada na fazenda Flor da Mata, sul do Pará. O processo no Incra diz que a área foi desapropriada por não ser produtiva.

Ao longo dos últimos anos, a Unidade Móvel do Ministério do Trabalho tem contribuído para a verificação de cativos nas fazendas da região. Tal contribuição não se repete, porém, na Justiça Federal de Marabá, enfatiza a CPT. Conforme o texto, a Justiça Federal tem-se declarado sem competência para processar e julgar os relacionados com a questão, encaminhando o problema para a Justiça Estadual. ■



A invasão da fazenda da família de FHC foi provocada pelo desespero dos sem-terra, fruto do descaso do governo federal, que não dá os recursos necessários aos pequenos agricultores

Foto: AFP

Política agrária em crise

O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra atribuiu ao desespero dos lavradores a invasão da Fazenda Córrego da Ponte, localizada no município mineiro de Buritis e pertencente à família do presidente FHC. Segundo João Paulo Rodrigues, que atua em Brasília e arredores, “nessa região, há muitas famílias assentadas, e, nos últimos dois anos, participaram de várias mobilizações e negociações, apresentando suas reivindicações de recursos para produção, casas e viabilização do assentamento. Sempre o governo prometia que ia resolver.

O ministro chegou a dizer que essas famílias já teriam recebido 23 mil reais cada uma. Basta a imprensa pedir o cadastro de cada um no Pronaf e no Incra, para saber quanto cada família de fato recebeu. Diante desse desespero, estavam há dois dias negociando novamente com o Incra. Mas como nada se decidia, tomaram a decisão por conta e risco. E foram com caminhões e ônibus, de dia, para a fazenda dos filhos do presidente, como forma de pressionar. Chegando lá, como não havia ninguém, acabaram entrando na fazenda e na casa”.

João Paulo reconhece que “a ocupação foi uma atitude precipitada. Mas entendemos o sentimento dos trabalhadores de se sentirem enganados e ludibriados pelo ministro Raul Jungmann há tantos anos. O pedido de demissão da Sra. Maria de Oliveira e do desembargador Gercino da Silva, ouvidor agrário, é a prova de como o governo mente. Até eles, apesar de serem os assessores diretos do ministro, se sentiram traídos. Esse gesto reafirma a dignidade dos funcionários públicos, que preferiram ficar com a verdade e com os trabalhadores”.

A política do governo está acabando com a agricultura familiar, segundo João Paulo Rodrigues, que aponta como prova o desaparecimento de 920 mil pequenas propriedades com menos de cem hectares, nos últimos anos. Ele denuncia que o orçamento para a reforma agrária em 1997 foi de aproximadamente 2,7 bilhões de reais, enquanto, em 2001, foi de apenas um bilhão. “A atual política econômica e agrária tem gerado mais desemprego, mais pobreza e mais desencanto entre os trabalhadores”, frisou João Paulo Rodrigues. ■

Coligações fechadas: experiência a observar

No reino da infidelidade partidária, vai prevalecer a monogamia. A decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) foi mantida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e as alianças partidárias estabelecidas para a eleição presidencial terão que ser reproduzidas nos estados. A exceção contempla apenas os solteiros: podem continuar no troca-troca regional, desde que não integrem qualquer coligação presidencial.

A principal virtude da medida é a de lançar um princípio de fidelidade e um padrão de identidade programática, dizem seus defensores, como o candidato Ciro Gomes, que reuniu em torno de si o PPS, o PDT e o PTB e sonha contar com o PFL, órfão de Roseana Sarney.

Lula, de um PT ainda isolado e que poderá ser prejudicado se continuar nessa condição, criticou muito a decisão dos tribunais. Considera que "vai imperar a hipocrisia", calculando que haverá o enquadramento formal, mas práticas veladas que desrespeitarão a lei. José Serra, do PSDB, que namora a adesão do dividido PMDB e pressiona pela volta do PFL à sua aliança, não deu o braço a torcer e disse que a decisão não afeta sua candidatura.

O ex-governador Anthony Garotinho (PSB), teve atitude diferente e não disfarçou o descontentamento. Montado apenas na estrutura partidária frágil do PSB, que lhe garantirá tempo curto na tevê e no rádio, Garotinho considerou a medida até inconstitucional.

Ao eleitor caberá, no final, dizer se a chamada verticalização das coligações pode ajudar a aperfeiçoar as práticas políticas do país. ■

A fragilidade da urna

Os que desconfiam da inviolabilidade da urna eletrônica que decide as eleições no Brasil estão agora ainda mais desconfiados, pois o próprio Tribunal Superior Eleitoral reconheceu ter ocorrido fraude no programa de cadastramento eleitoral na cidade baiana de Camaçari, no pleito de 2000. A hábil manipulação de dados permitiu a inserção de nomes de mortos nas listas de votação. Numa segunda fraude, mesários votaram pelos mortos. O prefeito eleito foi José Tude (PFL).

Apesar dos resultados da perícia, o Tribunal Superior Eleitoral manteve sua posição de atribuir plena segurança às urnas, pois o programa de votação, de cujo segredo se queixam os partidos opositores, não teria sido violado. ■

O atropelo dos vices

As eleições estão às portas e os vices, que assumiram governos e que pretendem candidatar-se a novo período, estão pressionados pelo tempo a mostrar serviço. Esta situação é mais ingrata, quando o vice já não se entendia com o titular que saiu. É o caso do Rio de Janeiro, onde Benedita da Silva (PT) assumiu o Palácio Guanabara rompida com Anthony Garotinho (PSB), que se ausentou para corrida presidencial.

A queixa dos petistas é com as inúmeras caixas-pretas que dizem ter encontrado: não houve um trabalho prévio de informação da nova equipe, devido aos desencontros antigos entre o titular e a vice. Secretários e dirigentes de órgãos reclamam que não têm a mínima idéia da situação de seus órgãos e temem que o tempo passe rápido demais até outubro. Candidata a permanecer no governo, Benedita começou proibindo gastos e passando um pente fino em atos do governo Garotinho.

O mais polêmico até agora tem sido o caso dos incentivos fiscais concedidos a empresas, para que desenvolvessem determinados projetos ou fossem se instalar em território fluminense. Os novos dirigentes querem conhecer detalhes e verificar se as facilidades e ajudas concedidas estão mesmo resultando em benefícios econômicos e sociais para o Rio de Janeiro e se as empresas estão cumprindo as promessas.

Para estrategistas políticos, Benedita comprou uma boa briga com o setor empresarial, que logo se mobilizou contra o decreto que impôs o reexame dos incentivos fiscais. O presidente da Federação das Indústrias (Firjan), Eduardo Eugênio Gouvêa Vieira, reuniu-se com a governadora e, em nota oficial, lembrou que os agentes econômicos precisam de tranquilidade para trabalhar. O ex-governador Garotinho aproveitou para dizer que foi com atitudes assim que o Rio Grande do Sul do petista Olívio Dutra perdeu a fábrica da Ford para a Bahia. "Os contratos que estiverem dentro da lei serão cumpridos", respondeu Benedita da Silva. ■



Benedita da Silva preocupa-se com os gastos deixados por Garotinho

Foto: Victor Soares - ABR



Fotos: João Laet

MST também é cultura

Semana Nacional da Cultura Brasileira e da Reforma Agrária, realizada no Rio de Janeiro, aproxima meio acadêmico aos trabalhadores do campo e da cidade

Nestor Cozetti

O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) promoveu, em parceria com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), a Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e a Fundação de Artes do Estado do Rio de Janeiro (FUNARJ), a Semana Nacional da Cultura Brasileira e da Reforma Agrária, entre os dias 18 e 24 de março.

O objetivo do encontro era “difundir na sociedade a riqueza da cultura brasileira e da cultura produzida vista como resultado da Reforma Agrária, além de realizar a troca entre o saber popular e o científico”.

A semana teve uma programação bem ampla, aberta ao público em geral, com debates sobre diversos temas e programações culturais. As atividades aconteceram em universidades (além da Uerj, nos *campi* da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ; Universidade Federal Fluminense – UFF, e Pontifícia Universidade Católica – PUC), na sede do Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia do estado do Rio de Janeiro, no Museu da Imagem e do Som, no Cinema Odeon, na Cinelândia, e nas comunidades da Rocinha, Jacarezinho, Maré e Vigário Geral.

Diléa Aparecida Schiochet, da direção nacional do MST, afirma que, “ao longo de 18 anos de história, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra foi

construindo uma identidade própria, através da cultura. Hoje, a sociedade nos reconhece através de uma simbologia: a bandeira e o boné vermelhos, a lona preta dos acampamentos, as marchas”. Além disso, Diléa explica que a produção da cultura própria do MST também se dá através de materiais pedagógicos e de manifestações artísticas, como poesia, pintura e música.

Outro dirigente nacional do movimento, Gilmar Mauro, lembra a importância da identidade política. “A grande cultura que o MST conseguiu introduzir foi a cultura da luta e da resistência. Acho que o movimento social de camponeses pobres que surgiu sem vínculos partidários, com autonomia, conseguiu nesses 18 anos se impor como organização, com uma carac-



Na página ao lado, um momento da mística, manifestação cultural na qual o MST utiliza símbolos e exprime valores de sua luta; acima, filhos de sem-terra brincam com as cores e com o café produzido em assentamentos

terística própria, como uma referência no nosso país." Para Mauro, essa cultura produziu novos valores e mostrou que é possível transformar a sociedade. Ele cita as raízes da música camponesa e a mística (tradição ligada à Igreja) como experiências populares adaptadas à realidade do MST.

Gilmar Mauro lembra ainda que o movimento vem trabalhando com uma revolução nas formas de organização e produção. Ele explica que os sem-terra procuram desenvolver nos assentamentos a cultura da agroecologia, adaptando técnicas existentes e criando novas técnicas visando a um novo modelo de produção, mais natural, livre de agrotóxicos.

Segundo Mauro, o maior desafio é fazer a revolução cultural efetivamente. "É mais fácil fazer uma revolução política e econômica do que a revolução da superestrutura, que é a cabeça das pessoas." Porém, ele sabe que é necessário um processo que crie as condições para a mudança das mentes. "Sem ter a ilusão de que isso resolveria os problemas brasileiros, uma revolução política, com a distribuição de riquezas e a construção de novas

bases políticas e econômicas, é fundamental para conseguir mudar a cabeça das pessoas", afirma o dirigente.

Um dos debates mais disputados do evento reuniu o dirigente do MST, João Pedro Stédile, e o filósofo e professor Leandro Konder para debater "Cultura popular e transformação política no Brasil".

Stédile fez uma reflexão sobre a história do capitalismo brasileiro, desde o modelo escravocrata, passando pelas muitas revoltas sociais, a fundação da primeira central operária, o ano de 1930 e "o modelo de industrialização dependente que transformou o país de agrícola em industrial e urbano". Para ele, depois da desmoralização da ditadura militar e a entrada na democracia burguesa, vivemos agora um processo de crise em que Fernando Henrique repete o papel de Getúlio Vargas, trazendo "um novo período, um novo modelo: subordinação da fazenda Brasil ao capital financeiro internacional através dos bancos e da exploração pelos juros".

Sobre o quadro político atual e o modelo em curso, Stédile afirmou: "Não deu certo, a produção estacionou, os indicado-

res pioraram, aumentou a concentração de renda. De 30 milhões no tempo de Betinho, temos agora, sete anos depois, 50 milhões de famintos." Stédile disse ainda que os índices de violência e de assassinatos no país refletem um "genocídio programado pela classe dominante, que está vendo que o modelo não deu certo". Ele criticou ainda a impunidade, muitas vezes movida por interesses. Segundo ele, entre os envolvidos com a morte de 1.586 pessoas na luta pela terra (entre trabalhadores rurais, padres, advogados e jornalistas) apenas 70 pessoas foram processadas, somente 19 foram a júri, condenaram-se 11 e três foram para a cadeia.

Leandro Konder afirmou que "a tara da nossa época é o imobilismo", defendendo que "as mudanças imprescindíveis passam pela mobilização e participação popular". Segundo o filósofo, "a propaganda subliminar da direita, com sua produção cultural para as massas, é conformista, consumista e individualista". Para ele, é necessário se engajar mais profundamente para fazer a história, em torno do MST e da esquerda em geral. Para con-

Manifesto da Semana Nacional da Cultura Brasileira e da Reforma Agrária

“Durante sete dias de intensas atividades, estivemos, o MST, Faperj e LPP-Uerj, realizando a Semana Nacional da Cultura Brasileira e da Reforma Agrária, mostrando que é possível unir cultura, ciência e política para animar os sonhos em busca de um futuro melhor.

Trouxemos dos mais distantes lugares do Brasil as cicatrizes de nossa história de sofrimento, repressão e desilusões. Costuramos com as cicatrizes da população pobre dos morros e comunidades que trazem no sangue e na alma a mesma força e esperança de construirmos uma Pátria Livre da dominação econômica, política, ideológica, moral e cultural, imposta pelos Estados Unidos.

Aproveitamos o espaço da universidade para marcar com nossos pés e modas de viola os sinais da cultura camponesa que resiste, alimentada pelas raízes de nossos antepassados que permanecem vivas na consciência do povo brasileiro. Resgatamos os verdadeiros valores da arte brasileira. Misturamos sentimentos e afetividade com melodias sertanejas e o samba que habita os morros onde fomos recebidos com abraços de solidariedade.

O Brasil caboclo está vivo e latente na memória de nosso povo, onde a simplicidade não permitiu que houvesse a separação entre campo e cidade desde as mais remotas décadas. Os problemas, com suas diferenças, demonstram que as causas e seus causadores são os mesmos, aqui e acolá. Os que torturam, prendem e matam na

cidade são os mesmos que arrancam de nossas veias o sangue rebelado e impedem a realização da reforma agrária.

Percebemos que os valores, o respeito e os cuidados pela vida e pela cultura estão relegados ao esquecimento. Nos impõem todos os tipos de falsificações. Nos descharacterizam como seres humanos e como nação soberana.

Esta semana reascendeu em nós o orgulho de sermos sem terra e produzimos com nossas mãos esta identidade guerreira. Juntos tecemos a esperança de fazermos através da luta contra o descaso, a dominação e a imposição cultural, um objetivo comum entre campo e cidade. O resgate do desenvolvimento da verdadeira cultura popular somente virá com a efetiva participação do próprio povo explorado. Levamos para nossas casas o calor dos abraços e da afetividade que recebemos nas universidades, nos morros e comunidades. Esta força animará nossos passos para resistirmos e lutarmos contra o latifúndio, o modelo econômico e o imperialismo norte-americano.

Voltamos com a esperança de que as sementes de um mundo melhor estão germinando e não tardará o dia da colheita. Convocamos a levantarem-se pela reconstrução da cultura, pela libertação da terra e pela instituição das bases de um novo projeto para o Brasil soberano e socialista, todos aqueles e aquelas que têm esperança e confiam no povo e no futuro. Só a luta pode construir a verdadeira cultura do povo brasileiro.”



cluir, citou o filósofo suíço Jean-Jacques Rousseau: “O que faz a liberdade avançar não é a ordem, é a justiça.”

Cultura agrícola

A mesa temática “Cultura agrícola e modelo tecnológico”, com os debatedores Elenor Ferreira, do MST, e Paulo Peterson, da Organização Não-Governamental Assessoria de Serviços e Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), abordou a cultura patronal do latifúndio no campo, a agricultura familiar e a agroecologia.

Paulo Peterson falou sobre o desenvolvimento rural e agrícola, a partir da ligação entre cultura e modelo tecnológico, levantando a necessidade de “resgatar os modelos culturais includentes”. Ele lembrou que muitas culturas agrícolas desenvolveram suas tecnologias a partir dos recursos naturais. Porém, a partir da Segunda Guerra Mundial, para satisfazer as necessidades do mercado, as empresas passaram a ser proprietárias da tecnologia. “A tecnologia não é neutra, tem motivações políticas e financeiras”, afirmou.

Para Peterson, houve uma desvalorização do saber dos agricultores na base de



Ao lado, sem-terra apresentam a mística em atividade no Jacarezinho; acima, Gilmar Mauro expõe suas idéias para o público na comunidade de Manguinhos

uma disputa ideológica sustentada a partir da criação de mitos: o mito da superação da fome com a introdução da tecnologia; ou de que temos que ser sempre modernos, por exemplo: quem é contra os transgênicos é contra a ciência. "Precisamos de uma ciência que valorize a agricultura familiar, o melhoramento participativo, a união da ciência com a cultura tradicional camponesa e a agroecologia", defende. Para concluir, Peterson citou o poeta Fernando Pessoa: "A verdadeira novidade que perdura é a que retoma todos os fios da tradição."

Elenor Ferreira, do MST, fez um retrospecto da produção agrícola brasileira, desde a época em que era sustentada pela mão-de-obra escrava, passando por várias transições até chegar ao atual complexo agroindustrial. "O Brasil sempre foi agro-exportador, e nunca ligou para o mercado interno", afirmou.

Segundo a representante dos sem-terra, o grande produtor não tem interesse na agricultura familiar, pois, enquanto uma é baseada na subsistência, no sustento alimentar, a outra é baseada na monocultura, voltada para o lucro. Para o futuro, Elenor propõe novas formas produtivas a partir da reforma agrária, com as experiências dos

assentamentos. "Escolheremos entre unidades familiares, instâncias coletivas e prática social cooperativizada. A idéia de que o mercado é democrático é uma ilusão, não há igualdade diante do mercado. No Brasil as desigualdades são grandes", afirmou.

O debate de encerramento, "Modelo agrícola e movimentos sociais - Alca e OMC", contou com a participação de Gilmar Mauro, da direção nacional do MST, Leonildes Medeiros, professora da UFRJ, e Adriano Campolina, engenheiro agrônomo da ONG Actionaid.

Campolina disse que os acordos de comércio internacional colocam um desafio para os movimentos sociais, para aqueles que tentam construir um modelo mais justo e equitativo. Como exemplo, ele citou a pressão para o Brasil plantar enormes áreas de soja, voltada para a exportação, em contraste com a idéia de agricultura familiar. O engenheiro agrônomo apontou ainda outros problemas nesses acordos, como a tentativa de integrar comercialmente países com modelos absolutamente diferentes, e as negociações comerciais que enfrentam como obstáculo uma série de tarifas protecionistas, normalmente por parte dos países desenvolvidos.

Gilmar Mauro desmentiu a propaganda de reforma agrária do governo federal. Segundo ele, nos últimos cinco anos, a concentração de terras só aumentou. A quantidade de hectares desapropriada pelo governo é ínfima em relação às terras anexadas às grandes propriedades. "O que há é uma reforma agrária às avessas: eles dão com uma colher e tiram com uma pá."

Além da diminuição dos pequenos agricultores e das pequenas propriedades, Mauro revela dados sobre a queda dos níveis de emprego no campo: em 1985, havia 23 milhões de pessoas ocupadas na agricultura; em 1996 este número já tinha caído para 17 milhões. E, segundo ele, este número continuou caindo de 1996 para cá.

O dirigente do MST vai além, apontando que, nesse modelo, não há espaço para o desenvolvimento da pequena produção. Ele admite que mesmo a reforma agrária deixou de ser uma solução nesse modelo. "Os três objetivos do MST eram lutar pela terra, pela reforma agrária e pela transformação social. Agora temos que inverter essa pauta: lutar por transformação social e só então fazer a reforma agrária", defende Mauro. ■

ARAGUAIA

Uma luta esquecida pela história oficial

A complexa história da Guerrilha do Araguaia guarda segredos acobertados pelo Estado e por divergências políticas oriundas das diferentes concepções do movimento comunista brasileiro

Myrian Luiz Alves

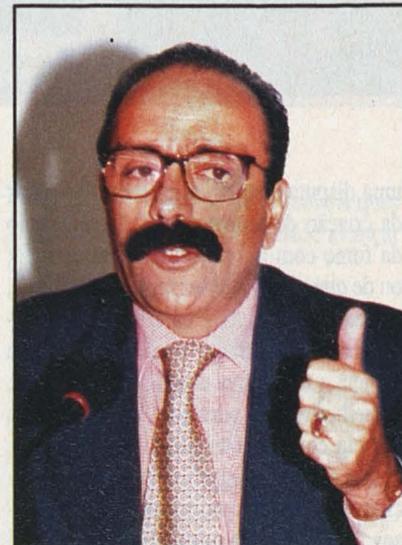
21 DE ABRIL DE 1974. Próximo à casa de Manezinho das Duas, dona Margarida ainda teve tempo de ver os três rapazes sendo conduzidos ao helicóptero que os levaria para o desconhecido. Beto seguia acobertado; Antônio rumava cabisbaixo, e o baiano Valdir, com metade de uma das pernas tomada pelo leicho, caminhou pulando qual um saci, sorrindo e cantando, como era de seu feitio.

Aquele dia de Tiradentes ficaria para sempre na memória de dona Margarida, moradora de São Domingos, sul do Pará. Ainda hoje ela acredita que os três amigos foram os últimos guerrilheiros capturados no Araguaia. Não eram os últimos, mas são parte da lista de mais de 30 pessoas que foram aprisionadas, torturadas e “desaparecidas” de seus cativeiros.

Lúcio Petit da Silva (31), Antônio Alfaiate e Uirassu de Assis Batista (22), os três pertencentes ao Destacamento A – Helenira Resende, sumiram. Há uma fotografia, apontada como sendo de meados de 1973, que mostra um guerrilheiro preso dentro de um helicóptero. O ex-major da Aeronáutica Pedro Corrêa Cabral discorda: “O ano está errado.” Alguns dizem que o guerrilheiro é Lúcio Petit (Beto). Cabral lembra de ter carre-

gado três jovens vivos, mas afirma não saber seus nomes e o que teria acontecido a eles depois.

A casa de Manezinho das Duas (camponês que vivia com duas esposas) ficava em meio à mata, entre os municípios de São Domingos e São Geraldo, não muito longe do local onde alguns meses antes a terceira campanha militar havia eliminado Zé Carlos (André Grabois), João Gualberto Calatroni (Zebão), o camponês Antônio Alfredo Campos, e de ter aprisionado Divino Ferreira de Souza. Integrantes do Destacamento A, também os três permanecem “desaparecidos”. Divino teria sido levado para a sede do Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER) de Marabá, onde funcionava a Casa Azul, base dos militares. Testemunhas denunciam que Divino, ou Nunes, teria visto cavarem sua própria cova, ali mesmo no quintal do DNER, bem ao lado da sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), transformada naquele período em campo de concentração de camponeses. Depoimentos colhidos em 1981 pelo advogado Paulo Fontelles e em 2001 pelo Ministério Público confirmam que mais de três centenas de camponeses passaram por torturas inimagináveis tanto no Incra, como na base militar de Bacaba (80km de Marabá), onde funcionava também um posto do DNER.



Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP), advogado de 22 familiares de desaparecidos

Ninguém sabe ao certo quantos moradores daquela região morreram e “desapareceram” em meio às torturas. É difícil calcular quantos vieram a falecer em consequência dos sofrimentos físicos e morais, a exemplo do poeta Antônio Maranhão, amigo de Osvaldo Orlando Costa, o mais popular dos guerrilheiros. Outros ainda sobrevivem em meio a pesadelos e deficiências físicas que jamais serão sanadas.

Em outubro do ano passado, uma expedição da Comissão de Direitos da Câmara dos Deputados, integrada por fami-

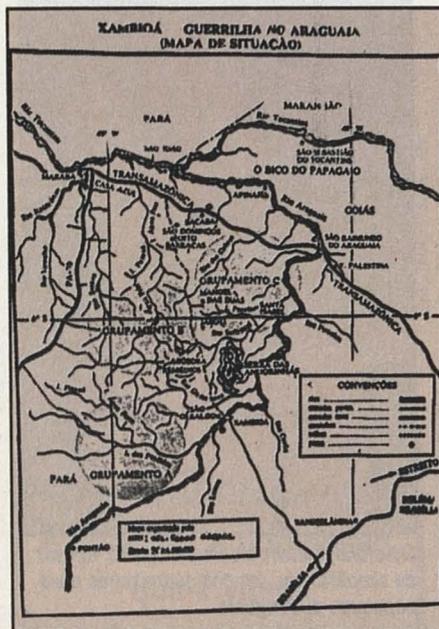
liares, médicos legistas do Instituto Médico Legal (IML) do Distrito Federal e geólogos da Universidade de Brasília, esteve na região à procura de corpos de guerrilheiros. A diferença entre esta e outras caravanas que por ali passaram anteriormente foi a presença de dois militares que participam dos combates à Guerrilha do Araguaia (1972-1975): o ex-sargento do Exército João Sacramento Santa Cruz e o hoje coronel da reserva Pedro Corrêa Cabral, que desde 1993 denuncia o atual prefeito de Curionópolis (PA), Sebastião Curió, como chefe da patrulha do extermínio, desaparecendo com guerrilheiros já aprisionados pelos militares. A Força Aérea Brasileira, a pedido da CDH, ce- deu dois helicópteros e um Bandeirante para as buscas.

Há nove anos, Cabral publicou o livro *Xambioá* – novela baseada em fatos reais, que rendeu matéria de capa da *Veja*, “Eu vi os corpos queimando”. Segundo ele, além de sumir com prisioneiros da Casa Azul, Curió teria patrocinado também a “operação limpeza” – desenterravam-se corpos da mata para queimá-los junto a pneus e gasolina na serra das Andorinhas, em São Geraldo (PA). Dois helicópteros teriam participado da operação, um deles pilotado por Cabral.

Durante a expedição Antígona, coordenada pelo deputado Luiz Eduardo Greenhalgh em 2001, Cabral, que sobrevoou, em vão, por três dias a serra à procura do local macabro, afirmou que o helicóptero era o mesmo utilizado no combate à guerrilha. Do outro lado do rio Araguaia, bem em frente a São Geraldo, a pacata Xambioá (TO) ofereceria à Expedição um clima bem diferente do constatado no estado vizinho.

A população, hoje estimada em 12 mil almas, resolveu colaborar com a história brasileira, tão silenciada nestes quase 30 anos. Falou o que lembrava, apontou pelo menos 12 sepulturas de militantes do PCdoB, organizador da resistência à ditadura militar no Araguaia. Em 1991, testemunhas ainda temerosas mostraram duas covas, uma delas abrigo da única

guerrilheira identificada até hoje, Maria Lúcia Petit, irmã de Lúcio e Jaime Petit, também “desaparecido”. O outro corpo, lembrado como sendo o velho marinho Francisco Chaves, aguarda identificação em São Paulo. Cinco anos depois, a Comissão Especial do Ministério da Justiça esteve no cemitério de Xambioá recolhendo três corpos, um deles era apontado como João Carlos Haas Sobrinho, comandante e médico guerrilheiro. Há cinco anos, os possíveis ossos do doutor Juca jazem numa caixinha de papelão na sede da



A confluência do sul do Pará com o sul do Maranhão e o então norte de Goiás foi o palco para a guerrilha do Araguaia

Polícia Federal de Brasília, conforme constatou o deputado Luiz Eduardo Greenhalgh. Os outros dois corpos, abrigados igualmente em caixas iguais às de macarrão e biscoito, têm a recomendação dos antropólogos argentinos: “devolver ao cemitério de Xambioá”. Nem identificados, nem devolvidos, as três pessoas permanecem na PF sem qualquer satisfação aos familiares, que ainda angustiam a dor do fenômeno chamado “desaparecimento”.

No Instituto Médico Legal de Brasília estão oito corpos e um crânio recolhi-

dos em 2001. Um estava sem as duas mãos, dois foram encontrados com os braços para cima (enterrados amarrados a um pau?), uma das covas apresentava resquícios de caixão. Até aquele momento, as investigações insistiam em afirmar que nenhum guerrilheiro teria sido sepultado em caixão. A certeza baseava-se em alguns testemunhos e na forma como Maria Lúcia foi encontrada, envolta em pára-quadras das Forças Armadas. Em outubro passado, porém, foi revelado a familiares e à equipe legista que pelo menos dois guerrilheiros foram colocados em ataúdes, carregados e sepultados por moradores e militares. A fabricação de caixões, principalmente na terceira fase da Guerrilha, teria crescido, segundo a lembrança de marceneiros de Xambioá. A madeira era a mesma utilizada para os cidadãos: mogno, árvore abundante naquela época e hoje praticamente extinta. Outros dizem ainda que não se pode descartar a possibilidade de caixões mais “pobrezinhos” também terem sido usados e trazidos por militares.

Memória garante registro da 'guerra'

Filho de antigo militante comunista, Daniel Ribeiro Callado, o Doca, fez história no Araguaia. As Forças Armadas têm informações sobre o ex-zagueiro da seleção de São Gonçalo desde 1963, quando participava de greves e comícios no Rio. Morreu em 28 de junho de 1974, segundo a Marinha. Várias denúncias, como a de Amaro Lins, preso várias vezes por suas ligações com o PCdoB, indicam seu assassinato e sepultamento em Xambioá.

Recentemente foi reconhecido em uma fotografia, na qual aparece agachado, tendo o ex-sargento Santa Cruz às suas costas. Ao chegar ao cemitério daquela cidade, a expedição de outubro encontrou seu Saturnino, hoje com 72 anos, que teria auxiliado Daniel na fuga para o Maranhão, aproximadamente em abril de 1974. Trazido de volta pelos mi-

litares, foi visto por uma antiga moradora, descendo de uma caminhonete – todo “estropiado”. A mesma que o viu fugir de uma antiga hospedaria, deixando três caixas, levadas em seguida por soldados. Ao ver as fotos de guerrilheiros nas mãos de integrantes da expedição, a comerciante mostrava maior interesse em ver a de Daniel, querido na região pela amizade e pelos jogos de futebol. Muitos meninos daquela época aprenderam com ele e seus amigos a ginga e o prazer do jogo de bola. A memória não falha e basta um segundo para ser reconhecido numa foto de 27 anos atrás.

Saturnino, ansioso por notícias do antigo protegido, não aceita num primeiro momento seu “desaparecimento”. Sem saber da prisão de Daniel, conta que ele chorou ao saber da captura de Paulo, tratado pelo guerrilheiro e Saturnino após os tiros que levou na perna. Dezesesseis comprimidos de Bactrin foram entregues a Paulo antes de sua fuga para as matas do Araguaia. Saturnino reconhece o amigo na fotografia de Paulo Roberto Pereira Marques, conhecido na guerrilha e chamado, “sem querer”, por Daniel como Amauri.

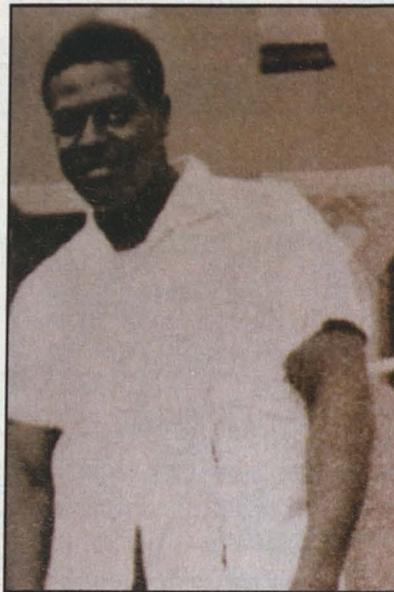
Reportagem do dossiê Araguaia, de *O Globo*, em 1996, registra uma testemunha da execução de Paulo Roberto em Araganã (TO), onde morou, segundo antigos habitantes da cidade próxima a Caianos, lugarejo no qual vários guerrilheiros do destacamento C tiveram posse de terra e têm suas histórias registradas na memória local.

Ali, o presidente do Sindicato Rural de Xambioá, Horácio Maranhão, ex-arenista, pretendeu, no início dos anos 70, o apoio político de Paulo Mendes Rodrigues, respeitado à época por moradores graças, principalmente, ao auxílio que lhes prestava no “fazer contas” de dívidas e pagamentos.

A chegada do corpo do dr. Paulo à delegacia de Xambioá, em 1974, provocou rebuliço também em São Geraldo. Várias mulheres das duas cidades correram ao posto policial enfrentando autori-

dades, segundo ela e dona Maria da Metade (entre São Domingos e São Geraldo) para despedirem-se do doutor que “cuidou da saúde de muita gente por lá”.

O conselho do dr. Paulo na gravidez complicada salvou a vida do filho de dona Domingas e ela diz ter visto seu corpo (reconhecido na foto de Paulo Roberto) e o do italiano Líbero Giancarlo Castiglia, o Joca, entre mais dois ou três que ela não pôde ver o rosto.



Osvaldão, mineiro de Passa Quatro, apesar da simplicidade, um dos guerrilheiros mais populares do Araguaia

Para dona Domingas, todos eles poderiam ter sido enterrados no cemitério de Xambioá. Algum tempo depois também viu várias cabeças. Em suas lembranças, seriam três mulheres e quatro homens. Diz que estavam “brancas pelo tempo” e, ao ver fotografias, acredita que uma das moças poderia ser a mineira Valquíria Afonso Costa, vista com vida na delegacia de Xambioá. Val foi a última guerrilheira morta, em 25 de outubro de 1974, de acordo com a Marinha. Um dos rapazes “poderia” ser Vandick Reidner Pereira Coqueiro, terceirista de Economia em Salvador, casado com a estudante de Geografia Dinaelza

Coqueiro, também “desaparecida” no Araguaia.

A guerrilha tem arquivos com depoimentos de prisioneiros, fotografias e relatórios guardados a sete chaves pelas Forças Armadas. Vez ou outra, militares vazam para a imprensa algumas informações. Alívios de consciência para alguns, chantagens ao Estado para outros, todos os que participaram desses atentados contra os direitos humanos são criminosos da Convenção de Genebra.

A União decretou que arquivos poderão ser vistos daqui a muitos anos, talvez 100. Mas a história travada naquela região pede urgência nos esclarecimentos sobre o único combate rural militar registrado de fato na década de 1970 e que envolveu nada menos que 10 mil militares.

O Araguaia possuiu memória local da vida de 60 guerrilheiros e 31 camponeses que aderiram à guerrilha. Quem define o que é história para um país é o seu povo, não o sarcasmo de “vencedores” de massacres e torturas, acobertadores de maldades financiadas pelo dinheiro público.

Que o diga o sofrido sul do Pará, que abriga a triste estatística de estado com a maior incidência de assassinatos no campo nas últimas três décadas.

O sebastianismo tradicional das lendas do Maranhão, exportador de camponeses e garimpeiros para o antigo norte de Goiás e sul do Pará, tem garantido a lembrança dos tempos da guerra, como dizem por lá. Assim, mulheres e homens araguaianos afirmam que, entre os 59 guerrilheiros “desaparecidos”, uma não morreu: a baiana Dinalva Oliveira Teixeira, a Dina, geóloga, parteira, vendedora de aviamentos e feliz camponesa que habitou aquelas bandas.

Morta, como Áurea Eliza Valadão em junho de 1974, segundo os militares, Dina permanece viva, sorrindo às margens do Araguaia, exibindo o primeiro biquíni que adentrou as águas mornas e misteriosas da pacata, porém guerreira, Xambioá. ■

Prêmio à resistência

Medalha Chico Mendes de Resistência homenageia destaques em direitos humanos

Alvaro Neiva

O GRUPO TORTURA NUNCA MAIS/RJ entregou em 1º de abril a 14ª Medalha Chico Mendes de Resistência àqueles que se destacaram na luta contra a ditadura militar, a impunidade, a violência contra os movimentos populares e as violações de direitos humanos no Brasil e no mundo. O prêmio conta ainda com o apoio da Comissão de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), entre outros.

Os primeiros homenageados foram sindicalistas assassinados em função da sua atuação: Margarida Maria Alves, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoas, morta em 1983; Sebastião Francisco de Lima, o Tião Sem Medo, diretor da Central Única dos Trabalhadores (CUT), assassinado em 1998; Aldanir Carlos dos Santos, também dirigente da CUT, morto em 2001, e o casal de enfermeiros Marcos e Edna Valadão, assassinados numa emboscada em 1999. Além deles, foi homenageado o ferroviário aposentado e ex-deputado Demisthóclides Baptista, o Batistinha, morto em 1993. Todos os crimes continuam impunes.

Também foram homenageados dois militantes mortos durante a ditadura militar. Dinaelza Soares Santana Coqueiro desapareceu durante a guerrilha do Araguaia, entre o final de 1973 e os primeiros meses de 1974. Não há uma versão definitiva sobre sua morte. Luiz Antônio Santa Bárbara havia sido deslocado para o sertão da Bahia, onde era conhecido como "professor Roberto". Ele foi morto dentro de casa em agosto de 1971.



Luiz Francisco de Souza, procurador da República: luta reconhecida

Foto: Victor Soares - ABr

“O papel da Procuradoria é defender a população, que é vítima dos banqueiros, latifundiários e das grandes empresas multinacionais”

O bispo de Juazeiro (BA), dom José Rodrigues de Souza, foi condecorado pela sua trajetória em defesa dos moradores pobres da região. Logo que chegou à cidade, o bispo entrou na luta pelos interesses das milhares de pessoas desalojadas na construção da hidrelétrica de Sobradinho. Desde então, trabalhou ativamente no

combate à fome. O frei Henri Burin des Rozières, coordenador da Comissão Pastoral da Terra em Xinguara (PA), ameaçado de morte por defender os trabalhadores escravizados na região, também recebeu o prêmio. O frade dominicano francês, que chegou ao Brasil durante o governo Médici, vem lutando contra a violência das milícias organizadas por fazendeiros e a corrupção da Justiça.

O jornalista Jânio de Freitas e a revista *Caros Amigos* foram homenageados pelo seu esforço em romper o discurso único veiculado pela grande mídia, dando espaço a importantes personalidades da vida política brasileira e a denúncias contra os equívocos da classe dirigente nacional.

O Movimento dos Trabalhadores Desempregados da Argentina, também conhecido como Piqueteros, estava entre os homenageados, mas José Gabriel Fernandes, o representante do movimento que receberia o prêmio, foi impedido de viajar ao Brasil pela Migração argentina. Os piqueteiros introduziram inovações na resistência ao modelo econômico argentino, incorporando os desempregados à luta política. Eles chamaram a atenção do mundo para o drama dos desempregados bloqueando estradas estratégicas e passaram a ser duramente reprimidos pela polícia.

O procurador da República Luiz Francisco de Souza recebeu o reconhecimento por sua luta contra a corrupção e a impunidade. Ao receber a medalha, Luiz Francisco afirmou: “O papel da Procuradoria é defender a população, que é vítima dos banqueiros, dos latifundiários e das grandes empresas multinacionais.” O procurador recebeu também das mãos do deputado estadual Chico Alencar o prêmio Herbert de Souza de Direitos Humanos, outorgado pela Comissão de Direitos Humanos da Alerj.

No final do ato, foi prestada uma homenagem ao povo palestino. O embaixador palestino, Musa Amer Odeh, agradeceu a medalha e todas as manifestações de solidariedade que os palestinos vêm recebendo da comunidade internacional. ■

Tuxauas assinalam a grande contribuição tribal ao Brasil, inclusive no enriquecimento da biodiversidade, e se queixam da implantação de unidades militares em reservas nas fronteiras, pois consideram que isso “coloca a soberania nacional acima da dignidade e dos direitos dos povos indígenas”

Procópio Mineiro

MAIS DE 600 LIDERANÇAS INDÍGENAS estiveram reunidas em Roraima, na aldeia pium, poucos dias antes do lançamento oficial da Campanha da Fraternidade de 2002, debatendo as principais dificuldades enfrentadas pelas tribos.

A 31ª Assembléia Geral dos Tuxauas 2002 resultou numa Carta Aberta às Autoridades, na qual se reivindica respeito aos direitos humanos dos índios brasileiros e lembra a ancestral contribuição que têm dado ao país, seja pela convivência harmoniosa com a natureza, seja pelo empenho na própria definição das fronteiras nacionais. “Com a Constituição Federal de 1988, muitos direitos nos foram reconhecidos, no entanto não são respeitados. Vale lembrar que o prazo de cinco anos estabelecido para a regularização fundiária das terras indígenas não foi cumprido”, queixaram-se.

Explorações ilegais, invasões até em terras indígenas já demarcadas, fazendeiros já indenizados mantendo-se em áreas reservadas ou vendendo posses griladas, segmentos oficiais desatentos a esses pro-

Índios reclamam E QUEREM direitos respeitados



Índios fazem protesto em frente ao Congresso Nacional, em Brasília

blemas, além da difusão de doenças mortais – estas são algumas das denúncias apresentadas pelas lideranças tribais, que se mostram temerosas ainda de novas investidas dos candidatos no período eleitoral deste ano. Nos pleitos anteriores, o saldo foi muito ruim para as comunidades, segundo avaliaram.

Afirmação e reivindicações

“Vimos afirmar nossos direitos fundamentais”, dizem os chefes tribais na abertura da carta. “É livre quem pode pensar, expressar, viver conforme seus princípios, dizer sim ou não, para viver com dignidade. Já fomos muito explorados, humilhados e massacrados. Resistimos a todas as formas de invasão, colonização forçada, degradação cultural e extinção decretada. Nossa contribuição ao Brasil é

visível, principalmente na Amazônia, em território tradicional, onde podemos constatar as maiores concentrações de florestas preservadas, a abundância de água potável e o enriquecimento da biodiversidade. Nossos avós ajudaram a ampliar e defender nossas fronteiras, definindo o território brasileiro.”

Enfocando a questão dos direitos, eles lembram que muitas das prerrogativas conquistadas na Constituição de 1988 não são respeitadas atualmente. Além disso, não se cumpriu o prazo de cinco anos para a regularização fundiária das suas terras.

“Esta indefinição causa sofrimento, mortes, doença, invasão, discriminação, contaminação das águas, desmatamento, exploração dos recursos naturais e demais conflitos em decorrência de disputas sobre as terras indígenas.”

Como exemplo, citam o estado de Roraima, "pois as autoridades competentes, principalmente a classe política, se omitem do dever de buscar soluções para os conflitos. O maior exemplo disso é a mobilização contra o procedimento demarcatório da Terra Indígena Raposa Serra do Sol".

Entre as maiores preocupações, enumeram os projetos em áreas indígenas – incluindo os oriundos do Calha Norte e do sistema de transmissão de eletricidade da Venezuela para o Brasil –, a criação de municípios em terras tribais, contatos desestruturadores, com disseminação de bebidas alcoólicas e drogas, além da prostituição. Os índios queixam-se ainda da presença de destacamentos da Polícia Militar, que querem ver substituída pela Polícia Federal, e de projetos agrícolas que acabam por lançar agrotóxicos em rios e igarapés. Apontam, diretamente, a contaminação dos rios roraimenses Surumu, Cotingo e Tacutu por defensivos agrícolas químicos utilizados por rizicultores.

Quartéis e unidades ambientais

O manifesto dos tuxauas aponta como danosa a construção de quartéis militares na região, como o de Uiramutã, na Terra Indígena Raposa Serra do Sol, estando previsto outro na região de Ericó, na Terra Indígena Ianomâmi. "Os quartéis são construídos sem qualquer consulta e contra a vontade manifesta das comunidades indígenas", reclamam os tuxauas. "A intransigência na implantação forçada de unidades militares em terras indígenas coloca a soberania nacional acima da dignidade e dos direitos dos povos indígenas."

Os chefes tribais são muito críticos em relação à presença militar, a qual acusam de facilitar invasões e contatos indesejados, inclusive de ordem sexual. "As manobras e treinamentos militares causam constrangimento e provocam um terrorismo psicológico, agredindo a organização sociocultural, crenças, línguas, costumes e tradições indígenas. (...) Está havendo interferência na educação e saúde indíge-

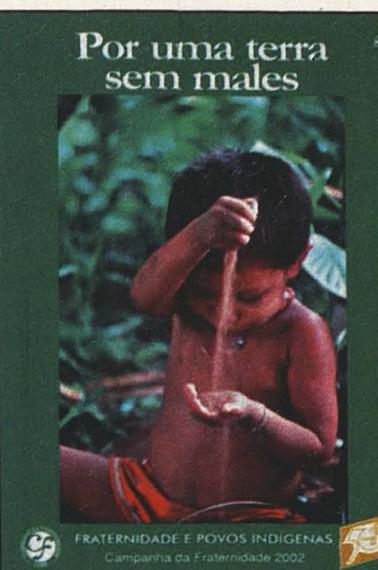
ONGs apóiam reivindicações

A Campanha da Fraternidade terminou oficialmente no Domingo de Páscoa, mas suas propostas continuam a mobilizar a Igreja e todos os setores envolvidos com a questão indígena, tema deste ano. Várias organizações divulgaram uma declaração de apoio à causa indígena, assinalando aspectos que consideram fundamentais para a solução dos problemas.

O documento assinala que "por uma terra sem males, tema da Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) deste ano, chegou em boa hora. Há sete anos, o novo Estatuto dos Povos Indígenas está obstruído no Congresso Nacional. É uma oportunidade que a sociedade civil organizada tem de manifestar seu apoio à campanha, que também pede a conclusão da demarcação das terras indígenas".

Segundo as organizações não-governamentais, "os direitos constitucionais dos índios aguardam sua regulamentação desde 1988, estando o processo legislativo para a revisão do Estatuto do Índio obstruído há sete anos na Câmara dos Deputados". As entidades denunciam que, "após avanços importantes ocorridos na última década, o processo de identificação e

demarcação tem se desenvolvido com extrema lentidão, havendo, ainda, pendências políticas, como a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol". Afirmam ainda que as políticas de atenção à saúde, à educação e ao fomento às atividades produtivas dos povos indígenas, bem como à conservação e ao uso sustentável dos seus recursos naturais, dependem de novas medidas governamentais, que estão demorando.



demarcação tem se desenvolvido com extrema lentidão, havendo, ainda, pendências políticas, como a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol". Afirmam ainda que as políticas de atenção à saúde, à educação e ao fomento às atividades produtivas dos povos indígenas, bem como à conservação e ao uso sustentável dos seus recursos naturais, dependem de novas medidas governamentais, que estão demorando.

Além do Instituto Socioambiental (ISA), assinaram o manifesto o Centro de Trabalho Indigenista (CTI), a Comissão Pró-Yanomami (CCPY), o Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPAN), a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN) e a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab).

possa Serra do Sol e Ianomâmi, pois "desrespeitam o nosso direito constitucional à posse permanente e ao usufruto exclusivo dos recursos naturais."

Este ano, os setores ligados à questão indígena pretendem dar grande visibilidade ao tema, a partir do debate iniciado com a Campanha da Fraternidade e pelo espaço de debate que surgirá com a campanha presidencial. ■

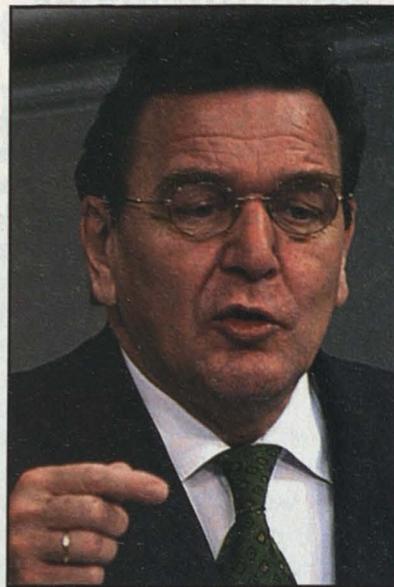
Alca e União Européia incorporam o AMI

Quando o Acordo Multilateral de Investimentos (AMI) foi denunciado na França e nos Estados Unidos, em 1997-1998, o Itamaraty já havia negociado, sob constrangimento e mal-estar de seus diplomatas, vários acordos bilaterais do gênero com países europeus e com os Estados Unidos. Ao todo, foram 13, até o fim da década de 90. O governo, dessa forma, procurava antecipar-se às dificuldades que o AMI encontraria para se impor, depois de o mundo inteiro haver tomado conhecimento da inaceitável truculência do seu teor e reagido com atos de veemente condenação. Mais tarde, o tema passou a ser tratado no âmbito da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), cuja agenda, preparada pelo governo norte-americano, foi mantida em segredo por muito tempo.

Se vier a esbarrar em obstáculos na Alca (vários trechos da minuta do capítulo sobre investimentos estão entre colchetes, o que significa que em torno deles continuam as divergências), a proteção aos investimentos já estará formalmente assegurada nos 13 acordos, a menos que o Congresso Nacional resolva assumir a defesa dos interesses e da soberania do Brasil e recusar-se a homologá-los. Como a atual composição do Poder Legislativo ostenta folgada maioria obediente ao Poder Executivo, é necessário que toda a nação a tenha sob severa vigilância e fortes pressões.

Apenas para informar os leitores que desconhecem e/ou não têm acompanhado sistematicamente o desdobrar-se dessa questão, é de grande relevância uma breve alusão aos primórdios do AMI e à substância do seu conteúdo.

Trata-se de iniciativa dos Estados Unidos, agilizada na gestão Bill Clinton, juntamente com os demais integrantes da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômicos (OCDE) – Japão, Inglaterra, Alemanha, França, Itália e Canadá, principalmente. Seu objetivo era sistematizar a desregulamentação – a mais ampla possível –, destacadamen-



Gerhard Schröder: a visita do primeiro-ministro alemão fez com que FHC tente acelerar a homologação do acordo

te nos países em desenvolvimento dependentes do capital estrangeiro, a partir das normas aprovadas pela Organização Mundial do Comércio (OMC), e estendê-la a setores vitais das economias de todo o mundo – indústria, comércio, serviços, agricultura, mercados financeiros, cambiais e de ações, recursos naturais, propriedade fundiária, subsolo etc., com a finalidade de impor o direito absoluto dos investidores estrangeiros das grandes potências de agirem sem quaisquer restrições, num cenário de total liberdade para o capital.

De acordo com o texto do AMI, os governos de todos os países ficariam proibidos de adotarem medidas de favorecimento às empresas nacionais sem a devida compensação às empresas transnacionais. Todas as leis consideradas discriminatórias em relação ao capital estrangeiro teriam de ser revogadas, bem como as normas que viessem a definir limites às atividades nas indústrias extrativas, mineração e vegetal, por exemplo. Várias dessas imposições estão consagradas nos 13 acordos com países da UE. Falta, no en-

tanto, a homologação por parte do Poder Legislativo. Duas comissões do Congresso já votaram o acordo com a Alemanha, depois de emendado em pontos que violavam a Constituição brasileira.

Recentemente, depois da visita do chanceler da Alemanha, Gerhard Schröder, ao Brasil, o presidente FHC fez apelo ao Congresso Nacional para que homologue esse acordo e ficou de conversar posteriormente sobre o assunto com as lideranças nas duas Casas do Legislativo.

Deputados e senadores e a opinião pública nacional precisam estar atentos aos riscos que o país correrá, se tais acordos vierem a ser aprovados. São imposições descabidas, uma verdadeira cassação da soberania nacional e uma humilhação para o povo brasileiro. É preciso verificar, a essa altura, que tipos de concessões adicionais o sr. Fernando Henrique Cardoso tem feito isoladamente, em segredo, para a submissão completa do país aos desígnios dos Estados Unidos e da União Européia, através do seu modelo de diplomacia presidencial.

A minuta do capítulo sobre Investimentos do Tratado da Área de Livre Comércio das Américas revela claramente a intenção de os Estados Unidos não apenas ampliarem os direitos dos investidores estrangeiros, mas também restringir a capacidade dos governos latino-americanos de regular e disciplinarem os investimentos externos com vista ao desenvolvimento autônomo. A minuta reproduz na íntegra o texto do Tratado de Livre Comércio da América do Norte (Naf-ta), do qual são signatários os Estados Unidos, o Canadá e o México. Incorpora, portanto, a outorga de direitos especiais às empresas de capital estrangeiro de recorrerem à arbitragem internacional secreta e privada, ao invés de apelarem para tribunais nacionais, no caso, por exemplo, da revogação de leis ou regulamentos aprovados pelos legislativos. O Tratado da Alca proíbe qualquer ação governamental que possa reduzir os lucros das empresas estrangeiras, a fixação de percentuais de nacionalização dos produtos de sua fabricação em qualquer país e a transferência de tecnologia.

Que os Estados Unidos não respei-

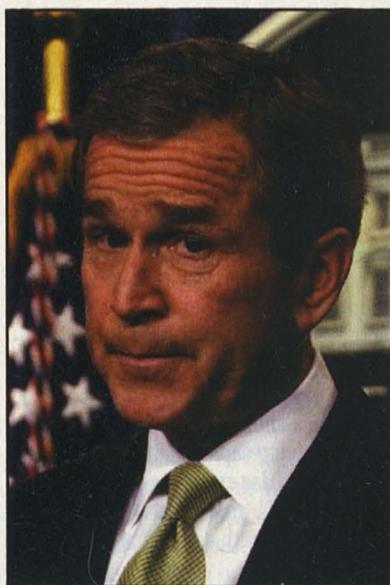


Foto: AFP

George W. Bush enfrenta dificuldades com a 'Via Rápida'

tam os países subdesenvolvidos sabe-se que é uma praxe histórica. Inadmissível é os governos de tais países aceitarem imposições descabidas como as da Alca. Rechaçá-las é dever de todo governo que nutre o mínimo de respeito por si próprio, seja qual for o preço a pagar. Do contrário, o país se verá entre o martelo e a bigorna – ensanduichado entre a UE e os Estados Unidos através da Alca.

Diante da decisão do Congresso americano de negar ao presidente George W. Bush as facilidades da "Via Rápida", o Brasil, particularmente, deveria ter encerrado a sua participação nas tratativas com vista à formação da Área de Livre Comércio das Américas. Motivos adicionais também não faltam. Por exemplo: o tratamento dispensado pelo governo Bush a produtos brasileiros como o aço, tecidos e suco de laranja, comprovação prática de que os Estados Unidos jamais abandonarão o protecionismo como linha essencial e incontornável de sua política comercial.

O Congresso Nacional e o povo brasileiros estão diante de fatos insólitos e de gravidade indisfarçável. O Acordo Multilateral de Investimentos não deu certo, mas seu espírito baixou nos terreiros da UE, do Nafta, da Casa Branca e no picadeiro do Palácio do Planalto. ■

Poupança interna é a opção

Para os países hoje enquadrados no modelo econômico de absoluta dependência externa de capitais e, assim, atolados em dívidas internas e externas, um congresso do qual participaram mais de mil investidores europeus, em Londres, com o objetivo de discutir o mercado internacional de bônus, emitiu um mau sinal: os emergentes da América Latina foram considerados uma boa opção para apenas 6% dos empresários presentes; os países do Leste e do Centro europeus e a Turquia tiveram 44% das preferências, e a Rússia, 42%.

Eles acompanham atentamente o sucesso do euro e o processo de ampliação da União Européia, com a absorção da República Tcheca, Hungria, Polônia e outros que serão admitidos na UE e na zona do euro até 2005.

Com as suas economias em deterioração e sem influência nas decisões das potências que comandam a economia mundial, os chamados emergentes da América Latina são relegados a plano secundário, mais ainda depois do "estouro" argentino. Os recursos que poderão atrair vão lhes custar cada vez mais caro, e as exigências serão insuportáveis.

A saída para o Brasil é valer-se da poupança interna, promover a reorganização do Sistema Financeiro Nacional para que essa poupança seja captada e repassada ao setor produtivo, a custos civilizados e economicamente justos. As instituições financeiras terão de voltar a exercer o seu papel essencial: oferta de créditos e financiamentos. O Estado deverá retomar a obrigação de poupar, nos níveis do início da década de 70. Ao mesmo tempo, o governo terá de renegociar a dívida pública interna, com sensível baixa na remuneração dos seus papéis, para estimular os investimentos através do crédito abundante e barato, uma vez assegurada uma taxa de lucro superior às taxas de juros que remuneraram os papéis do governo e demais títulos no mercado. A eficiência marginal do capital, dada pela expectativa de lucro de um investimento produtivo em relação à taxa de juros de uma aplicação financeira, deve desestimular a aplicação especulativa.

Será preciso uma política salarial que eleve a remuneração do trabalhador e a renda familiar, de modo a propiciar-lhes a cobertura dos gastos necessários e uma sobra para poupança. A idéia de que a poupança interna é insuficiente, por isso torna-se importante o ingresso de capital estrangeiro para o país se desenvolver, já se revelou incorreta e desmentida em várias fases do desenvolvimento do país.

O governo insiste na mistificação do capital estrangeiro como fator indispensável ao crescimento do Brasil. Mas, dos 27,13 bilhões de dólares destinados aos projetos que aprovou em 2001, o BNDES reservou 6,6 bilhões de reais para empresas de capital estrangeiro, elevando de 17,7% em 2000 para 26,3% em 2001 os financiamentos concedidos a empresas multinacionais. Parte desses recursos foi para a indústria automotiva (Ford na Bahia, por exemplo) e duas empresas aéreas americanas (Continental Air Lines e Mesa Air Lines).

Igualados os seus direitos aos das empresas de capital brasileiro, as multinacionais deixaram de trazer recursos próprios (salvo para aplicações especulativas em títulos do governo e ações e sob a forma de empréstimos) e passaram a usar a poupança doméstica para os seus investimentos no Brasil. Livram-se, dessa forma, do risco cambial e comodamente se valem do esforço interno de poupança, em nome dos insignificantes empregos que prometem gerar.

Só em 2000 e 2001, o BNDES concedeu a essas empresas financiamentos no montante superior a 10 bilhões de dólares. O pretexto é incentivá-las a trazerem dólares de fora, não para investimentos no setor produtivo, mas para a compra de estatais e de lucrativas empresas de capital nacional. As sobras servem para cobrir os rombos na conta-corrente do balanço de pagamentos. É sempre oportuno lembrar que, ao ser transformado em banco de negócios, o BNDES forneceu mais de 10 bilhões de dólares para multinacionais comprarem estatais brasileiras. Hoje, o banco gasta milhões de reais para socorrer o combalido segmento eletrônico das Organizações Globo. ■

Uma bomba para o próximo governo

O presidente da República proclamou o fim da restrição do consumo de energia elétrica por causa da “seca”, versão arranjada para a falta de investimentos na geração e em linhas de transmissão. Entretanto, os consumidores terão de continuar suas apostas na colaboração e na generosidade de São Pedro a partir de 2004, quando o Brasil estará sob o novo governo a ser eleito em outubro próximo.

No pronunciamento em que anunciou a vigência da medida para primeiro de março deste ano eleitoral de 2002, o presidente garantiu que o país está livre de novas crises no abastecimento de energia elétrica em 2002, mesmo na hipótese de baixa hidrologia (escassez de chuvas). Em relação ao futuro, todavia, FHC não se mostrou lá muito seguro: “Vamos acompanhar o restante do ano na convicção de que não precisaremos de novos esforços dessa magnitude, mas com a certeza também de que, se for necessário, suspende-se o que foi decidido. Faz-se o racionamento de novo.” Prova dessa dúvida foi a reação insegura do governo diante das advertências dos professores Luiz Pinguelli Rosa, Maurício Tolmasquin e Ildo Sauer sobre a inconveniência do fim

do racionamento a partir de março. Como o presidente não é de dar mão à palmatória, tentou a costureira saída pela desqualificação, taxando de “batatadas” as recomendações daqueles técnicos.

Quanto ao abastecimento a partir de 2004, só Deus sabe, pois a construção de boa parte das 124 novas usinas prevista no Programa Estratégico de Aumento da Oferta está atrasada, por diversos motivos, entre eles os ambientais. São 38 usinas térmicas a gás natural, 28 hidrelétricas e 58 unidades geradoras emergenciais. Ao entrarem em operação, essas usinas passarão a produzir 24.261 megawatts, elevando dos atuais 79.460 MW para 103.721MW a nossa potência instalada.

O Programa Estratégico de Aumento da Oferta prevê, também, 34 linhas de transmissão e um subprograma de importação de energia, bem como a geração a partir de fontes alternativas, como a eólica. Os investimentos totalizarão 45 bilhões de reais, 80% dos quais de responsabilidade da iniciativa privada. A Petrobras e a Eletrobrás, juntamente, investirão apenas 10 bilhões. O governo resolveu que o capital privado vai liderar esses investimentos, sob pretexto da falta de re-

ursos públicos. A verdade, porém, é que as estatais, por decisão do soberano Fundo Monetário Internacional (FMI), há muito tempo estão proibidas de investir até mesmo recursos próprios nos respectivos setores, simplesmente porque o fundo incluiu os investimentos dessas empresas no conceito de déficit público.

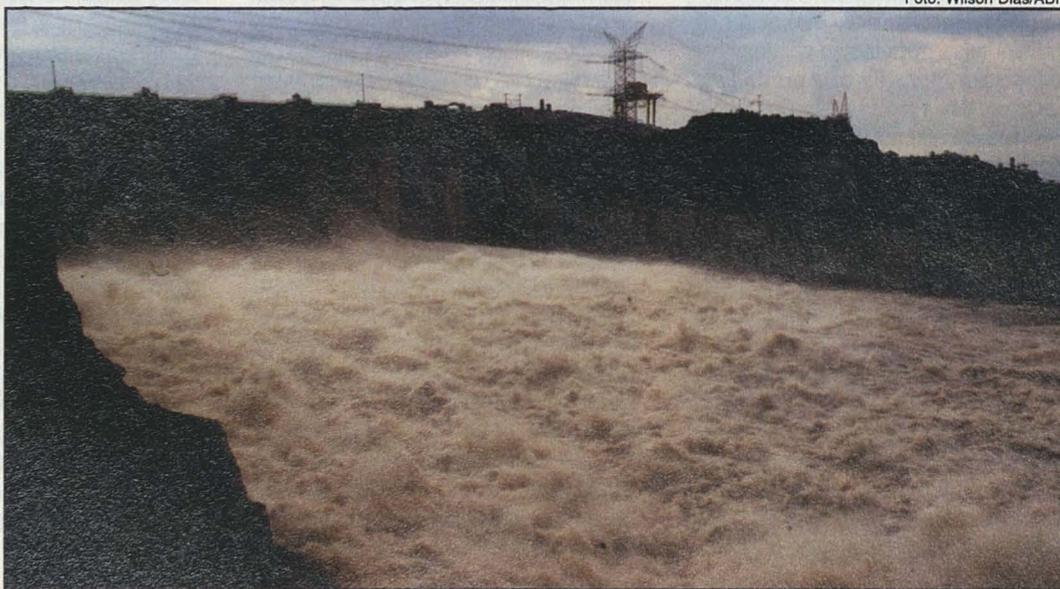
Na realidade, não é da índole e do interesse da iniciativa privada, seja brasileira, seja estrangeira, fazer investimentos de maturação longa – investimentos que só passam a dar retorno cinco, seis, 10 ou mais anos à frente. O maior exemplo disso deu o capital estrangeiro ao tentar a compra das empresas estatais do setor elétrico, já amortizadas e altamente rentáveis e lucrativas, mas a preços irrisórios.

Como o BNDES opera mais como banco de negócios do que na condição de banco de fomento, a ele incumbirá o fornecimento dos recursos às empresas privadas, inclusive estrangeiras, para a construção das usinas. Resta saber em que condições os financiamentos serão concedidos.

Seja como for, a responsabilidade da solução do problema energético brasileiro será transferida para o próximo governo. Esta é apenas uma das bombas de efeito retardado que constituem o legado do governo de Fernando Henrique Cardoso ao seu sucessor. ■

Foto: Wilson Dias/ABR

Os equívocos da política energética do governo Fernando Henrique farão com que o próximo governo continue dependendo dos céus para manter os reservatórios cheios e a distribuição de energia equilibrada



Os loucos estão soltos

Os economistas Rudiger Dornbusch e Ricardo Caballero, ambos professores no Massachusetts Institute of Technology (MIT), nos Estados Unidos, perderam a noção de bom senso, equilíbrio e respeito no artigo que escreveram a quatro mãos sob o título "Argentina merecia a intervenção", publicado na *Folha de S. Paulo*, edição de 10 de março último.

Nesse trabalho, os autores preferiram desempenhar o papel de raivosos propagandistas do neoliberalismo declinante, escondendo as verdadeiras causas do desastre que infelicitou a Argentina, a fazerem o uso adequado dos instrumentos conceituais de análise da Economia para melhor diagnosticarem os males de que vem padecendo o nosso vizinho.

Há anos e anos, o sr. Dornbusch vem exaltando a sucessão de crimes que os neoliberais de plantão têm praticado no mundo inteiro, instruídos pelos tecnocratas do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (Bird) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), por detrás dos quais se escondem os banqueiros americanos e ingleses, notadamente.

Sabia, na condição de economista altamente qualificado, assim como o seu parceiro, professor Caballero, que a desregulamentação, a liberalização dos mercados, a privatização, a fragilização do Estado, a exclusão do capital nacional e dos trabalhadores dos processos produtivos não poderiam produzir resultados diferentes. Claro, a barulhenta derrocada da Argentina poderá repetir-se no Brasil e nos demais países cujos governos foram induzidos a surfar nas violentas ondas que surgiram da Grande Transformação (Inglaterra vitoriana), passaram por Mont Pélerin e chegaram ao Consenso de Washington. É essa possibilidade que atormenta os dois autores, e com justificadas razões.

Qualquer primeiranista de Economia seria capaz de prever o desfecho da sucessão de atos de imprudência e irresponsabilidade que ao longo do final dos anos 80

e da década de 90 foram praticados com requintes de perversidade contra o povo argentino. Não foram poucos os economistas competentes, responsáveis e de bom senso que previram o desastre. Infelizmente, acertaram.

Os professores Dornbusch e Caballero, portanto, não podem fingir que foram colhidos de surpresa diante da falência econômica, política e social da Argentina, fruto de um modelo que incorpora a ampla liberdade do capital, fundamento de um capitalismo absolutamente livre de controles políticos e sociais.

Ao constatarem "a sobrecarga da comunidade argentina", os dois autores do artigo referido recomendam que o país "deve abrir mão de boa parte de sua soberania monetária, fiscal, regulatória e da administração de ativos por um período prolongado de cinco anos". Propuseram ainda que a Argentina se submeta a "um conselho formado por executivos experientes de bancos centrais para assumir o controle da política monetária". Os professores tratam o país como se já pertencesse ao território econômico norte-americano. Por isso, dispensam-se de pedir o fim da soberania geopolítica.

Reconstrução urgente

Hoje, a situação da Argentina é, de veras, extremamente crítica. Em um clima de exaltação da "modernidade", a permissividade do capital internacional instalou-se no país para subtrair-lhe as telecomunicações, o sistema de transportes e o subsolo; as empresas de energia elétrica, o petróleo e o gás; os bancos, empresas rentáveis de capital privado nacional, a água

e a saúde. O capital internacional impôs ao país a falsa estabilidade monetária, o falso progresso; forçou a desregulamentação e a liberalização; derrogou direitos do trabalhador, tirou-lhe salários e aumentou-lhe a carga tributária; instituiu o desemprego para ampliação do exército de reserva. Para completar o saque, bancos estrangeiros mandaram para fora dezenas de bilhões de dólares que não puderam ser devolvidos aos correntistas que optaram por fazer o seu pé-de-meia na moeda americana. Como se tudo isso fosse pouco, os professores Rudiger Dornbusch e Ricardo Caballero exigem, ainda, "a privatização dos portos, dos serviços alfandegários e de outros setores; a desregulamentação em larga escala, para uma concorrência efetiva nos setores de atacado e de varejo". É inesgotável o saco de maldades desses professores do MIT. Tratá-los como seres mentalmente sadios, dotados de razão, é, certamente, demonstração de imprudência. ■



Argentinos fazem protesto, em frente ao Banco Central, contra a política econômica que afundou o país

Foto: AFP

Postal Norte-Sul

AUTO-AJUDA



A PAZ DE TODO DIA
Cláudia Nogueira e Sandra Nedopetalski
Cód. 85-86448-08-7
Com os olhos voltados para a força íntima é que nos revestiremos da capacidade de enxergar a verdadeira essência. 203págs. (15cmx11cm). R\$10,00 - Editora Brahma Kumaris



MINUTOS DE SABEDORIA
C. Torres Peixoto Cód.: 0491-9
Ensinamentos que contribuem para a elaboração de um novo mundo mais pacífico e mais humano. 288 páginas. Dimensão: 11,5cm x 8cm - R\$5,50 - Editora Vozes

BIOGRAFIAS



PRESTES
Lutas e autocríticas. Edição Comemorativa dos 100 anos de Luiz Carlos Prestes
Dênis de Moraes e Francisco Viana
Cód. 020015
Este é o livro para o qual, em vida, Prestes deu o seu melhor depoimento. Para esta edição, a família Prestes abriu seus arquivos de fotos (quatro cadernos de fotos, 32 páginas). 324 páginas. R\$39,00 - Ed. Mauad



FIDEL CASTRO - Uma biografia consentida Tomo I - Do menino ao guerrilheiro
Claudia Furiati Cód.85.7106-327-4
A chegada do pai espanhol de Fidel a Cuba, no início do século XX, até a vitória da Revolução naquele país, em janeiro de 1959. Ilustrado com fotos e mapas. 576 págs. R\$54,00 - Ed. Revan



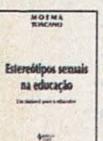
FIDEL CASTRO - Uma biografia consentida Tomo II - Do subversivo ao estadista
Claudia Furiati Cód.85.7106-328-2
A formação do novo poder em Cuba, a "crise dos mísseis" de 1962, o apoio de Cuba à luta de libertação em Angola, e outros países que se batiam contra o imperialismo. A confirmação de Fidel como um dos grandes estadistas do mundo. Com fotos e mapas. 496 páginas. R\$46,00 - Editora Revan

DICIONÁRIOS



DICIONÁRIO DO BRASIL COLONIAL (1500 - 1808)
Ronaldo Vainfas (direção)
Cód. 85 7302 320-1
Primeiro dicionário crítico sobre as nossas raízes coloniais. Os primeiros séculos de nossa história estão representados de A a Z, em forma de verbetes atraentes e concisos. Mostra todos os personagens que nos ajudam a compreender melhor os sentimentos e o modo de vida de uma sociedade meio encantada e meio diabólica como a colonial. 599 páginas. R\$53,90 - Ed. Objetiva

EDUCAÇÃO



ESTEREÓTIPOS SEXUAIS NA EDUCAÇÃO
Um manual para o educador
Moema Toscano Cód.: 85.326.2285-2
Militante feminista desde os anos 70, a autora discute o papel da escola e do professor como obstáculos (quase sempre) ou como alavancas (às vezes) na mudança do relacionamento homem/mulher. 116 páginas. R\$ 15,70 - Editora Vozes

FILOSOFIA



O DESPERTAR DA ÁGUA
Leonardo Boff Cód.5-326-1977-0
O livro continua o anterior *A água e a galinha*, e relaciona a dimensão-água e a dimensão-galinha com o Universo, a história e a pessoa humana. 176 páginas. R\$16,50
Editora Vozes



A ÁGUA E A GALINHA
Uma metáfora da condição humana
Leonardo Boff Cód. 85-326-1845-6
Uma história africana proposta ao leitor como reflexão de sua própria condição, origem e destino. Segundo o autor, é preciso que se busque o equilíbrio. 208 páginas. R\$19,80
Editora Vozes

HISTÓRIA



A ERA VARGAS
José Augusto Ribeiro Cód. 83528-1
Uma coleção em três volumes, que aborda acontecimentos em mais de setenta anos de História do Brasil - de 1882 a 1954. O primeiro volume começa pelos antecedentes da Era Vargas e por todo o debate da campanha presidencial de 1929-1930, com três capítulos sobre a questão social. O segundo volume cobre o período que vai do lançamento da candidatura de Vargas à Presidência, em abril de 1950. O terceiro volume é inteiramente dedicado aos acontecimentos desencadeados pelo chamado atentado de Toneleros, em 5 de agosto de 1954, até sua morte, na manhã do dia 24. Total de 971 páginas. R\$60,00. (Os livros não serão comercializados separadamente.) - Casa Jorge Editorial



A ERA VARGAS
José Augusto Ribeiro Cód. 83528-1
Uma coleção em três volumes, que aborda acontecimentos em mais de setenta anos de História do Brasil - de 1882 a 1954. O primeiro volume começa pelos antecedentes da Era Vargas e por todo o debate da campanha presidencial de 1929-1930, com três capítulos sobre a questão social. O segundo volume cobre o período que vai do lançamento da candidatura de Vargas à Presidência, em abril de 1950. O terceiro volume é inteiramente dedicado aos acontecimentos desencadeados pelo chamado atentado de Toneleros, em 5 de agosto de 1954, até sua morte, na manhã do dia 24. Total de 971 páginas. R\$60,00. (Os livros não serão comercializados separadamente.) - Casa Jorge Editorial



HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL
Nelson Werneck Sodré Cód. 0100-68
O livro vem preencher a necessidade de pro-fissionais e estudantes em suas teses, pesquisas, estudos, ensaios e trabalhos dos mais diversos. 501 páginas. R\$59,00 - Editora Mauad



NAS FRONTEIRAS DO PODER
Conflito e direito à terra no Brasil do séc.XIX
Márcia Maria M. Motta Cód. A-025
O livro permite compreender a complexidade das relações sociais e de poder no mundo agrário fluminense de meados do século XIX. 247 páginas - R\$21,00 - Arquivo Público



O EXÉRCITO SOVIÉTICO NA II GUERRA
Leonid Ieremeiev Cód. 0084
Relato dramático e fartamente documentado que revive momento crucial para a sobrevivência dos valores humanitários. 128 páginas. R\$14,00 - Editora Revan



CIDADANIA E GLOBALIZAÇÃO
Lizzi Vieira Cód. 4775-9
O livro aborda com profundidade e competência os desafios trazidos pela globalização, em particular o papel das organizações da sociedade civil na promoção da democracia na esfera global. 142 páginas. R\$18,00 - Editora Record



A REINVENÇÃO DO SERTÃO
Paulo Emilio Matos Martins
Cód. 0349-4
O trabalho particularmente interessante aos euclidianistas que nestas páginas aprendem mais um pouco sobre a face oculta da História do Brasil e recebem sugestões das mais valiosas para futuras aplicações das pesquisas sobre *Os Sertões* e o pensamento social de Euclides da Cunha. 276 páginas. R\$39,00 - Editora FGV



A LUTA PELA BORRACHA NO BRASIL
Warren Dean Cód. 0592-3
A antiga história da domesticação da borracha tem sido freqüentemente contada, nunca, porém, como neste livro. Esta obra constitui-se, com certeza, no trabalho definitivo sobre o tema. 296 páginas. R\$25,00 - Editora Studio Nobel



MINAS DO OURO E DO BARROCO
As raízes históricas da cultura mineira
Washington Albino Cód. BA 7014
O livro reconstitui o barroco mineiro, a primeira manifestação artística autenticamente nacional. Imprescindível para o conhecimento da História do Brasil. 248págs. R\$38,00 - Barlavento Grupo Editorial

LITERATURA



A REPÚBLICA DOS BUGRES
Ruy Tapioca Cód.85.325.1028-0
O livro surge em um momento oportuno para uma reflexão sobre a História do país e a nossa formação como povo. 532páginas. R\$35,00 - Editora Rocco

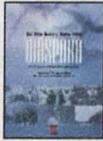


O LIVRO DO GENTIO E DOS TRÊS SÁBIOS (1274-1276)
Raimundo Lúlio Cód. 2653-X
A história de um filósofo gentio e ateu, e a de três sábios, um judeu, um cristão e um muçulmano, que o ajudam e consolam em seus momentos de depressão, através do método de argumentação. 248págs. R\$25,00 - Editora Vozes

POLÍTICA



A FORMAÇÃO DO MST NO BRASIL
Bernardo Mançano Fernandes
Cód. 85.326.2345-X
O autor analisa os processos de formação e territorialização do movimento, desde sua origem - em 1979 - até 1999, em 22 estados, onde o MST está organizado. Importante referência para se compreender a trajetória dos sem-terra em todas as regiões brasileiras. 318páginas. R\$28,60 - Editora Vozes



DIÁSPORA
Os longos caminhos do exílio
José Maria Rabêlo e Thereza Rabêlo
Cód. 85-7509-019-4
Mostra o dia-a-dia dos exilados, com as dificuldades de adaptação a realidades tão diferentes, a luta pela subsistência, a educação dos filhos, a necessidade de dominar uma nova língua imediatamente, as relações de cada um dentro e fora do grupo, seus sonhos, êxitos ou frustrações. 280págs. R\$28,00 Geração Editorial

Faça também o seu pedido online: www.etm.com.br



A CARAVANA DA MORTE

O livro que levou Pinochet ao banco dos réus
Patricia Verdugo Cód. 85.7106.224-2
O livro, obviamente, foi silenciado na época pela imprensa no Chile. Mesmo assim, rendeu vários prêmios. págs. R\$28,00 - Ed. Revan



BRIZOLISMO

João Trojano Sento-Sé Cód. 225.02862
Leitura indispensável para quem se interessa pela história contemporânea do Brasil. 365 páginas. R\$31,00 - Editora FGV



CAPANEMA

O ministro e seu ministério
Angela de Castro Gomes
Cód.85.225.0323-0

O livro retoma eventos e debates ocorridos no primeiro governo Vargas e tudo o que ele marcou nas complexas áreas da saúde, da educação e da cultura em nosso país. 276págs. R\$25,00 Editora FGV



DESMONTE DA NAÇÃO

Ivo Lesbaupin(Org.) Cód. 85.326.2174-0
O governo FHC prometia levar o Brasil à modernidade e ao desenvolvimento, mas vem produzindo um desastre - é a análise da obra. 200 páginas. R\$19,40 - Editora Vozes



O APAGÃO

Por que veio? Como sair dele?
Luiz Pinguelli Rosa Cód. 6227-7
O livro reúne vários artigos publicados pelo autor sobre a gestão da crise de energia que atinge hoje a população brasileira, afogando as famílias e abalando a perspectiva de desenvolvimento econômico e social do país. 125págs. R\$15,00 - Ed. Revan



DOIS ESTUDOS PARA A MÃO ESQUERDA

Cabanagem - Guerrilha ou luta de massas
Renato Guimarães Cód. 0205
O autor apresenta dois ensaios sobre episódio marcante da história brasileira do século passado, como reflexo dirigida aos jovens. 112págs. R\$16,00 - Editora Revan



O FIM DA URSS E A NOVA RÚSSIA

De Gorbachev ao pós-Yeltsin
Angelo Segrillo Cód.85.326.2393-X
As fases da Perestroika, o processo de privatização e ida ao capitalismo da Rússia na década de 1990, além de diversas outras informações da época atual. 152págs. R\$13,80 - Ed. Vozes



O LIBERALISMO NO BRASIL IMPERIAL

Origens, conceitos e prática
Lúcia M^o P. Guimarães & Maria Prado
Cód.85.7106-228-5

A obra reúne estudos sobre a difusão no Brasil das idéias liberais vindas da Europa às vésperas da Independência, focalizando sua repercussão na imprensa, na literatura e nos debates políticos do país na época. 192 págs. R\$24,00 - Editora Revan



DEPOIS DE 500 ANOS

Que Brasil queremos?
Leonardo Boff Cód.85.326.2328-X

A forma como o novo Brasil trabalha criativamente esse drama poderá colaborar para unificar a Humanidade na casa comum, o planeta Terra. 128 páginas. R\$14,30 - Editora Vozes



A DEMOCRACIA INTERROMPIDA

Gláucio Ary Dillon Soares
Cód.0356-7

Um clássico da análise política no Brasil, influenciado pelos estudos pioneiros de Orlando de Carvalho sobre política eleitoral no nível municipal e pela sociologia política de inspiração estruturalista, o autor promoveu pela primeira vez no país o estudo sistemático sobre o sistema partidário nacional, aplicando técnicas de pesquisa hoje de uso obrigatório em determinadas áreas da disciplina. 390 páginas. R\$39,00 - Editora FGV



SISTEMAS PARTIDÁRIOS EM NOVAS DEMOCRACIAS

- O caso do Brasil
Scott P. Mainwaring Cód.0534-8

O livro apresenta uma ampla discussão sobre o sistema eleitoral brasileiro, as regras e mecanismos do Congresso, as produções do Legislativo, as ações do Governo e a Constituição dos ministérios. Trata da democracia representativa e da estrutura dos partidos como solidez, coesão e disciplina. 424 págs. R\$45,00 - Editora FGV



A AMERICANIZAÇÃO (PERVERSA) DA SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL

Estratégias de bem-estar e políticas públicas
Maria Lúcia W. Vianna Cód. 0156

As ações políticas da ditadura de 1964 a 1985 revelaram-se perversas pelo seu caráter anti-democrático. A autora identifica os fatores que produzem barreiras para a implantação do modelo universalista que embasa a Constituição de 1988. 256págs. R\$35,00 - Ed. Revan

REPORTAGEM



HAVANA - DEZEMBRO DE 1999

Emílio Azevedo Cód. M 0268
Conheça a vida comum na capital cubana, em uma reportagem competente e atrativa. 145 páginas. R\$19,00
Editora Multitexto

SAÚDE



A VITALIDADE SEXUAL DO HOMEM

Uma Abordagem Natural
Michael T. Murray Cód. 20310-0

O autor diagnostica distúrbios da próstata, detecta efeitos colaterais de determinados procedimentos e relaciona virilidade e reeducação alimentar aos exercícios físicos e a um programa de combate ao estresse. 188págs. R\$29,00 - Editora Campus



MENOPAUSA

Uma Abordagem Natural
Michael T. Murray Cód. 20311-0

Tire proveito de vitaminas, minerais, ervas, exercícios, dietas e outros métodos naturais. Uma abordagem das causas e efeitos da menopausa e uma análise detalhada da terapia de reposição de estrogênio. 224 páginas. - R\$29,90 - Editora Campus



O LIVRO DA SAÚDE DAS MULHERES NEGRAS

Várias Autoras Cód. 2210
Um instrumento na coordenação de ações conjuntas entre mulheres que trabalham por justiça social. 356págs. R\$26,00 - Ed. Pallas

SOCIOLOGIA



GLOBALIZAÇÃO

Teoria social e cultura global
Roland Robertson Cód.85326.2247-X

Mostra como a cultura tornou-se questão contestada globalmente. Por que concepções rivais de uma "ordem mundial" têm consequências políticas e econômicas. 312págs. R\$35,20 - Ed. Vozes



A TEORIA DA REVOLUÇÃO NO JOVEM MARX

Michael Löwy Cód. 2687-4

O livro tem seu centro no conceito de revolução e no momento em que Marx o elabora, entre 1844 e 1846, caracterizando um ruptura com sua posição teórica e política anterior. 245 páginas. R\$25,00 - Editora Vozes

Preencha em letra de forma e envie para a Editora Terceiro Milênio Ltda. ou faça o seu pedido online: www.etm.com.br

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Estado: _____ CEP: _____ Profissão: _____
Tel.: _____ Fax: _____ E-mail: _____

Assinale a forma de pagamento de seu pedido:
 Cheque(s) nominal(is) à Editora Terceiro Milênio Ltda. em anexo
 Autorizo débito no meu cartão pelo valor total de R\$ _____

Cartão Validade até ____/____/____
Nº _____

ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO

Data: ____/____/____ Assinatura do comprador _____

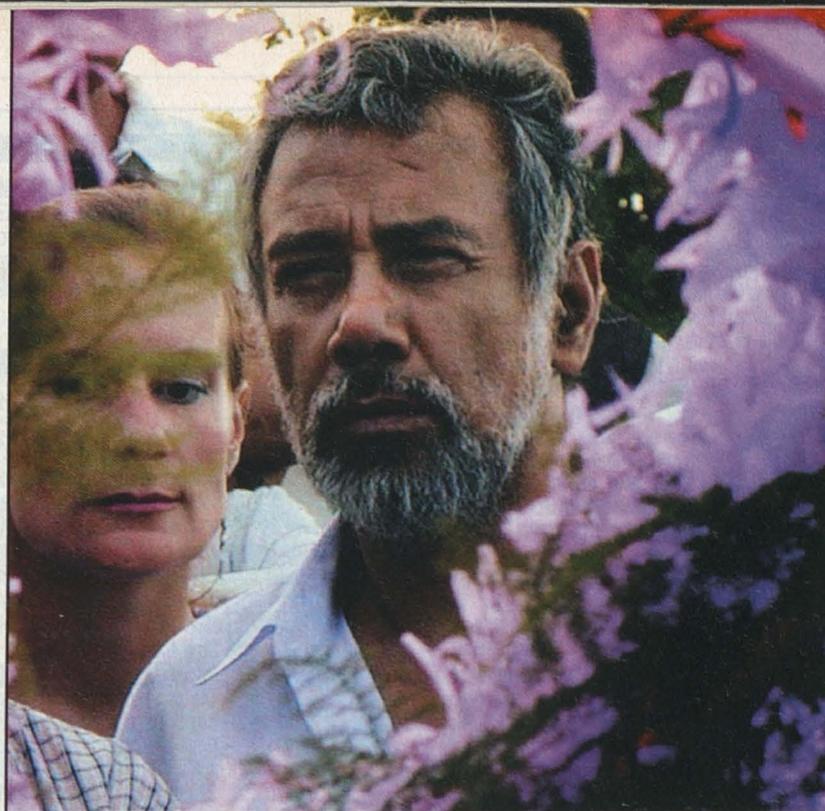
CÓDIGO	QUANT.	FRETE	TOTAL R\$

CADERNOS 240
Os preços estão sujeitos a alteração
VALIDADE:
até durar o estoque

Rua Conde de Lages, 44 - Gr. 508 / 510 - Lapa
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20241-080
Tel.: (21) 2221-7511 - FAX: (21) 2252-8455
E-mail: etm@etm.com.br - <http://www.etm.com.br>

ATENÇÃO: O frete será cobrado à parte no valor de R\$3,00 por livro e o prazo máximo de entrega em 20 dias. Consulta prévia nas remessas rápidas, para o exterior e nos pedidos acima de 10 exemplares.

Fotos: AFP



Timor Leste

Xanana confirmado primeiro presidente

Xanana Gusmão, máximo líder da luta pela independência do país, foi eleito o primeiro presidente do Timor Leste, com a preferência de 82% dos eleitores (cerca de 270 mil votos), nas eleições realizadas no dia 14 de abril. Seu único opositor, Francisco Xavier do Amaral, teve 57.500 votos. A eleição foi concorrida, fato que demonstrou o interesse dos timorenses em participar da escolha do seu primeiro chefe de Estado: 86% dos eleitores aptos para votar compareceram às urnas.

O Timor Leste está entre as nações mais pobres do mundo e exibe indicadores sociais dramáticos, como uma expectativa de vida de apenas 48 anos. Só esses dados permitem entender o nível de desafios que o novo presidente enfrentará. O importante, no caso de Xanana Gusmão, é que a sua história de vida, dedicada à resistência à ocupação indonésia, que lhe custou longos anos de prisão incommunicável em Jacarta, lhe fez conquistar a confiança de seu povo. Agora, nas urnas, esse povo lhe coloca nas mãos a responsabilidade de consolidar a independência do país, após quase três anos sob a administração da Organização das Nações Unidas.

Ex-colônia de Portugal, Timor Leste foi invadido pela Indonésia quando as tropas portuguesas se retiraram do país, em 1975. Liderada pelo ditador Suharto, a Indonésia consolidou o controle do território ao custo de um verdadeiro genocídio, que vitimou mais de um terço da população timorense. Após anos de luta armada e de importantes lances diplomáticos – que renderam a dois ilustres timorenses, o bispo Dom Ximenes Belo e o escritor e jornalista José Ramos Horta, o Prêmio Nobel da Paz em 1996 –, foi realizado em 1999 um plebiscito sob a supervisão da ONU, que referendou a autodeterminação. Porém, forças paramilitares indonésias insatisfeitas com o resultado destruíram parte da infra-estrutura do país, sobretudo de Dili, a capital, e praticaram novos massacres, o que levou centenas de milhares de pessoas a abandonarem o país.

Um dos problemas políticos a ser enfrentado pelo novo governo é a reaproximação com a Indonésia, necessária não só para estimular a economia, mas também para negociar a volta dos refugiados. Gusmão instou a população a “ser capaz de perdoar e olhar para o futuro”.

A nova presidente indonésia, Megawati Sukarnoputri, foi convidada para a posse do presidente Xanana. Filha de Sukarno, herói nacional da Indonésia, Megawati também combatia a ditadura de Suharto em seu país.

“Os próximos cinco anos serão um grande desafio. As expectativas são muitas e as necessidades enormes”, declarou Gusmão em coletiva de imprensa, após o anúncio dos resultados. A Constituição parlamentarista outorga ao presidente um papel quase simbólico, mas ele tem poder de veto sobre as decisões legislativas em alguns casos. Gusmão declarou que será um “guardião” do governo.

Mari Alkatiri terá maior poder de decisão, como primeiro-ministro e chefe da Frente de Timor Leste Independente (Fretilin), o partido político que obteve 65% das cadeiras na Assembléia Constituinte eleita em agosto de 2001. Alkatiri prometeu trabalhar junto ao presidente e negou importância a uma divergência entre ambos por causa da proposta de Gusmão de anistiar os paramilitares responsáveis pelas devastações de 1999.

Gusmão se incorporou ao movimento independentista em 1974, após a queda da ditadura salazarista em Portugal, que acelerou o fim da dominação colonial portuguesa sobre Timor Leste e as colônias africanas.

Quando a Indonésia invadiu o território, Gusmão fugiu para as montanhas com o grupo guerrilheiro independentista Forças Armadas de Timor Leste Independente (Falintil), braço militar da ampla coligação política reunida na Fretilin. Gusmão converteu-se no chefe da Fretilin em 1978, após a morte do líder Nicolau Lobato nas mãos dos militares indonésios.

Os primeiros líderes de Falintil morreram em enfrentamentos com as forças indonésias e Gusmão foi eleito comandante-em-chefe do grupo em 1981. Mas, em 1992, foi capturado e sentenciado a prisão perpétua, pena posteriormente comutada por 20 anos de detenção.

Da prisão, Gusmão continuou sua luta, enviando mensagens ao povo timorense, através de guardas solidários com a luta de Timor Leste. Libertado em setembro de 1999, um ano após a queda de Suharto, Gusmão chegou ao território de Timor às vésperas do plebiscito que conduziu o país à independência. ■

Paquistão

O regime militar busca legitimidade

O governo militar do Paquistão prepara um plebiscito para legitimar a permanência do presidente Pervez Musharraf por mais cinco anos. Mas políticos, juristas e organizações de direitos humanos questionaram a legalidade da planejada votação, recentemente decidida pelo general Musharraf, em uma reunião com os comandantes das três forças armadas.

Uma resolução da Suprema Corte de Justiça determina que as próximas eleições presidenciais ocorram em outubro, pondo fim ao regime de Musharraf, que tomou o poder em outubro de 1999. Apesar disso, o governo promete promover o referendo na primeira semana de maio.

Musharraf quer manter-se no poder por mais cinco anos, tempo que considera necessário para consolidar suas reformas políticas e econômicas. A oposição não aceita a prorrogação do mandato do general e menos ainda a sua pretensão de continuar também na chefia do exército. O ministro do Interior, Moinuddin Haider, disse à imprensa que Musharraf ganhará o plebiscito.

O Colégio dos Advogados paquistaneses denuncia a iniciativa como uma violação da Constituição. A Carta Magna do Paquistão estabelece que o presidente deve ser nomeado por um Parlamento eleito pelo voto popular. "Representantes de todas as associações de juristas reuniram-se recentemente na cidade de Lahore para traçar uma estratégia de resistência", disse o presidente do Colégio dos Advogados, Abdul Haleem Pirzada. ■



Argélia
A irmã de Massinissa Guermah exibe retrato do jovem durante uma manifestação de bérberes contra o governo argelino, na cidade de Agouni Arouss. Os manifestantes levantaram um monumento em homenagem a Guermah, que morreu nas mãos da polícia durante os protestos antigovernamentais do ano passado, na chamada Primavera Negra. O governo argelino é contestado por setores fundamentalistas islâmicos e movimentos regionais

R.D Congo

Sem avanços nas negociações de paz

Novos combates foram iniciados na região oriental da República Democrática do Congo (RDC), enquanto são realizadas, na cidade sul-africana de Sun City, as negociações de paz entre os grupos congolezes em conflito.

A União pela Democracia Congoleza e as tropas ruandesas que a apóiam lutam contra forças lideradas por Patrick Masunzu, ex-líder deste grupo. Masunzu pertence à etnia tutsi banyamulenge, minoritária na região. Foi com a justificativa de defender esta etnia que

Sudão

Cessar-fogo sob supervisão

Observadores internacionais chegaram às montanhas da Núbia, no centro do Sudão, para controlar o cessar-fogo parcial na guerra que dura 19 anos entre o governo islâmico e os rebeldes cristãos do sul do país.

A chegada dos primeiros nove integrantes da Unidade Internacional de Controle (IMU, na sigla em inglês) estava prevista, no acordo que ambas as partes assinaram em janeiro para o fim das hostilidades, com a mediação dos Estados Unidos e da Suíça. Ao todo, deverão chegar ao local 50 funcionários civis e militares da IMU. O acordo, de caráter humanitário, foi concebido para permitir que um milhão de núbios, isolados nas montanhas e cercados de tropas governamentais, recebam ajuda de emergência.

A região da Núbia foi devastada pela guerra civil iniciada em 1983, quando populações do sul do país, onde predominam o cristianismo e os cultos animistas africanos, insurgiram-se contra o regime militar muçulmano de Kartum, que pretende impor a Charia – lei islâmica – em todo o país.

Os observadores internacionais vão permanecer em quatro postos de controle nas zonas onde estão estacionadas as tropas mais numerosas. Posteriormente uma Comissão Militar Conjunta, formada por representantes do governo e dos rebeldes, fiscalizará o ingresso à região. ■

tropas ruandesas invadiram a RDC em 1997, envolvendo-se desde então na guerra civil.

Muitos representantes desta etnia manifestam o desejo de viver em paz com seus vizinhos, e temem serem responsabilizados pela presença militar ruandesa. François Grignon, membro de uma ONG que participou das negociações em Sun City, afirmou que a atitude de Ruanda é um verdadeiro desastre diplomático, que "não se sustenta com o argumento de visar à defesa dos grupos étnicos vítimas de genocídio".

As resoluções da ONU a respeito do conflito no Congo têm sido sistematicamente desconhecidas tanto por Ruanda quanto por Uganda, que mantém as suas tropas em território congolês e continuam interferindo na guerra civil desse país. ■

Madagascar

Acordo fortalece diplomacia africana

O acordo de paz para Madagascar, negociado pela Organização da Unidade Africana (OUA), após o fracasso de outras mediações internacionais, estimula a confiança do continente em suas próprias forças. O presidente do Senegal, Abdoulaye Wade, liderou as negociações da OUA para superar a crise de duplicidade de poder que estourou em Madagascar após as eleições de 16 de dezembro, e conseguiu que os líderes em confronto, Didier Ratsiraka e Marc Ravalomanana, assinassem um compromisso em Dakar.

Ratsiraka, ex-ditador (1975-1993) e, posteriormente, presidente constitucional, eleito em 1996 e reeleito em 1998, procurou a sua reeleição em dezembro, para um terceiro mandato.

A Alta Comissão Constitucional, designada pelo próprio Ratsiraka, proclamou que devia ser realizado um segundo turno, entre ele e Ravalomanana, um empresário milionário e ex-prefeito da capital, Tananarive. Nenhum dos dois tinha obtido mais da metade dos votos.

Ravalomanana afirmou que esses dados eram falsos, e conquistou o controle de Tananarive, auto-proclamando-se presidente e designando um gabinete, enquanto Ratsiraka exercia o poder desde o porto de Tamatave, sua cidade natal, impondo o bloqueio da capital com graves conseqüências econômicas.

O acordo implica reconhecer durante seis meses Ratsiraka como presidente temporário e Ravalomanana como chefe de um Conselho de Transição. Enquanto isso, os votos de dezembro serão recontados e um segundo turno será realizado em outubro, caso se confirme que nenhum dos candidatos obteve 51% dos votos.

Esse segundo turno contaria com a supervisão conjunta da OUA, da ONU e da União Européia. Os dois rivais deverão chegar a um acordo para designar um primeiro-ministro. Caberá a Ratsiraka nomear os ministros de Defesa, Relações Exteriores e Justiça, enquanto Ravalomanana escolherá os de Finanças e Interior.

A designação de todos os demais altos funcionários do governo será acordada em partes iguais para cada um dos rivais. A crise causou a morte de 35 pessoas.

Wade destacou durante as negociações em Dakar – que duraram menos de dois dias – que nenhum dos dirigentes seria perdoado pelo povo, se perdesse essa oportunidade de lograr a paz. ■



Argentina

Uma poupadora protesta em frente ao Parlamento argentino, em Buenos Aires, acusando o governo do presidente Eduardo Duhalde de praticar o terrorismo econômico contra a população. Duhalde recorreu a uma espécie de extorsão política, ao ameaçar renunciar e aprofundar a crise do país, caso os parlamentares continuassem a negar aprovação a seu projeto de trocar por bônus todos os depósitos bancários dos argentinos

Colômbia

Farc insistem em negociações

As Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia-Exército do Povo (Farc-EP) emitiram comunicado em meados de abril, reclamando a continuidade do diálogo de paz e denunciando o governo de Andrés Pastrana como comprometido com os planos norte-americanos de militarizar a política latino-americana.

No comunicado intitulado “A paz não está derrotada”, a guerrilha colombiana acusa a elite do país de querer “somente a paz que lhe garante seus lucros e privilégios. Por isso, em lugar de aceitar discutir na Mesa o problema do desemprego e os diversos pontos da Agenda Comum pelas mudanças rumo à Nova Colômbia, conseguiu impor um tema que estava fora da agenda: o cessar-fogo e de hostilidades”.

“A guerra como estratégia eleitoral, reclamada tanto por Uribe Vélez, candidato dos paramilitares, quanto por Horácio Serpa e Nohemi, não examinava a estagnação econômica nem o déficit fiscal; a dívida externa, similar à da Argentina, nem a precariedade do bem-estar público; o desemprego que chega a mais de 30%, incluindo o trabalho informal, nem a pobreza que atinge mais de 30 milhões de colombianos, nem tampouco considerava a prostração da Colômbia por culpa da política neoliberal.”

O comunicado das Farc aponta como cúmplices dessa política “a cúpula empresarial e seus poderosos meios de comunicação, a direita militarista, tanto civil como militar, e alguns prelados da Igreja católica, que desde o altar pregam a suspensão do processo de negociação”.

A guerrilha exige uma Assembleia Constituinte, nega autoridade ao Congresso eleito em março (somente 40% dos eleitores votaram e 30% dos eleitos estão ligados aos esquadrões da morte) e conclama os colombianos a não votarem nos candidatos presidenciais da direita no pleito presidencial do próximo mês. ■

Cuba

Fidel aponta vitória moral

Por apenas dois votos de diferença e após meses de pressões, o governo Bush conseguiu que a Comissão de Direitos Humanos (CDH) da ONU, em Genebra, considerasse Cuba como um país onde se violam os direitos humanos. Havana entendeu que o resultado de 23 votos pró-moção norte-americana e 21 votos pró-Cuba representou uma vitória moral, considerando-se o empenho da Casa Branca no assunto nos últimos seis meses, para incluir o regime de Fidel Castro na onda antiterrorismo desencadeada desde a derrubada do World Trade Center, em Nova Iorque.

Os votos pró-EUA do México e Uruguai receberam fortes críticas de Fidel Castro, levando o presidente Jorge Battle a romper as relações de Montevideu com Havana. Quanto a Vicente Fox, Fidel divulgou uma gravação em que o presidente mexicano cometia a descortesia de pedir que o líder cubano se retirasse do país logo após fazer seu discurso na Conferência de Monterrey, sobre financiamento do desenvolvimento, em março. Fox atendia a pedido do presidente George W. Bush, que não desejava ver Fidel entre os chefes de Estado, na hora em que chegasse a Monterrey.

A divulgação da gravação desmoralizou Vicente Fox, que negara, várias vezes, ter forçado Fidel Castro a se retirar às pressas do encontro internacional patrocinado pelas Nações Unidas.

Na CDH, "a votação foi precedida de intensas pressões e chantagens dos Estados Unidos contra os países-membros, incluindo participação pessoal do presidente George W. Bush, e dos secretários Colin Powell e Condoliza Rice. Ameaçaram alguns governos até com o bloqueio de créditos", relataram fontes do governo cubano, explicando por que consideram que o resultado, por uma diferença de apenas dois votos, deva ser comemorado como uma importante vitória moral.

Seguiram a posição dos Estados Unidos os seguintes países latino-americanos: Argentina, Uruguai, Chile, Peru, Costa Rica, Guatemala e México. ■

Guatemala

Violência e instabilidade

Uma série de episódios que o governo não conseguiu ou não quis explicar está comprometendo a credibilidade da chamada transição democrática, o período posterior à assinatura dos acordos de paz na Guatemala.

O economista Lizardo Sosa, presidente do Banco da Guatemala e da Junta Monetária, foi seqüestrado no final de fevereiro. O fato foi mantido em segredo por vários dias e, quando foi revelado, o governo não conseguiu dar explicações coerentes sobre o assunto. Observadores diplomáticos acreditam que o seqüestro teve objetivos políticos. O economista foi o responsável por decisões que afetaram setores poderosos, como um projeto de lei para combater a lavagem de dinheiro e a liquidação de bancos nos quais se evidenciaram operações fraudulentas.

Na mesma semana, grupos do Exército e da polícia se enfrentaram a tiros na capital. Três integrantes do Exército morreram e três policiais saíram gravemente feridos. O governo novamente deu declarações vagas ou mesmo contraditórias sobre o episódio.

A principal versão afirmava que o incidente fora causado por uma confusão e que se tratava de uma operação destinada a surpreender um grupo de seqüestradores. Porém, circulou na imprensa local uma informação extra-oficial de que os integrantes do Exército estavam ali para pegar o resgate do referido seqüestro.

Para completar o quadro, o ministro da Defesa confirmou mudanças em diversas zonas militares que criaram descontentamento entre os oficiais. Analistas afirmam que cinco grupos disputam o poder de decisão nas fileiras do Exército, o que impede o cumprimento dos acordos de paz e a necessária desmilitarização do país.

A falta de credibilidade do governo, que não oferece um mínimo de transparência, soma-se a frustração gerada pelos altos níveis de corrupção e pela impunidade. O procurador dos Direitos Humanos, Julio Arango, denuncia que na Guatemala não existe ainda um Estado de direito. ■



O juiz espanhol Baltazar Garzón visitou o Peru, país para o qual está voltando suas atenções, em mais uma investigação que tem tudo para revelar novas e graves irregularidades em governos latino-americanos. Garzón tornou-se famoso ao decretar a prisão do ex-ditador chileno Augusto Pinochet por crimes contra cidadãos espanhóis. Nos últimos meses, o juiz comanda a investigação que revela bastidores do processo de privatização efetuado durante os governos de Alberto Fujimori, no Peru. Um grupo beneficiado foi o Banco Bilbao Vizcaya Argentária (BBVA), que distribuiu fartas propinas a personalidades do governo Fujimori

Holanda

Massacre na Bósnia derruba Wim Kok

O primeiro-ministro holandês, Wim Kok, renunciou dia 16 de abril, pressionado pela divulgação de um relatório que o acusava de ser indiretamente responsável por um massacre em Srebrenica, em 1995, durante a guerra na Bósnia.

Segundo o relatório, fruto de cinco anos de investigações oficiais, Kok e os chefes militares holandeses, que estavam encarregados de garantir a segurança dos habitantes muçulmanos de Srebrenica, enviaram à Bósnia um batalhão despreparado e mal equipado. Pressionados, os soldados holandeses acabaram abandonando os muçulmanos. Milhares de pessoas, principalmente jovens, foram executados e enterrados em vala comum.

Apesar da renúncia, Kok se negou a assumir que seu país teria culpa pelo massacre. Ele afirmou que a comunidade internacional deveria garantir a segurança dos muçulmanos. Segundo o ex-premiê, a renúncia era uma forma de manifestar aos parentes das vítimas o arrependimento da comunidade internacional. A rainha holandesa, Beatriz, aceitou a renúncia de Kok, mas pediu que ele permanecesse à frente do governo até a realização das eleições parlamentares, em maio. ■

Itália

Cresce rejeição a Berlusconi

Uma greve geral realizada no dia 16 de abril contra o projeto de reforma das leis trabalhistas proposto pelo primeiro-ministro Silvio Berlusconi parou a Itália. Calcula-se que a adesão dos trabalhadores à greve tenha sido de aproximadamente 90%, o que representa 13 milhões de pessoas. Além da greve, houve manifestações em diversas cidades do país.

Todas as grandes indústrias fecharam e o consumo de energia foi semelhante a um domingo, segundo a companhia de eletricidade (Enel). Os aeroportos de Roma, Milão, Turim, Gênova e Nápoles permaneceram desertos por horas. Os demais transportes urbanos também não funcionaram.

É o segundo grande ato contra as reformas em menos de um mês. Em 23 de março, uma passeata com cerca de dois milhões de pessoas tomou as ruas de Roma, em um dos maiores protestos da história do país. O ato foi convocado pela central sindical Confederação Geral dos Trabalhadores Italianos (CGIL) e contou com presenças ilustres, como o ex-primeiro-ministro Massimo d'Alema (Democratas de Esquerda), Fausto Bertinotti (Refundação Comunista) e Vittorio Agnoletto (liderança antiglobalização, representante do Fórum Social Mundial).

Depois desse primeiro protesto, o ministro das Atividades Produtivas, Antonio Marzano, garantiu que o governo insistiria na reforma. O fim do primeiro governo de Berlusconi foi precipitado após uma série de manifestações contra um projeto de reforma da previdência social. ■

Milhares de manifestantes protestam, em Lyon, contra Jean-Marie Le Pen (foto menor), o radical de direita da Frente Nacional que disputará o segundo turno das eleições presidenciais francesas com o presidente Jacques Chirac. Le Pen foi a grande surpresa, ao obter pequena vantagem sobre o primeiro-ministro socialista Lionel Jospin no primeiro turno, em 21 de abril. Ao passar ao segundo turno, Le Pen confirmou o que alguns analistas definem como uma onda conservadora na Europa



Gente

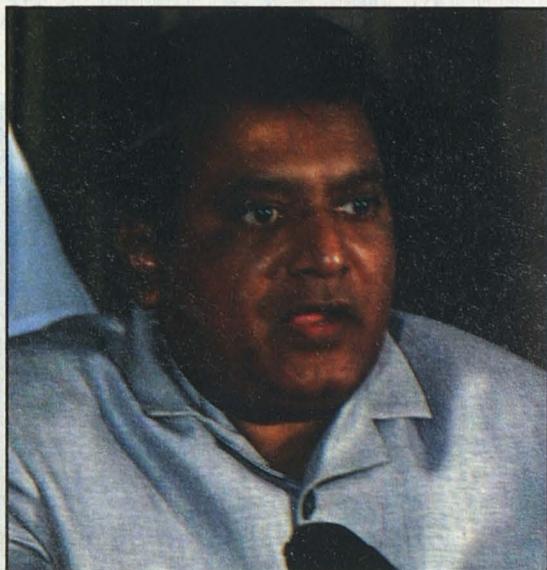
Fotos: AFP



Safieh Gholami e seus filhos, integrantes de um grupo de dez afegãos, aguardam, no aeroporto de Porto Alegre, a documentação que os reconheceria como asilados no Brasil. Eles fazem parte do primeiro grupo de refugiados da guerra, que chegou ao país em 12 de abril, em uma operação coordenada entre o Alto Comissariado para os Refugiados da ONU e o governo brasileiro



A atriz Maria Felix, diva do cinema mexicano, morreu dia 8 de abril, data em que completaria 88 anos. A atriz estava em casa, em Cuernavaca (a 60km da capital), quando sofreu um ataque do coração. Maria Felix é considerada uma das maiores atrizes mexicanas de todos os tempos e é idolatrada em seu país

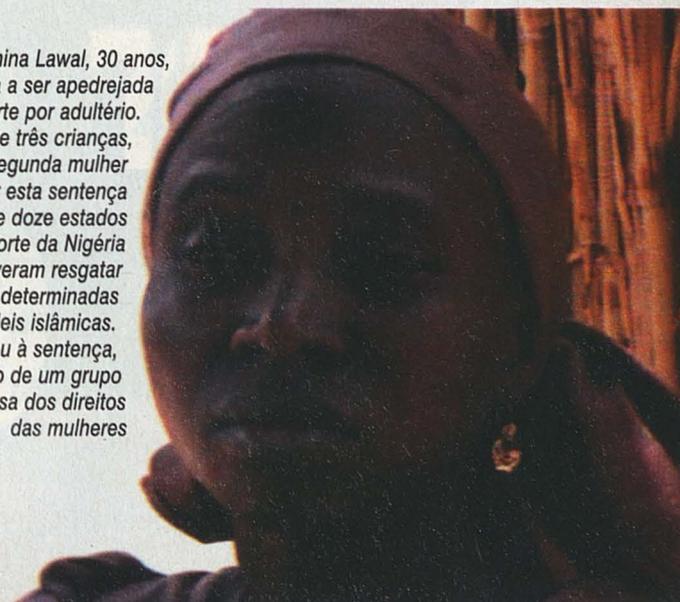


O líder do grupo guerrilheiro Tigres de Tamil, Velupillai Prabhakaran, concedeu, dia 10 de abril, a primeira entrevista coletiva em doze anos. Ele afirmou que ainda não há condições adequadas para que seu grupo desista da luta armada que atinge o Sri Lanka há 30 anos. O conflito se dá entre representantes da etnia cingalesa, majoritária no país, e da minoria tamil

A nigeriana Amina Lawal, 30 anos, foi condenada a ser apedrejada até a morte por adultério.

Mãe de três crianças, Lawal é a segunda mulher a receber esta sentença desde que doze estados no norte da Nigéria resolveram resgatar as regras determinadas pelas leis islâmicas.

Ela recorreu à sentença, com o apoio de um grupo em defesa dos direitos das mulheres



A PASSIVIDADE DA COMUNIDADE INTERNACIONAL, EM PARTICULAR DOS ESTADOS UNIDOS, DIANTE DO DRAMA PALESTINO, ACOMPANHADO DIARIAMENTE PELA TELEVISÃO EM TODO O MUNDO MUÇULMANO, ESTÁ SE TRANSFORMANDO NUM ESTOPIM QUE ESTIMULA AS MASSAS DESESPERANÇADAS A REAGIR, EXIGINDO DOS SEUS GOVERNOS UM BASTA A ISRAEL

“ISRAEL ESTÁ JOGANDO TODO O ORIENTE MÉDIO NUMA GUERRA”, denunciaram em 1º de abril os ministros das Relações Exteriores da Organização da Conferência Islâmica. Reunidos na capital da Malásia, Kuala Lumpur, eles pediram às Nações Unidas proteção para os palestinos, exortando o Conselho de

Temor de guerra no Oriente

Segurança a intervir o quanto antes no conflito. A reunião pode servir de termômetro para se avaliar a repercussão em toda a área do Oriente Médio, norte da África e Ásia dos dramáticos acontecimentos na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. Em março, a Organização da Conferência Islâmica já havia exigido do Conselho de Segurança que obrigasse Israel a se retirar dos territó-

rios palestinos, submetendo-se às resoluções internacionais. O secretário-geral da conferência, xeque Abdul Wahid Belkazir, tinha denunciado que “as práticas desumanas não podem ficar impunes”, reiterando “o direito dos palestinos ao seu Estado independente, com Jerusalém como capital”.

A população civil, os meios políticos e a mídia do vasto conglome-

rado de nações islâmicas acompanham com uma mistura de apreensão e revolta o desenrolar da crise. A cada dia são mais numerosas as manifestações de rua reivindicando dos dirigentes árabes uma diplomacia mais agressiva em favor da retomada das negociações e do fim da ocupação militar israelense dos territórios controlados pela Autoridade Nacional Palestina.

se generaliza te Médio

Beatriz Bissio

Ódio começa cedo

Uma pesquisa divulgada pelo jornal israelense Haaretz revela que as crianças israelenses já nutrem desde cedo ódio pelas crianças palestinas. A pesquisa pediu a meninos e meninas de diversas cidades de Israel que escrevessem cartas a um palestino imaginário de sua idade. Os resultados demonstram um ódio e uma agressividade impressionantes com crianças em idade escolar.

Um menino escreveu: "Árabes estúpidos, queremos que vocês morram e que não vivam eternamente." Uma menina não foi mais delicada: "Oi, você é um imbecil! Pare de nos atirar pedras ou Sharon matará todos na sua aldeia. É melhor que tomem cuidado. Vocês me ouviram? Estou furiosa, seus caras-de-pau."

O próprio autor da pesquisa, Asi Sharabi, um ex-oficial do exército israelense, se mostrou surpreso com os resultados. "Quando a gente constata que crianças pequenas do nosso próprio país estão tão embebidas de ódio, é de enlouquecer", comentou Sharabi, que hoje é pesquisador de psicologia social. Entretanto, ele não acredita que esse sentimento seja irreversível: "O medo e o ódio aos árabes não são genéticos." Não se tem conhecimento de uma pesquisa semelhante feita com crianças palestinas, mas é possível imaginar que o resultado não fosse muito diferente. Enquanto as crianças israelenses têm medo de ir a mercados, lanchonetes e eventos sociais, as crianças palestinas também têm medo de sair, até para ir à escola.

O filme Promessas de um novo mundo, de 2001, trata de um bom relacionamento possível entre crianças judias e palestinas, mostrando que, em parte, o ódio recíproco nasce do desconhecimento mútuo.

A ausência da ONU na zona de conflito é um dos principais motivos da frustração, tanto na região, quanto no resto do mundo. Uma das críticas mais importantes à omissão daquela entidade internacional veio da Associação Americana de Juristas, através do seu representante na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, Jairo Sánchez. A própria Mary Robinson, alta comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, denunciou que a omissão da ONU deixou um vazio na Cisjordânia e em Gaza que está sendo preenchido por voluntários de organizações pacifistas e humanitárias de várias partes do mundo. Citando o depoimento de Caoimhe Butterly, jovem irlandesa de 23 anos que está em Ramala desde janeiro como parte de uma missão pacifista internacional, Robinson disse que esses militantes estão prestando ajuda "até para enterrar os mortos". A ex-presidenta da Irlanda (1990-1997) deve deixar o cargo antes de completar o seu mandato à frente dessa importante Comissão da ONU justamente por discrepâncias irreconciliáveis com a política externa norte-americana.

Outros depoimentos, como o dos integrantes da delegação de pacifistas que fazem parte do Fórum Social Mundial, como o brasileiro Mário Lill (do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra do Rio Grande do Sul) e Luca Casarini, ativista com importante atuação nas manifestações de Gênova, mostram que eles chegaram a agir como verdadeiros escudos humanos para defender a população palestina e o próprio Yasser Arafat.

Peter Hansen, responsável na Cisjordânia pelo escritório da ONU para Apoio aos Refugiados, expressou indignação pelo agravamento da crise humanitária nos territórios ocupados. Em teleconferência, em Jerusalém, ele afirmou estar chocado com o elevado número de pessoas que morrem em casa, ou se desangram até morrerem, sem ter permissão das tropas israelenses de receber assistência médica.

À medida que a situação nos territórios ocupados se deteriora, crescem os protestos nas principais cidades árabes,

em repúdio à ofensiva militar de Israel e à titubeante diplomacia norte-americana, vista como um aval para a repressão das tropas israelenses. A passividade da União Européia e dos seus próprios governos árabes também é denunciada pelos manifestantes.

Multidões em vigília

No dia seguinte à ocupação militar da cidade de Ramala e do bombardeio ao quartel-geral de Arafat nessa localidade, verdadeiras multidões pararam o trânsito no centro de Damasco, capital síria, obrigando o comércio a fechar as portas. Houve até vigília em frente ao escritório da ONU com velas e bandeiras sírias e palestinas. Passando por cima de diferenças sociais e ideológicas, estudantes, mulheres, empresários, sindicalistas e até militares condenaram a "política selvagem" do primeiro-ministro Ariel Sharon.

Em 10 de abril, a União Européia, os Estados Unidos, a Rússia e as Nações Unidas exigiram a retirada de Israel das cidades palestinas, um cessar-fogo imediato e o fim da violência de ambas as partes. A declaração conjunta foi lida em Madri, pelo secretário-geral da ONU, Koffi Annan. Ele centrou o seu discurso na apreensão que está tomando conta da opinião pública árabe e européia pelos crescentes riscos que a situação no Oriente Médio está criando para a segurança regional e até mundial. Mas os termos da exigência da retirada israelense foi muito criticada na Europa, porque não estabelece nenhum cronograma nem define medidas punitivas concretas, caso Israel não dê ouvidos a essa exigência.

No mesmo dia, o Parlamento Europeu exortou o Conselho e a Comissão Européia – órgão executivo da União Européia – a suspender de forma imediata o Acordo de Associação com Israel, pelo qual o bloco outorga preferências comerciais a esse país. A mesma resolução propõe um embargo de armas para Israel e a Autoridade Palestina, e



Fotos: AFP

O quartel-geral da Autoridade Nacional Palestina em Ramala (fotos acima e ao lado) foi cercado pelos tanques israelenses e quase totalmente destruído. Sem água e luz elétrica, Arafat e os seus principais colaboradores, além de um grupo de simpatizantes do mundo inteiro resistiram ao cerco

Arafat não recua

A recente ofensiva das tropas israelenses e o cerco ao escritório da Autoridade Nacional Palestina tornaram praticamente impossível contatar seu líder, Yasser Arafat. Apesar de várias tentativas, **cademos do terceiro mundo** não conseguiu falar com Arafat sobre a situação atual do conflito e suas perspectivas. Publicamos a seguir trechos de uma entrevista concedida por telefone por Arafat à rede de televisão Al-Jazeera, do Catar. Feita em 29 de março, esta é provavelmente a última que o líder palestino conseguiu dar antes de ser totalmente isolado pelo exército israelense. Republicamos, também, trechos de algumas entrevistas concedidas anteriormente por Arafat a **cademos**, que ajudam a compreender a história do conflito e a situação atual.

Na entrevista à Al-Jazeera, Arafat afirma que o novo ataque israelense foi uma resposta ao encontro da Liga Árabe, realizado em Beirute poucos dias antes. Os países árabes

presentes ao encontro aprovaram o plano de paz proposto pelo príncipe Abdullah, da Arábia Saudita. Segundo Arafat, "esta é a resposta de Israel a todos os esforços de paz. Eles não querem a paz".

"Ninguém aqui está com medo. Ninguém vai recuar", repetiu Arafat. Todos nós vamos para Jerusalém como milhões de mártires. Mas alguma de nossas crianças levantará a bandeira palestina nos muros de Jerusalém. Nenhum palestino ou árabe vai se ajoelhar ou capitular", garantiu.

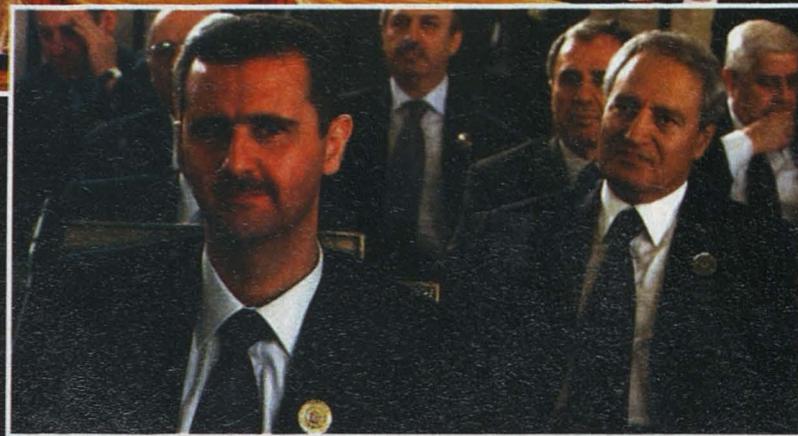
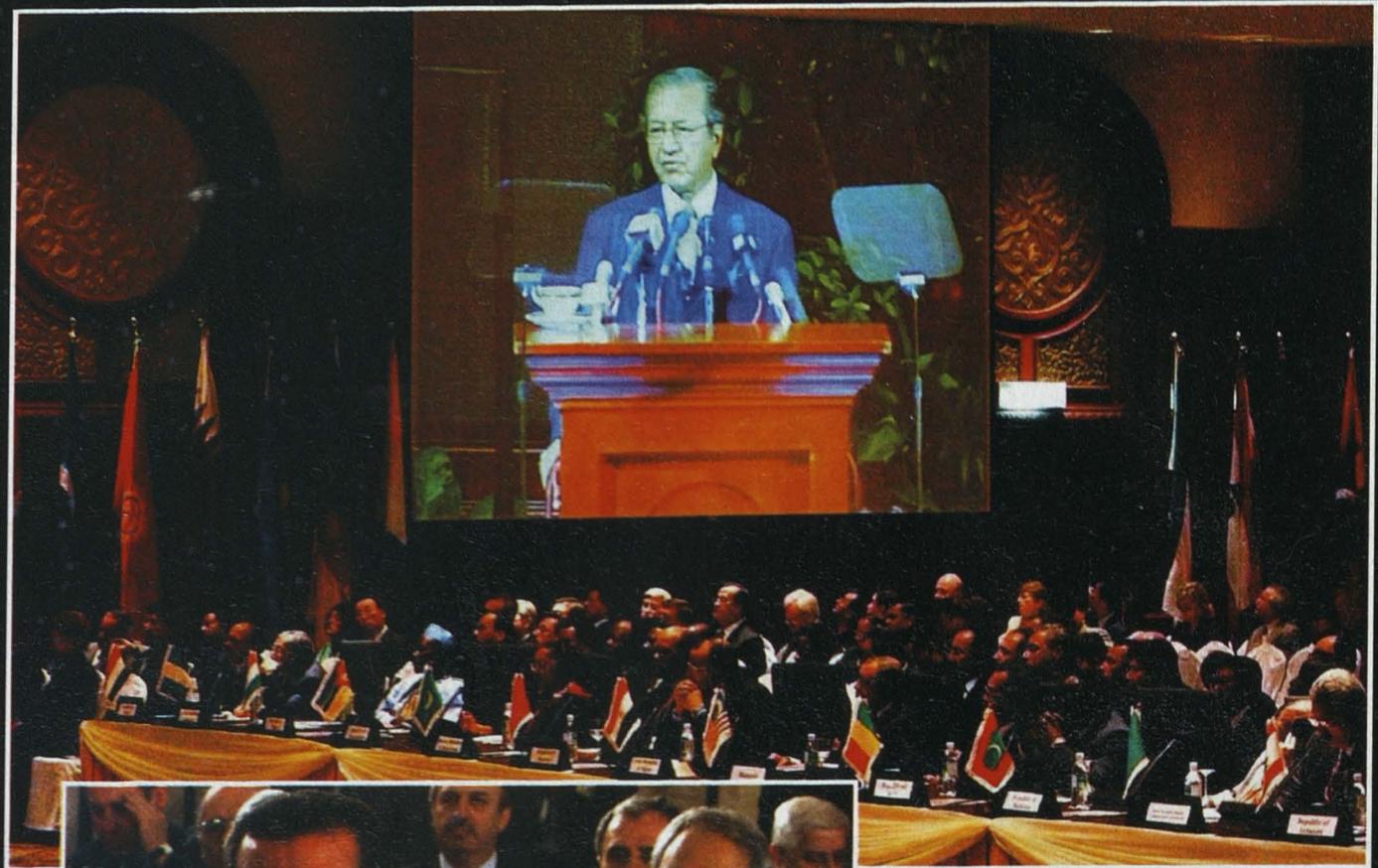
A determinação e a confiança de Arafat em que o Estado palestino em algum momento virá a ser proclamado é a mesma depois de décadas sob a ocupação de Israel. Em entrevista dada a Neiva Moreira e Beatriz Bissio, em 1980, em Beirute e publicada na edição 24, o líder palestino já admitia que a correlação de forças era absolutamente favorável a Israel. "Eles têm milhares de peças de artilharia. Nós temos ape-

nas dezenas. Mesmo assim, nós os enfrentamos. Temos determinação. Nós não estamos preocupados com o tempo, porque estamos ao lado da História."

No início de 1982, pouco antes da ocupação militar do Líbano, Moacir Werneck de Castro esteve no Oriente Médio como enviado especial de **cademos**. Moacir fez entrevista com Arafat publicada na edição 42. Na ocasião, o líder palestino avaliou a anexação por Israel do Golan (território sírio onde estão situadas as nascentes dos rios que Israel utiliza para a irrigação de seu território, que até hoje está sob a ocupação militar israelense).

"O Golan não é um episódio isolado", disse Arafat. Antes, o Estado judeu já anexara Jerusalém. Daqui por diante, vai querer anexar mais ainda. Enquanto receber apoio dos Estados Unidos, o inimigo continuará com a sua política expansionista e prosseguirá na escalada de crimes contra o povo palestino e os povos árabes".

Dois décadas se passaram e os dramáticos fatos dos últimos meses confirmaram esse prognóstico.



A dramática situação nos territórios ocupados provocou uma intensa atividade diplomática. A reunião da Organização da Conferência Islâmica, realizada na capital da Malásia, Kuala Lumpur (foto ao alto, à esquerda), teve como eixo o tema do terrorismo e todos os presentes fizeram questão de separar o conceito de ato terrorista do direito reconhecido, há vários séculos, de resistência à opressão. Nesse caso se enquadra, no entendimento dos dirigentes islâmicos, a luta do povo palestino pelo seu Estado.

A Liga Árabe também manteve uma reunião (foto acima) centrada na análise da proposta da Arábia Saudita de que o mundo árabe reatasse relações com Israel em troca da proclamação do Estado palestino. Tanto a primeira conferência quanto a segunda fizeram referências críticas à falta de iniciativa das Nações Unidas no cenário da crise. O Conselho de Segurança (foto ao alto, à direita) tem se limitado a exortar Israel a retirar suas tropas, respeitando as fronteiras definidas em 1967, porém nenhuma sanção foi definida para o caso de não atendimento dessa decisão, nem tampouco foi estipulada qualquer data. Muito diferente do que aconteceu quando o Iraque invadiu o Kuwait, no momento em que data e sanções foram nitidamente determinadas, justificando o ataque a Bagdá diante do não atendimento por parte de Saddam Hussein. Não menos ambíguo tem sido o papel dos Estados Unidos. A missão do chefe da diplomacia norte-americana, general Colin Powell, que se reuniu com vários chefes de Estado árabes, com Sharon e Arafat (fotos à direita), não teve nenhum resultado concreto, pois, na avaliação dos árabes, nada de novo foi apresentado nem uma condenação explícita foi feita à invasão israelense.



Sauditas criticam governo israelense

Em declaração oficial, Bandar bin Sultan, membro da família real e embaixador da Arábia Saudita nas Nações Unidas, criticou o sofrimento imposto pelo governo israelense ao povo palestino. Bandar afirma que, se as nações islâmicas pretendem combater o terrorismo internacional é interromper a violência de Israel contra os palestinos, deve ser considerada uma prioridade.

A mensagem emitida pelo representante saudita tem um significado especial, considerando que este país sempre teve uma relação privilegiada com os Estados Unidos. Bandar reafirma as boas relações com os norte-americanos, garantindo que seriam motivo de orgulho, não de vergonha. Mas ele admite que sente mais compaixão pelo sofrimento do povo palestino do que pelo sofrimento dos norte-americanos, provocado pelos ataques terroristas de 11 de setembro.

Segundo o saudita, o grande crime dos palestinos é a sua insistência em resistir à ocupação mi-

litar de seu território. "Este estranho princípio de resistência à ocupação militar de uma nação parece ser difícil de ser compreendido por muitos políticos, jornalistas e intelectuais norte-americanos."

Ele lembra de grandes líderes e de histórias de resistência, como Nelson Mandela na África do Sul, e diz que os dominadores sempre gostaram de rotular como terroristas aqueles que resistiam. Ele afirma que nenhum líder é capaz de assegurar que ninguém vai recorrer à violência. Por outro lado, garante que "um povo desesperado e oprimido cuja dignidade foi insultada e que espera a morte diariamente não pode ser interrompido de maneira alguma".

Bandar lembrou a iniciativa de líderes árabes, defendendo uma convivência pacífica entre árabes e judeus. Segundo ele, o governo israelense rejeitou a oferta árabe e respondeu a ela com mais violência contra três milhões de palestinos. "Eu sou um fanático por defender a proposta árabe de paz? Ou por condenar a opressão de Israel contra os palestinos?", questiona. O embaixador encerra sua declaração afirmando que os Estados Unidos também precisam definir claramente um lado neste conflito.



solicita o envio de uma força internacional para a manutenção da paz, a cargo das Nações Unidas.

O chanceler do Irã, Kamal Jarrazi, por sua vez, depois de manter contatos com dirigentes da Liga Árabe, em abril, afirmou que era necessário “adotar medidas mais efetivas que as tradicionais” para parar a agressão israelense. “O mínimo que esperam os palestinos das nações árabes e islâmicas é que rompam todo tipo de relação – aberta ou secreta – com Israel e que os países árabes façam uso de seu poder econômico, até de seu petróleo, para pressionar o inimigo.” Por sua vez o presidente do Irã, Mohamed Khatami, qualificou de “terrorismo de Estado” a política de Israel. Ele negou o alegado apoio de Teerã aos terroristas, mas reafirmou que a luta dos palestinos em favor de um Estado independente conta, realmente, com o apoio de seu governo, exigindo da ONU que promova uma discussão sobre o terrorismo, para diferenciar esse conceito do “legítimo direito dos povos à resistência”.

Esse mesmo tema tinha sido abordado em fevereiro por europeus e representantes do mundo islâmico, que estiveram reunidos em Islamabad, Paquistão, para discutir temas vinculados ao terrorismo e ao fim das armas de destruição massiva.

Na reunião constatou-se que o apoio quase unânime que os Estados Unidos receberam no Ocidente para a guerra que desencadearam contra o terrorismo após os atentados de 11 de setembro, com o passar do tempo, foi diminuindo.

A União Européia começou a se distanciar não só do discurso de Bush – que qualificou de inimigo todo aquele que não apoiasse incondicionalmente as iniciativas de Washington –, mas também da pretensão de assumir como toda ação terrorista os atos de resistência armada. O chanceler alemão Joschka Fischer afirmou ao jornal *Die Welt* que “um mundo com seis bilhões de habitantes não pode ser conduzido para um futuro de paz por nenhuma potência que aja sozinha, por maior que seja a sua força”.



A tragédia dos frades na gruta de Belém

Há dois mil anos, foi tudo muito rápido: nascimento, aviso e fuga. Herodes perdeu aquela parada e o Menino Jesus escapou para crescer e espalhar uma doutrina cheia de novidades. Mil e duzentos anos depois, a devoção do Natal, do Menino na manjedoura de Belém, teve em São Francisco de Assis o grande divulgador.

Desde 2 de abril de 2002, os seguidores de Francisco de Assis vivem um calvário no local da gruta de Belém. Sob sítio militar, sofrem a cada dia agruras como a falta d'água e de eletricidade, negadas pelo exército israelense. A basílica da Natividade converteu-se naquilo que talvez tivesse se transformado a gruta de Belém, se a ela chegasse a tempo a espada de Herodes.

O lento suplício dos frades franciscanos – e de seus mais de 200 inesperados hóspedes e fugitivos palestinos – pode ser acompanhado através do sítio eletrônico da ordem religiosa (www.ofm.org).

2 DE ABRIL - TRAGÉDIA DESUMANA

"Detenha imediatamente a tragédia desumana que ocorre na Terra Santa. Os tanques de Israel chegaram hoje à cidade de Nosso Senhor Jesus Cristo. Há um morticínio desenfreado."

Carta dos Patriarcas e Arcebispos em Jerusalém ao presidente George W. Bush

5 DE ABRIL - QUEM SOFREU, NÃO FAÇA SOFRER

"Nós, franciscanos, não podemos partir, mesmo sofrendo riscos, porque não podemos permitir uma carnificina dentro da igreja da Natividade. Quarenta frades e quatro religiosas franciscanas vivem num convento cujas portas foram destruídas, cercados por grupos armados – 200 palestinos dentro do convento e tanques israelenses do lado de fora. Resistimos entre dois fogos, procurando dialogar para evitar a tragédia. E isto sucede em Belém, onde nasceu Jesus, nossa paz. Quem sofreu, não faça sofrer."

Frei Giacomino Bini, ministro-geral da Ordem dos Frades Menores (OFM)

8 DE ABRIL - ATAQUE À BASÍLICA

"Eram 3 da madrugada quando os israelenses abriram fogo contra o complexo da basílica da Natividade. Deu-se um incêndio e um palestino que ajudava a apagar as chamas foi morto por um soldado israelense. Material militar israelense encontrado dentro do convento faz supor que o exército tentava transformar, para a opinião pública, o cerco que faz em uma suposta operação de libertação de seqüestrados."

A Custódia Franciscana da Terra Santa condena de maneira firme a execrável e inaudita barbárie do ataque a um lugar santo e pede a mobilização da opinião pública mundial."

12 DE ABRIL - POR UMA INTERVENÇÃO HUMANITÁRIA

"É preciso esclarecer que os frades e freiras na igreja da Natividade não são reféns. Lá estão por decisão própria e por missão recebida da Igreja. Hoje acabaram a água e os viveres. Não deixaram retirar o corpo do palestino morto. Não deixaram que os frades passassem à Casa Nova, o edifício que hospeda peregrinos. É urgente uma intervenção humanitária."

Frei Giacomino Bini, ministro-geral dos Franciscanos

12 DE ABRIL - EM NOME DO DEUS DE ABRAÃO, DE ISAQUE E DE JACÓ, DEVOLVEI-NOS ÁGUA E LUZ

"Lançamos um apelo a todas as comunidades judaicas do mundo, para que peçam ao exército israelense que restitua água e luz aos frades franciscanos no convento da Natividade. Os frades recordam a tradicional amizade com os judeus e o reconhecido heroísmo dos franciscanos que ariscaram a vida para salvar hebreus do holocausto."

Não somos vossos adversários, não fazemos parte do conflito. Suplicamos a vós, em nome do Deus de Abraão, de Isaque e de Jacó: tende piedade, devolvi-nos o acesso à água e à luz."

Declaração de lideranças franciscanas em Jerusalém.

No mesmo dia, em Roma, frei Giacomino Bini entregava ao rabino-chefe na Itália, Ricardo di Segni, apelo no mesmo sentido

13 DE ABRIL - SUPORTANDO O INSUPORTÁVEL

"Renovamos o pedido às lideranças hebraicas de todo o mundo e suplicamos: devolvi-nos a energia elétrica e a água. Sede generosos, sede também clarividentes! Esta é nossa mensagem. Agradecemos a todos os que continuam a nos acompanhar nesta Via Crucis que nos impuseram precisamente no tempo da Páscoa. Com amor e admiração abraçamos nossos irmãos e irmãs religiosos que suportam há muito o absolutamente insuportável, mostrando-se digníssimos irmãos e sucessores da multidão de mártires da Ordem Franciscana e da Custódia da Terra Santa."

Comunicado da Custódia da Terra Santa

15 DE ABRIL - SUSTENTEM A POSIÇÃO

"Ânimo, continuai a resistir e a guardar os lugares santos."

João Paulo II, em telefonema a Frei Ibrahim Faltas, superior da basílica da Natividade



Ocidente dialoga com o mundo islâmico

Hoje, a União Européia defende uma política de diálogo e compreensão para com as nações islâmicas e se distancia de uma agressão ao Iraque, Coréia do Norte ou Irã, definidos por Bush como "o eixo do mal". Essa posição foi defendida em Islamabad por altos representantes da Alemanha, Espanha, França e mesmo a Grã-Bretanha, o mais incondicional aliado europeu da Casa Branca, no seminário "Civilização e Harmonia", realizado conjuntamente pela União Européia e a Organização da Conferência Islâmica, ao qual assistiram representantes de 72 nações que, somadas, têm mais de dois bilhões de habitantes.

Esse foi o primeiro encontro formal entre o Ocidente e o Islã desde os atentados de 11 de setembro, e muitos delegados de nações cujos povos professam majoritariamente a religião muçulmana manifestaram o temor de virarem alvos da luta contra o terrorismo. O chanceler da Alemanha afirmou que "a coligação internacional contra o terror não é a base para se fazer qualquer coisa contra qualquer um, em particular nos casos em que se trata de ações unilaterais. Todos os chanceleres da Europa partilham desse ponto de vista", acrescentou Fischer.

O encontro mostrou o consenso existente em relação à necessidade de se resolver a questão palestina, através da proclamação de um Estado palestino independente, para que a paz no Oriente Médio seja assegurada. "Só uma solução com dois Estados (Palestina e Israel) poderá conduzir à paz na região", afirmou Javier Solanas, responsável pelas relações exteriores da União Européia.

Porém, o maior consenso foi em uma questão-chave: é possível a convivência harmoniosa entre o Ocidente e o mundo muçulmano. O chanceler do Catar, país que no momento ocupa a presidência da Organização da Conferência Islâmica, afirmou que "o desejo de libertar-se da ocupação estrangeira de nenhu-

ma forma pode ser confundido com terrorismo", em clara alusão à Intifada (insurreição palestina). "A definição ocidental de terrorismo mostra a determinação de limitá-lo às ações dos outros, em particular dos árabes e muçulmanos", denunciou o ministro.

Washington tem definido o terrorismo como "a matança a sangue frio de não combatentes por motivos políticos e para influenciar a opinião pública". Essa foi a definição utilizada por Christopher Ross, assessor da Secretaria de Estado (chancelaria) dos Estados Unidos para Assuntos Diplomáticos. Em uma referência indireta ao "terrorismo de Estado" praticado por Israel contra o povo palestino, Ross disse que "as tropas regulares (Forças Armadas) de nenhum país praticam o terrorismo, mas podem ocorrer algumas violações não-intencionais".

A consequência mais significativa da conferência de Islamabad foi sintetizada nas palavras de Ismail Cem, ministro das Relações Exteriores da Turquia. Para ele, "a confluência entre o islã e a União Européia pode ser crucial para determinar o futuro da "guerra contra o terrorismo e conseguir fazer com que os Estados Unidos reconsiderem o seu ponto de vista sobre o tema e sobre as suas relações com Israel."

Ficou claro que no mundo islâmico há a convicção de que a incompreensão ocidental a respeito da sua cultura deriva fundamentalmente do desconhecimento. Parte importante da responsabilidade caberia à mídia, em particular à de Washington, que, segundo a visão oriental, mostra-se insensível ao islã e aos árabes, eludindo a sua responsabilidade no debate sobre o futuro da guerra contra o terrorismo que leva adiante a administração Bush.

Acadêmicos do Cairo assinalam, por exemplo, que tanto a opinião pública quanto a imprensa árabes se escandalizam quando a mídia ocidental se atribui equilíbrio e equidade na cobertura das questões relativas ao terrorismo, enquanto convida para opinar supostos especialistas ocidentais no islã, ignorando

os intelectuais muçulmanos que poderiam dar uma interpretação mais adequada do tema, particularmente quando se trata de explicar a atuação e as motivações dos grupos militantes islâmicos.

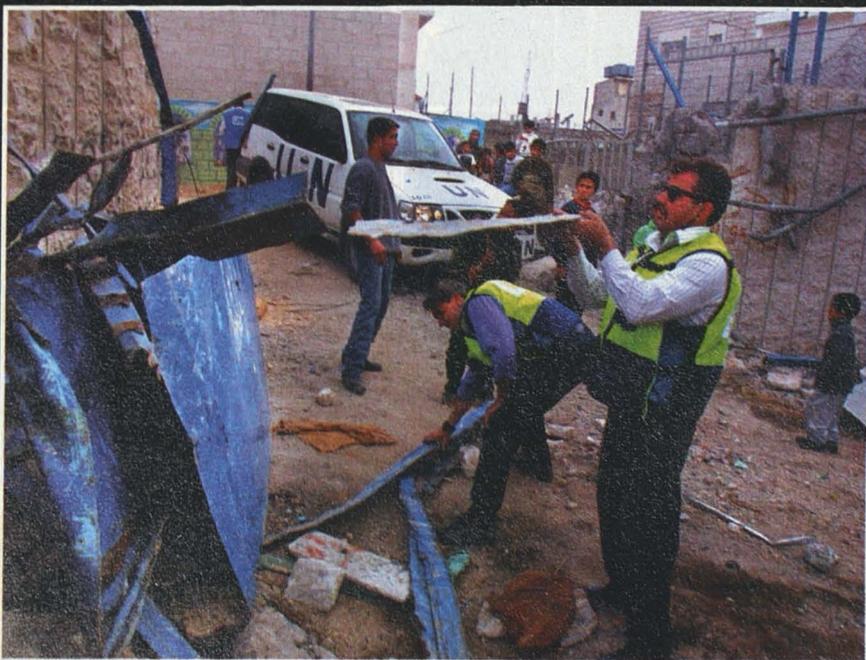
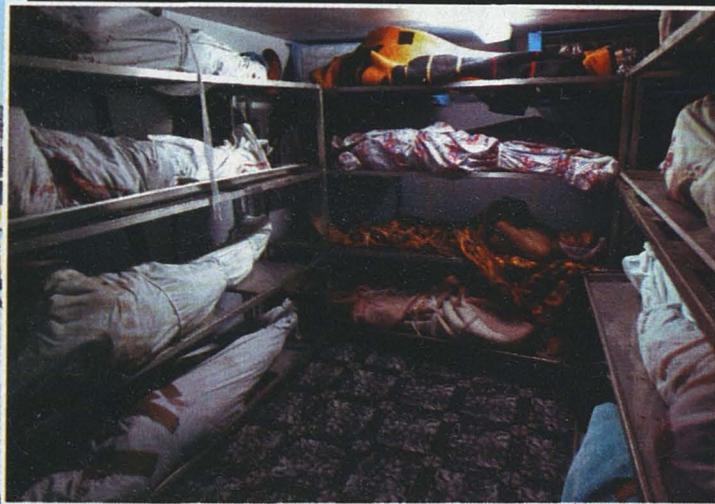
A paz, só sem Sharon

Essas recentes conferências internacionais têm mostrado que no mundo árabe cresce a convicção de que o primeiro-ministro Sharon não teria ordenado a ocupação militar dos territórios sob controle da Autoridade Nacional Palestina se não fosse por a política externa dos Estados Unidos, desde os atentados de 11 de setembro, priorizar o combate ao terror, confundindo de forma proposital as ações terroristas e todo e qualquer tipo de reação a uma injustiça.

Igualmente há a certeza de que com Sharon à frente do Executivo israelense será quase impossível negociar a paz. Os árabes guardam amargas recordações do atual primeiro-ministro israelense. Foi ele quem liderou a invasão do Líbano em 1982 e ordenou o sítio de Beirute, o primeiro a ser exercido contra uma capital árabe desde a criação do Estado de Israel, em 1948. Com Beirute sitiada, montou um cerco específico contra Arafat, a quem obrigou a sair do Líbano para o exílio na Tunísia. E foi ele quem permitiu que acontecessem os massacres dos campos de refugiados palestinos de Sabra e Chatila.

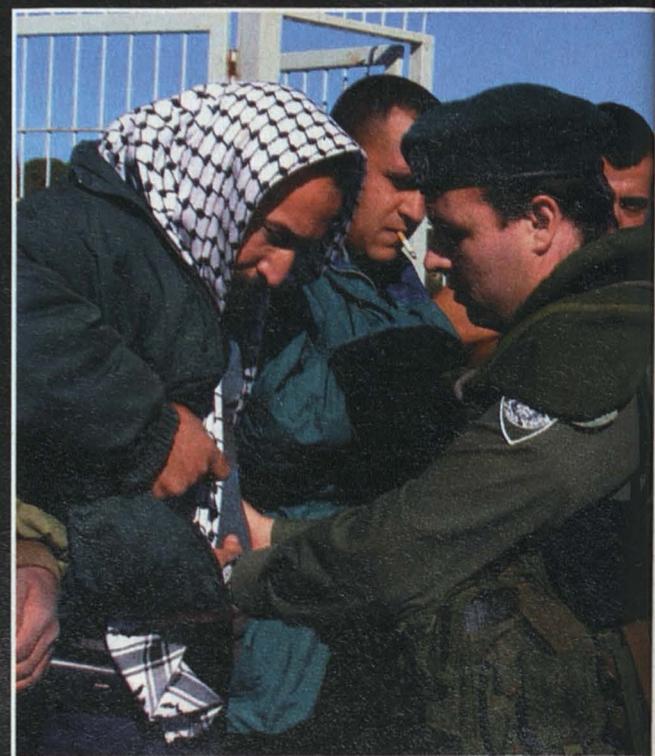
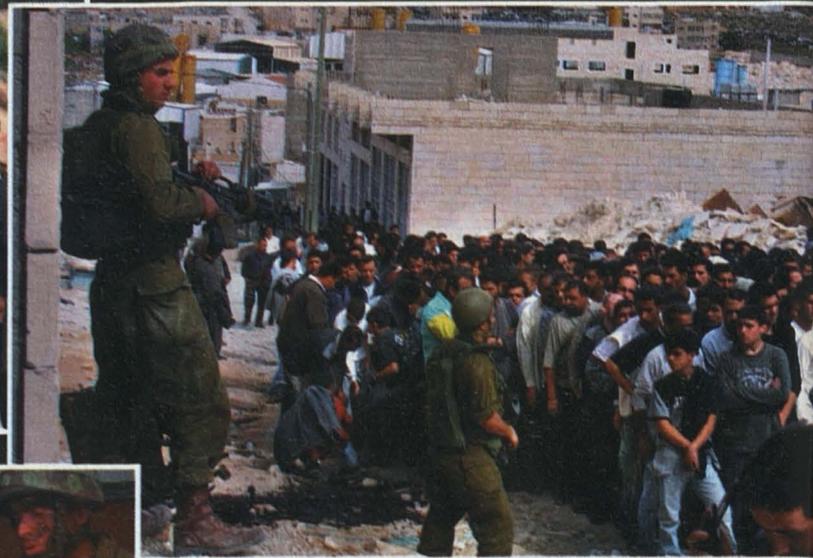
Com esses antecedentes e diante da ocupação que ordenou dos territórios sob administração palestina, o primeiro-ministro da Malásia, Mahatir Mohamad, alertou que "enquanto as grandes potências não detiverem as ações violentas de Sharon o terrorismo no Oriente Médio vai continuar". O embaixador da Malásia na ONU, Hasmy Agan, exigiu do Conselho de Segurança que respaldasse seus pronunciamentos "com ações concretas e imediatas" para viabilizar o cessar-fogo e a retirada das tropas israelenses das cidades palestinas, inclusive de Ramala.

Desde o começo da segunda Intifada, em setembro de 2000, o conselho tem se negado a apoiar uma resolução impulsio-



Marcas da destruição

Diferentes organizações humanitárias, que ainda mantêm pessoal na Cisjordânia e em Gaza, apontaram a sistemática violação dos direitos humanos por parte das tropas israelenses. A Cruz Vermelha denunciou que civis palestinos estão sendo usados como escudos humanos por soldados, que os colocam na frente quando vão inspecionar locais onde suspeitam encontrar escondidos supostos terroristas. As marcas da destruição, que transformou em verdadeiras ruínas várias cidades e vilarejos palestinos, falam por si próprias dos desmandos ocorridos durante a ocupação. Nem ambulâncias, hospitais ou mesmo os jornalistas foram poupados, fora o fato de ter sido negada a assistência médica aos feridos. A prática de destruição de casas de suspeitos de pertencerem a grupos terroristas foi levada a extremos impensáveis, tendo sido demolidas centenas de moradias em todos os territórios ocupados



A humilhação dos palestinos

Milhares de homens palestinos foram presos e conduzidos com os olhos vendados aos locais de confinamento. Muitas casas palestinas foram marcadas com a Estrela de Davi e até famílias com crianças pequenas foram obrigadas a saírem de casa de madrugada, após revistas militares

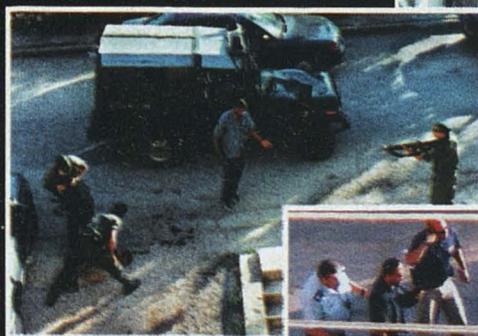
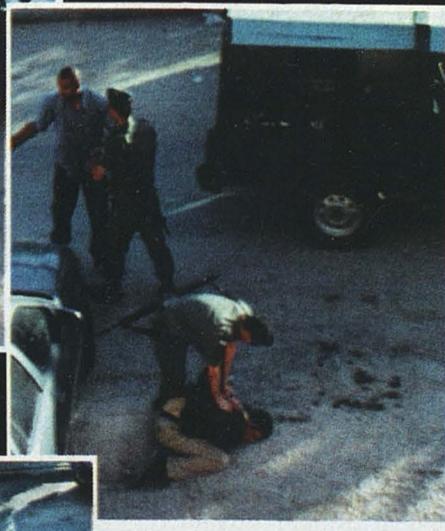
nada pela Liga Árabe para o envio de observadores internacionais aos territórios ocupados por Israel. Os Estados Unidos ameaçaram exercer seu poder de veto contra essa resolução, que conta com a firme oposição de Israel. "Uma atitude passiva equivale a permitir que a situação se converta em uma catástrofe de proporções monumentais", advertiu Agan.

Para alguns analistas norte-americanos, a atitude dúbia da administração Bush, que durante meses evitou entrar a fundo na mediação entre palestinos e israelenses, teve um custo político elevado. Um dos colunistas do *Washington Post*, Jackson Diehl, escreveu: "Os eventos têm demonstrado que a decisão do presidente Bush de se desvencilhar do Oriente Médio foi um erro de proporções históricas."

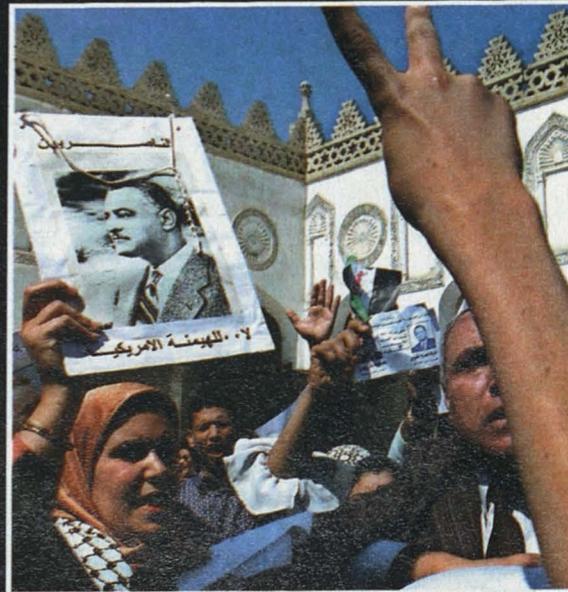
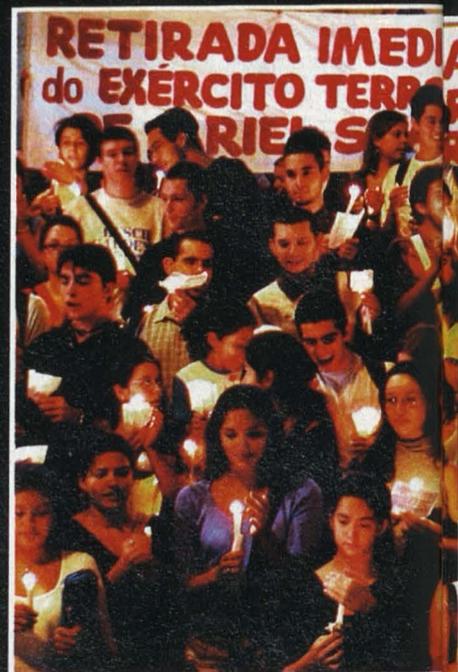
Do norte da África ao Mar Vermelho, passando pela Península Arábica, o mundo muçulmano está impregnado pela indignação com as operações militares israelenses, que acompanha através das imagens das tevês árabes, que vêm mostrando, sem interrupção, as humilhações sofridas pela Autoridade Palestina e o drama suportado pelo povo palestino.

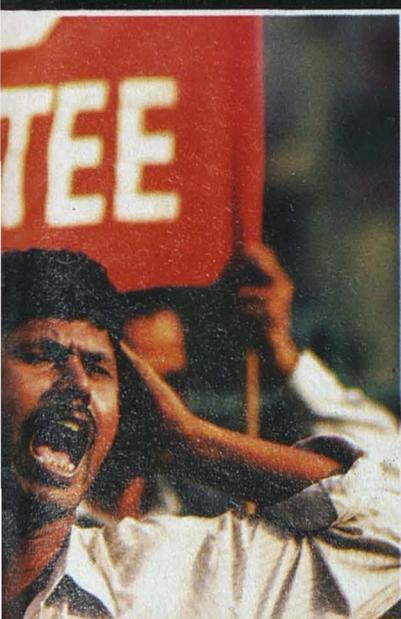
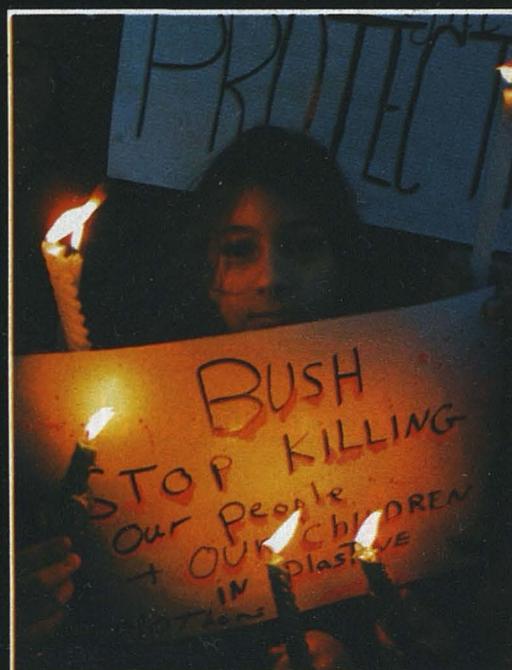
Cresce a revolta

A revolta contra Israel não é nova no mundo árabe. Mas hoje ela contaminou também os sentimentos em relação aos Estados Unidos. Uma boa forma de medida é verificar o nível de impopularidade de George W. Bush. Essa raiva está explícita no seguinte desabafo do ministro egípcio das Relações Exteriores, Ahmad Maher: "Não consigo imaginar que os norte-americanos vão permanecer em silêncio indefinidamente diante das ações israelenses. Esperávamos que Washington fosse adotar uma posição firme, desde o começo desses ataques de Israel contra os palestinos, mas não vimos nada disso. Evidentemente, os Estados Unidos não podem ou não querem exercer qualquer pressão sobre Israel, mas Israel está precisando que alguém o ajude a salvar-se de si mesmo", afirmou.



Um fotógrafo amador captou estas impressionantes imagens. Um jovem palestino, Mahmud Salah, de 23 anos, é detido por soldados israelenses em Beit Hanina, perto de Jerusalém, em 8 de março, sob suspeita de ser um homem-bomba. As imagens mostram que não ofereceu resistência. Dominado, ficou o tempo todo imobilizado e submisso às ordens de seus captores. Mesmo assim, recebe tiros à queima-roupa que estouram sua cabeça. O corpo despido fica na rua, e um robô mexe em suas roupas





A solidariedade internacional

O mundo estremeceu ante o excesso de violência das tropas de Israel, que desrespeitaram todas as leis da guerra, cometendo atos que receberam, mundo afora, a classificação de genocídio, terrorismo de Estado e crimes contra a Humanidade.

Os excessos de Israel contra os palestinos e suas instituições foram comparados, não poucas vezes, as violências nazistas contra os judeus e outras minorias na Europa, na época da Segunda Guerra Mundial.

"Pare o ataque à Palestina", diz o manifestante indiano, ao lado, "Viva a Palestina. Chega de genocídio". Powell, taca Sharon

parar", "Bush, deixe de assassinar nosso povo, nossas crianças". "Punição para Israel" - gritaram nas capitais do mundo manifestantes indignados com o desenlace sangrento do permanente impasse da região.

A solidariedade internacional intensificou-se, levando personalidades, como o Prêmio Nobel de Literatura José Saramago e o líder camponês europeu e ativista antiglobalização José Bove a acompanhar Yasser Arafat nas ruínas de sua sede administrativa.

Nas fotos, a solidariedade expressa em capitais do mundo árabe, da Europa, Ásia e Américas.



Sociedade israelense dividida

A sociedade israelense, como vem acontecendo há anos, está dividida quanto ao posicionamento do governo no conflito contra os palestinos. Uma pesquisa realizada pelo Instituto Smith nos primeiros dias de abril e divulgada nos principais jornais israelenses revelou que a maioria da população está apoiando a guerra contra os palestinos. Entretanto, também é possível perceber um fortalecimento dos movimentos pacifistas, que se mobilizam contra a política praticada por Ariel Sharon.

Segundo a pesquisa, 72% dos israelenses seriam favoráveis à guerra, contra 17% contrários. Já 11% dos entrevistados não responderam. A pesquisa revela ainda uma grande rejeição ao líder palestino, Yasser Arafat. Um total de 36% deseja sua expulsão dos territórios palestinos e 23% defendem a sua eliminação.

Não há, porém, confiança na exatidão destes números. Dan Bitan, dirigente da organização israelense Paz Agora, acredita que a política de repressão de Sharon se esgote em breve. Bitan admite que não é fácil encontrar uma solução negociada, mas esta seria a única forma de pôr fim ao conflito. Para ele, um possível acordo deve ter como base o respeito às fronteiras estabelecidas em 1967, status de capital binacional para Jerusalém e direito ao retorno dos refugiados palestinos. Para o representante do Paz Agora, o movimento de solidariedade e a pressão internacional são fundamentais para acelerar a tendência de esgotamento da política de Sharon.

O grupo israelense de defesa dos direitos humanos BTselem informou que aproximadamente 400 soldados estão se recusando a servir o Exército israelense nos territórios ocupados. Um destes casos é o de Sérgio Yahni, membro do Comitê Internacional do Fórum Social Mundial, que foi preso por se negar a integrar o exército de ocupação. Os soldados alegam que o Exército israelense deveria ser uma força de defesa, não de ocupação.

O prestigiado historiador israelense Tom Segev também defende que é preciso encontrar uma solução pacífica. "A origem do conflito está na ocupação militar, que deixa os palestinos sem perspectivas. Sem um Estado próprio, os palestinos não passarão do nível do terrorismo", afirmou. Segev propõe a retirada unilateral das tropas israelenses das cidades palestinas ocupadas, pois "é necessário devolver alguma esperança aos palestinos". Ele acredita que a maioria dos israelenses está disposta a desmantelar grande parte dos assentamentos judeus (nos territórios ocupados) e a aceitar a proclamação do Estado palestino para chegar à paz.

A divisão atingiu também o Partido Trabalhista. Vem crescendo no interior do partido a tendência de abandonar o governo e se colocar mais claramente no campo dos que defendem a paz. Saindo do governo, os trabalhistas comprometeriam a maioria que Sharon tem no Parlamento. Além disso, constituiriam-se como uma alternativa real a um candidato de direita nas próximas eleições, fosse o próprio Ariel Sharon, o ex-primeiro-ministro Binyamin Netanyahu ou qualquer outro.



A raiva é visível também nos partidos políticos e nos sindicatos árabes. Jornalistas e advogados organizaram no Cairo comícios, durante os quais os Estados Unidos foram vaiados. A Organização dos Irmãos Muçulmanos fez um apelo aos governos árabes para que declarem guerra santa contra Israel.

A frustração da opinião pública também se volta contra os regimes e governos da região. “Dirigentes traidores, vocês venderam a Palestina!”, é uma palavra de ordem que tem estado muito presente nas manifestações de rua das diferentes capitais árabes. As críticas também não pouparam as Nações Unidas. Manifestantes reunidos diante do escritório da ONU na capital libanesa acusaram esta última de existir “para defender Israel”.

Esses sentimentos estão também se espalhando pela Europa. Muitos analistas, temendo uma nova onda de anti-semitismo, procuram usar os meios de comunicação para mostrar que é necessário separar o governo e a população civil israelense, vítima da violência que se volta contra ela. Não por acaso, está aumentando o sentimento em favor da paz, mesmo sabendo que uma solução duradoura só será possível aceitando a troca de terra palestina por paz. A essa conclusão já tinha chegado Yitszhak Rabin, quando assinou com Arafat os Acordos de Oslo, há uma década.

Na França, por exemplo, os comitês pró-Palestina brotam como cogumelos. O mesmo ocorre na Suíça, Bélgica, Grécia, Espanha e Itália. Nos Estados Unidos, a Rede dos Rabinos para a Paz envia jovens norte-americanos aos territórios ocupados a se solidarizarem com o povo palestino. No Natal, 800 voluntários de vários países viajaram para a Cisjordânia com o objetivo de proteger os agricultores palestinos durante a colheita de azeitonas. Desde então, todas as organizações envolvidas na Europa no movimento antiglobalização enviam militantes dos mais variados perfis aos territórios palestinos. ■



Os mapas mostram os incessantes avanços do Estado israelense sobre divisão estabelecida para os territórios em 1967. Começando do alto, à esquerda, o Estado de Israel e os territórios palestinos hoje; as áreas controladas pelos palestinos na Cisjordânia; os assentamentos judeus na Cisjordânia ocupada (1999) e na Faixa de Gaza; a divisão de Jerusalém antes e depois de 1967; os territórios ocupados por Israel em 1967 (Jerusalém, Golan, Cisjordânia e Gaza); o plano de partilha da ONU, delineando as fronteiras entre Israel e a Palestina e propondo que Jerusalém seja considerada Cidade Internacional, em função de sua importância para as diversas religiões. Mesmo após o Acordo de Oslo, os assentamentos israelenses em territórios palestinos prosseguiram, com a conivência não só dos representantes do Likud como também do Partido Trabalhista



O escritor português José Saramago, Nobel de Literatura, foi a Ramala num gesto de solidariedade aos palestinos e a Yasser Arafat, presidente da Autoridade Nacional Palestina. Segundo ele, "os assentamentos israelenses em território palestino precisam do Exército para defendê-los. Mas o Exército também precisa destes assentamentos para se instalar ali. Não se consegue sair desta lógica infernal, porque a paz que quer o governo de Israel não é uma paz justa, que reconheça o direito dos palestinos de ter um Estado, uma identidade própria", afirmou



Apoio brasileiro

Também no Brasil, a solidariedade e simpatia à luta e à resistência do povo palestino

NO MÊS DE ABRIL, MANIFESTAÇÕES EM DIVERSAS CIDADES brasileiras expressaram solidariedade ao povo palestino. Em São Paulo, mais de duas mil pessoas participaram de protesto contra a ofensiva militar israelense. A passeata acabou em frente ao consulado norte-americano, exigindo que os Estados Unidos adotem um posicionamento claro na ONU, aprovando o envio de uma força de paz ao Oriente Médio.

No Rio de Janeiro, um ato convocado pela Central Única dos Trabalhadores, com o apoio do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, Movimento dos Trabalhadores semTeto, do Grupo Tortura Nunca Mais e de partidos políticos, como o PT, PSTU, PCdoB e PCB, levou cerca de mil pessoas ao prédio onde fica o consulado de Israel. Os manifestantes vestiam camisetas estampadas com "Palestina - Pátria Livre", e carregavam cartazes criticando a política violenta imposta pelo primeiro-ministro israelense Ariel Sharon. No final do ato foi entregue uma carta ao cônsul-geral de Israel, Eitan Surkis, pedindo o fim da ocupação das terras palestinas e do cerco a Yasser Arafat.

Em diversas outras cidades, como Porto Alegre e Brasília, também aconteceram atos públicos em solidariedade ao povo palestino e contra a ocupação militar de Israel. A resistência do povo palestino também recebeu uma homenagem especial na entrega da 14ª Medalha Chico Mendes de Resistência, promovida pelo Grupo



Foto: Alvaro Neiva

Manifestação em solidariedade ao povo palestino e contra a política de Ariel Sharon, diante do consulado de Israel, no Rio de Janeiro. À frente, o deputado estadual Chico Alencar (PT) e o presidente da CUT/RJ, Antônio Carlos de Carvalho

Tortura Nunca Mais (ver página 21). O prêmio foi entregue ao embaixador palestino no Brasil, Musa Amer Odeh.

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal encaminhou ao Ministério das Relações Exteriores uma carta sugerindo que o governo brasileiro se manifeste junto à ONU, defendendo a abertura de um processo contra Ariel Sharon por crimes contra a Humanidade. Segundo a carta, a omissão da comunidade internacional representa uma forma de apoio à prática sistemática do primeiro-ministro de Israel de crimes de guerra, *apartheid*, limpeza étnica e outras violações que afrontam a consciência humanitária.

Missão parlamentar

Os deputados federais Milton Temer (PT-RJ), Antônio Carlos Panunzio (PSDB-SP) e Hélio Costa (PMDB-MG) estiveram em Israel como representantes do Congresso brasileiro. Os deputados

chegaram a cem metros do quartel-general de Yasser Arafat, em Ramala que, segundo Temer, está completamente devastado pelos ataques israelenses. "Ramala é hoje um campo de concentração, onde as casas das pessoas são também suas celas", afirmou.

Temer acredita que são necessárias três medidas para solucionar o conflito: a retirada imediata das tropas israelenses dos territórios ocupados, a criação de um Estado palestino, com o reconhecimento das fronteiras estabelecidas em 1967, e a implementação de uma força internacional de paz para garantir a transição.

O deputado se mostrou impressionado com o desequilíbrio de forças no conflito. "As agressões praticadas pelo governo de Sharon contra a população civil nos territórios ocupados da Palestina são covardes", declarou. Temer não defende os atentados suicidas, mas não aceita que eles sirvam como justificativa para a violência israelense. "Os atentados são produto do desespero", afirma. ■



Em torno de tudo, o p

Apesar da gravidade, a atual crise não deverá ter reflexos maiores no abastecimento petrolífero mundial

A LÉM DE POSSÍVEIS OSCILAÇÕES DE PREÇOS, administráveis pelos próprios países que lideram a oferta no mercado internacional, é incorreta a previsão de nova crise do petróleo a partir da decisão do Iraque de suspender as exportações por 30 dias, em represália a Israel pela violência que vem praticando contra o povo palestino, com a ostensiva cobertura dos Estados Unidos. Diferente seria se a iniciativa viesse a ser apoiada pelos mais importantes produtores filiados à Organização de Exportadores de Petróleo.

A Arábia Saudita, responsável pela maior oferta no conjunto dos países árabes, a ponto de ostentar um excedente diário superior a sete milhões de barris, não apenas desconsiderou a iniciativa de Sadam Hussein, mas também se comprometeu a aumentar os fornecimentos, compensando o que o Iraque vier a subtrair da oferta agregada da região. Além disso, a crise pouco afetou a produção da Venezuela.

Pelo menos na ausência de variáveis políticas mais complicadas, que não podem, no entanto, ser descartadas no caso de agravamento do conflito Israel-Palestina, os Estados Unidos terão o abastecimento plenamente assegurado.

Já os países europeus têm sérios motivos para preocupações, pois suas fontes de abastecimento estão concentradas exatamente no Golfo Pérsico e no Mar do Norte. Por isso, eles se opõem a novas agressões ao Iraque, Irã e vizinhos. Os campos do Mar do Norte abrigam reservas de apenas



A política dos Estados Unidos e da Europa para o Oriente Médio passa diretamente pelo interesse por petróleo. Porém, a agressão israelense contra a Palestina não representa uma ameaça para o abastecimento mundial.

etróleo



nos poços de petróleo da região. Por enquanto, mundial, pois não se aceitou reduzir a produção

16 bilhões de barris, pouco menos de um terço do petróleo venezuelano. Em caso de comprometimento da oferta procedente do Golfo, as pressões da demanda seriam concentradas no Mar do Norte e acabariam por transbordar para o Oriente Médio, como medida de preservação de uma reserva estratégica para a Europa. O conflito transportado para o Golfo, portanto, deslocaria a demanda europeia para o Oriente Médio e provocaria significativo aumento de preços no mercado internacional.

Parceria que incomoda

O conflito entre israelenses e palestinos, agora uma verdadeira guerra não-declarada entre desiguais, assumiu as atuais proporções impulsionado por uma parceria do Estado de Israel com os Estados Unidos e a Europa, proposta pelo Movimento Sionista no começo do século XX e operacionalizada logo depois da Segunda Guerra Mundial. No livro *O Estado judeu*, traduzido para o francês em 1926, o líder sionista Theodor Herzl sugeriu: "Para a Europa, constituiremos, lá em baixo (na Palestina), um pedaço da muralha contra a Ásia: seremos a sentinela avançada da Civilização contra a Barbárie."

Anos depois (1947), em discurso que proferiu na VII Sessão Plenária do Congresso Judeu Canadense, Nahum Goldan, seu presidente, proclamou abertamente o que considerava o papel a ser desempenhado por um Estado judeu: "Quando um homem de Estado ou um político pensa no sionismo, não o faz à maneira dos profetas, dos pregadores, dos idealistas, dos poetas. Pensa em termos realistas de petróleo, de Estado judeu na Palestina, de Oriente Médio, de Rússia, de Estados Unidos..."

Pouco antes, conforme relatam Ahmed Fayez e Fayez A. Sayegh no livro *Sionismo na Palestina* (Coleção Monografias nº 3 – Estudos Árabes, editado pela Delegação da Liga dos Estados Árabes – 1969, Rio de Janeiro), o próprio Nahum Goldan havia revelado: "...O Sr. Ickes, que estava encarregado da Administração do Petróleo nos Estados Unidos durante a

guerra, me informara que os relatórios dos especialistas afirmavam a existência de 10 a 20 vezes mais de petróleo no Oriente Médio do que em todo o conjunto da América do Norte e América Central. E sabe o que o petróleo significa para o mundo? Uma vez que tenham estabelecido um Estado judeu na Palestina, tudo isso será em nosso benefício."

O presidente George W. Bush e os interesses que representa no poder não se têm revelado à altura dos desafios que os Estados Unidos, potência hegemônica, teriam de enfrentar com o necessário equilíbrio e senso de responsabilidade perante a Humanidade.

Grandes transformações na geopolítica e na geoeconomia do petróleo previstas para os próximos 10/15 anos projetam a perda gradativa da importância dos produtores do Oriente Médio. Devido às turbulências e à insegurança que esses países já oferecem e tendem a se agravar no futuro, os Estados Unidos e as grandes potências europeias passaram a desenvolver no Mar Cáspio e na Ásia Central novas fontes de suprimento de óleo. Ali se descobriu a terceira entre as maiores jazidas de petróleo e gás natural do mundo, hoje superiores à soma das reservas do Irã e do Iraque. Na última década do século passado, duas empresas russas e 35 ocidentais (11 dos Estados Unidos e 24 de outros países) começaram o desenvolvimento de 40 projetos, para os quais estavam previstos investimentos de 100 bilhões de dólares no Azerbaijão e no Cazaquistão. A Amoco, a Exxon, a Chevron e a Mobil vêm negociando, há algum tempo, contratos adicionais que contemplam projetos de exploração, produção e de construção de oleodutos.

Prevê-se, para os próximos 15 anos, o começo de uma nova era de petróleo abundante e barato, na qual a oferta dos países árabes perderá muito da importância que tem atualmente. Tais alterações certamente vão influir nas relações futuras dos Estados Unidos com Israel e os países árabes, e destes com o Estado de Israel e pôr em jogo o futuro das economias do Oriente Médio baseadas exclusivamente na produção de petróleo. (Alvaro Queiroz) ■



Economia palestina em colapso

Relatório do Banco Mundial denuncia os males causados pelo bloqueio imposto por Israel aos territórios da Cisjordânia e de Gaza

EM UM RELATÓRIO TORNADO PÚBLICO no início de março, portanto antes da recente ocupação militar israelense da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, o Banco Mundial (Bird) já advertia que a economia dos territórios sob controle da Autoridade Nacional Palestina (ANP) estava “próxima do colapso total; devido ao bloqueio imposto por Israel e à repressão militar à Intifada” (insurreição). O relatório, elaborado pelo Banco Mundial com o apoio das Nações Unidas e da Noruega, responsabiliza diretamente o bloqueio israelense pela dramática situação econômica do povo palestino. Intitulado *Intifada, bloqueio e crise econômica palestina*, o documento afirma que “a economia palestina está em grave recessão, sobretudo como consequência das severas restrições ao movimento dos trabalhadores e mercadorias na Cisjordânia e em Gaza”.

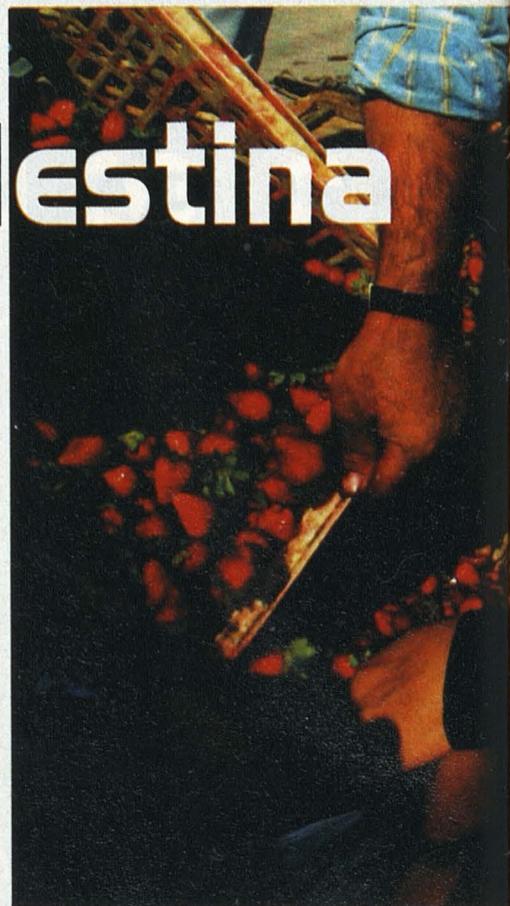
Dados levantados pelo Banco Mundial mostram que, desde setembro de 2000, o bloqueio imposto por Israel impede a passagem de pessoas e objetos da Cisjordânia e da Faixa de Gaza a Israel, e entre esses territórios e a Jordânia e o Egito, os principais parceiros comerciais da Palestina. Como consequência dessa política, o desemprego nas áreas que estavam sob controle da Autoridade Nacional Palestina tinha triplicado já no primeiro trimestre de 2002, afetando quase 33% da

população economicamente ativa. Não é difícil imaginar que a situação atual é muito mais grave.

No mesmo período, a renda média caiu quase 30%, atingindo um patamar menor do que no final dos anos 80, informa o documento. A quantidade de pessoas que vive com menos de dois dólares por dia duplicou, afetando quase a metade da população, o dobro da cifra registrada no final de 2000.

Desde o começo da atual Intifada, em setembro de 2000, até o final de 2001, os prejuízos materiais causados pelo conflito chegaram a cerca de 305 milhões de dólares, e o Produto Interno Bruto palestino diminuiu em pelo menos 2,4 bilhões de dólares. Em março, o diretor do Banco Mundial para a Cisjordânia e Gaza, Nigel Roberts, acreditava que a crise não era irreversível: “Assim que o bloqueio for levantado, a economia palestina começará a se recuperar”, previa o especialista. Não se sabe quais seriam os seus comentários agora, depois das severas perdas em vidas humanas e da destruição causadas pelas tropas israelenses durante a ocupação.

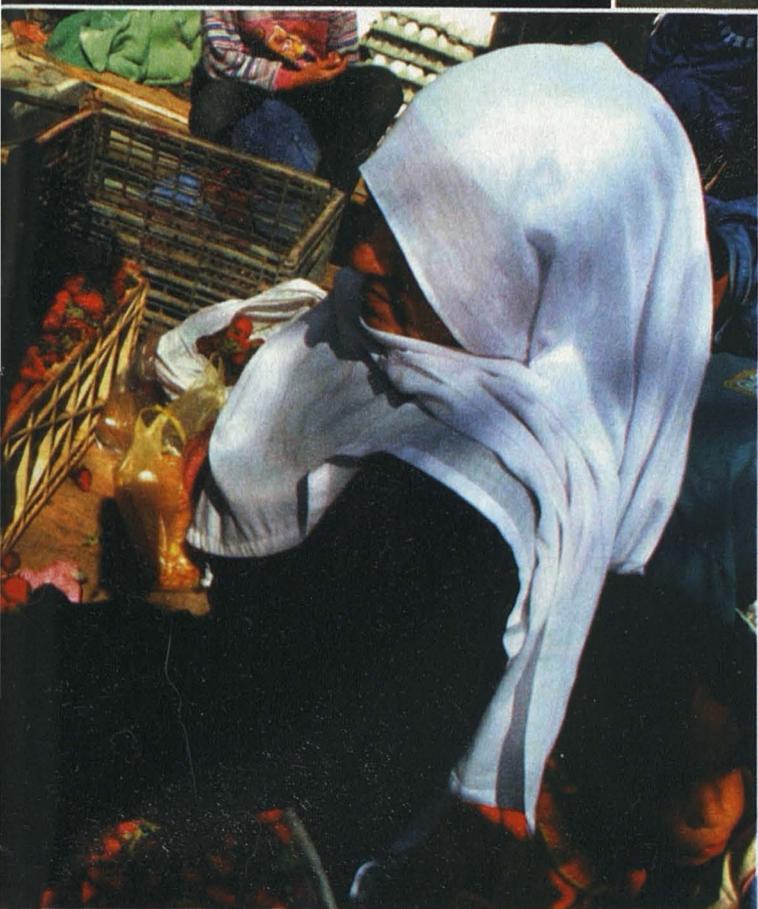
“É claro que a causa imediata da crise econômica palestina é o bloqueio, cujo impacto excede em muito o do conflito armado e a destruição material a ele associada”, diz o relatório. E já denunciava a proximidade de “um colapso nos serviços públicos” e “o agravamento do desempre-



go, do abandono, das privações e do ódio”. Como resultado, os especialistas do Banco Mundial advertem que está se perdendo “uma oportunidade sem precedentes à reconciliação entre os dois povos”.

Desde o começo do bloqueio, a arrecadação da Autoridade Nacional Palestina “caiu de forma brusca”, denunciou o Bird. Para piorar as finanças da ANP, Israel deixou de transferir, desde dezembro de 2000, o dinheiro dos impostos e das tarifas arrecadados por funcionários israelenses, montante que em 2000 havia sido superior ao meio milhão de dólares. “Se não fossem as doações, em especial dos Estados-membros da Liga Árabe e da União Européia, já teria desaparecido qualquer rastro da economia palestina”, afirma o documento.

O relatório do Banco Mundial sugere algumas reformas a serem introduzidas na metodologia de gestão da ANP para brindar maior “responsabilidade e transparência na gestão pública, oferecendo segurança jurídica para os investimentos estrangeiros”. ■



Além do desemprego e da queda da renda da população palestina, o bloqueio imposto por Israel torna difícil o acesso a produtos fundamentais e impõe à população sitiada um dia-a-dia dominado pelas dificuldades e pela penúria. Os palestinos andam quilômetros, no meio das áreas de conflito, para comprar alimentos e encontrar água. Na foto ao lado, crianças observam o prejuízo causado por um ataque das forças israelenses: uma granja foi destruída e perdeu-se toda a criação de galinhas

Povo derrota tentativa

A contundente reação do povo humilde, da tropa e da jovem oficialidade das Forças Armadas venezuelanas deitou por terra a tentativa de golpe da oligarquia local, da grande mídia, da cúpula militar e do governo norte-americano

Héctor Escobar

A ELITE VENEZUELANA acreditava que, com o apoio norte-americano, daria um golpe infalível. A sublevação vinha sendo tramada há muito tempo, inclusive de dentro da própria embaixada norte-americana em Caracas. Lá, os conspiradores “vinham se reunindo desde o mês de fevereiro”, afirmaram o jornal norte-americano *The New York Times* e a revista *Newsweek*. Esqueceram-se do povo venezuelano, que resistiu e destruiu o movimento golpista em 48 horas, devolvendo o poder ao presidente constitucional, Hugo Chávez.

As autoridades norte-americanas mantiveram vários encontros durante os últimos meses com os líderes da tentativa golpista, e concordaram com a deposição do presidente venezuelano, segundo informa sem sutilezas o citado jornal, em sua edição de 16 de abril. A revista *Newsweek*, usando fontes do Pentágono, assegura, por sua parte, que “a embaixada dos Estados Unidos (em Caracas) sabia do complô golpista contra Chávez desde o mês de fevereiro”. De acordo com esta informação, os dirigentes do golpe visitavam freqüentemente a representação diplomática em busca de conselhos, e para “conhecer a posição do governo norte-americano sobre a ação a ser executada”.

Mal desencadeado o golpe, quando o mundo protestava contra a ruptura da ordem constitucional na Venezuela, o presidente George W. Bush abriu o jogo, criticando asperamente Chávez, a quem acusou de ser o único culpado pelo acontecido. Fiéis seguidores de Bush, como os presidentes Alejandro Toledo, do Peru; Francisco Flores, de El Salvador, e o primeiro-ministro espanhol, Jose María Aznar, também criticaram dura-



Fotos: AFP

Hugo Chávez voltou à Presidência 48 horas depois do golpe. Ele prometeu ‘iniciar um compasso de diálogo, a fim de tirar a Venezuela da profunda crise em que se encontra’

mente o presidente “deposto”. Flores e Aznar foram os únicos dirigentes do mundo a reconhecer os golpistas, enquanto o restante das nações condenava a quebra da institucionalidade.

Quando o povo venezuelano, em poucas horas, pôs fim à tentativa golpista, Washington limitou-se a afirmar: “Com grande preocupação continuaremos monitorando os eventos na Venezuela.” E o porta-voz do Departamento de Estado, Phil Reeker, anunciou que o governo só emitiria uma opinião sobre a legitimidade do governo constitucional venezuelano “quando a Organização dos Estados Americanos terminar sua investigação e apresentar um relatório”.

Publicadas as evidências de sua cumplicidade na ruptura institucional na Venezuela, o governo dos Estados Unidos acabou por reconhecer que realmente tinham acontecido as reuniões de seus executivos, durante mais de dois meses, com os golpistas.

“As reuniões, sim, existiram, mas nós não estimulamos uma ação de força. Nossa mensagem foi muito clara: há processos constitucionais. Nunca se falou de golpes”, afirmou Ari Fleischer, por-

de golpe



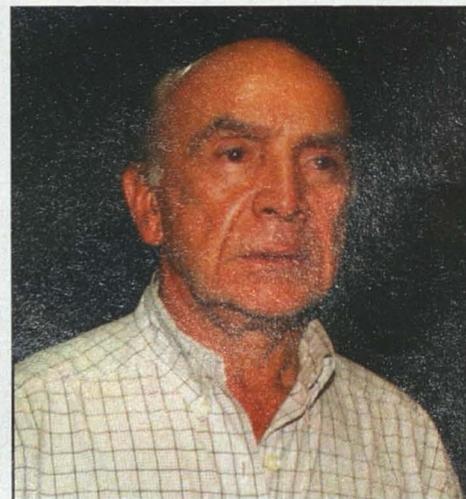
Chávez dialoga com a oposição

Poucos dias após o seu retorno ao poder, o presidente Chávez iniciou um diálogo político com a oposição. Para isso, Chávez convocou uma reunião, a primeira nos três anos de sua administração, do Conselho Federal de Governo, um organismo constitucional integrado pelo presidente, os governadores e prefeitos, representantes da Suprema Corte de Justiça, da Receita Federal e da Promotoria do Povo (Pública).

A iniciativa foi interpretada como o primeiro passo concreto em favor da reconciliação do país, prometida pelo presidente quando recuperou o poder. Chávez reconheceu a necessidade de moderar suas grandes discrepâncias com setores da sociedade venezuelana, utilizando-se de todos os espaços possíveis para impulsionar o diálogo nacional.

Na sessão do conselho, Chávez recebeu queixas e também demonstrações de confiança. "Senhor presidente, lhe fala um governador que no dia 11 de abril pediu a sua renúncia. Estou aqui porque acredito em seu chamado em favor do diálogo e da reconciliação nacional", disse o governador do estado de Anzoátegui, David de Lima. A falta de diálogo e de tolerância de Chávez com a oposição política e com os latifundiários, a mídia, os empresários e a alta dirigência da Igreja católica foi, segundo vários analistas, foi um elemento decisivo para alimentar a tentativa de golpe de Estado. Para eles, a governabilidade futura depende do sucesso do diálogo estabelecido no marco do Conselho Federal. "O diálogo aberto deve realizar-se com 'respeito às nossas diferenças', disse Chávez na reunião. "Recuperemos o sentido de que somos uma família nacional", acrescentou, exortando todos os setores a lhe brindar apoio. "A única exigência que o meu governo faz é que a Constituição seja reconhecida como legítima", afirmou Chávez. Entre outras mudanças, a nova Constituição, aprovada em plebiscito, estabeleceu por primeira vez a possibilidade de revogação, através de um referendo, do mandato do presidente e de outros funcionários eleitos.

Ao mesmo tempo que dialogava com a oposição, o presidente Chávez determinou que fossem postos em liberdade o empresário Pedro Carmona, o único civil comprometido com o golpe a ser detido, e os generais, coronéis e demais oficiais envolvidos na conspiração. Todos continuarão a responder o processo instalado contra eles em liberdade.



Ao lado, o presidente da Fedecameras, Pedro Carmona, nomeado pelos militares golpistas 'líder do governo provisório', que dissolveu o Parlamento e destituiu a Corte Suprema de Justiça. Acima, o povo comemora nas ruas de Caracas a volta de Chávez



do a sua volta ao país enquanto se tomava conta das instituições. Porém, com a declaração de uma greve geral de três dias, que ameaçava paralisar a Venezuela, Chávez não foi ao encontro.

Com essa inesperada reviravolta, os golpistas mudaram o plano. Iniciaram uma marcha que deveria cruzar a capital “para pedir a renúncia do presidente”. A multidão assaltaria o palácio, dificultando uma ação militar.

Sabendo da mobilização dos “esquálidos”, como são chamados na Venezuela os velhos grupos políticos, uma

multidão de aproximadamente 40 mil pessoas partidárias do governo protegia o entorno do palácio, para evitar que a marcha oposta se aproximasse.

Porém, antes mesmo do encontro, soaram tiros: eram franco-atiradores, postados no alto de hotéis próximos, que estavam alvejando civis, leais ao governo. Vítima desses primeiros disparos, inclusive, tombou um guarda-costas do vice-presidente da República, Diodado Cabello, quando se aproximava de seu local de trabalho. Surpreendidas em meio ao tiroteio, as pessoas foram vítimas fáceis da cilada.

Era exatamente o planejado. Alguns dos seguidores do presidente, ao serem atacados, responderam aos tiros. A mídia conservadora tinha as câmeras prontas para o momento crucial: “os chavistas massacravam manifestantes inocentes”. Eram os mártires que faltavam. “Se nesta manifestação houver um morto, Chávez cai”, afirmara um jornalista local. Tinha razão.

Nessa altura então entrou em ação a parte militar do plano golpista. O Alto Comando, “surpreso com o ato criminoso”, virou as costas ao presidente e, pelo telefone, exigiu-lhe a renúncia. Chávez foi tirado à força do palácio, sendo levado prisioneiro. Enquanto isso, os golpistas faziam correr o boato de que “Chávez renunciara à Presidência”. O milionário presidente da

Federação das Indústrias (Fedecamaras), foi empossado como “presidente do governo provisório”. O resto é conhecido: mesmo antes de prestar o juramento, Carmona Estanga leu seu primeiro decreto dissolvendo o Parlamento e destituindo a Corte Suprema de Justiça. Governadores, prefeitos e funcionários administrativos que pudessem atrapalhar as diretrizes do novo governo também foram destituídos. Até o nome do país Carmona chegou a mudar, tirando a definição de “República Bolivariana”, que a nova Constituição tinha incorporado. O envio de petróleo a Cuba foi imediatamente suspenso.

Diante de tudo isso, o sentimento de revolta da população humilde começou a se expandir. Na noite de sábado, 13 de abril, nos bairros de Caracas, nos arredores da capital e em povoados do interior começava a luta para a recuperação da democracia. O domingo amanheceu com o povo nas ruas ameaçando tomar o palácio presidencial de Miraflores, a sede do Congresso, e o Forte Tiuna. Na cidade de Maracay, a 123 quilômetros da capital, a Brigada de Pará-quadistas da Base Libertador, com seus dois mil homens e poderosos aviões de combate F-16, rebelava-se contra o golpe e começava a sobrevoar os céus de Caracas. Era o começo do fim.

Pouco depois, Carmona Estanga “renuncia” e refugia-se precisamente no Forte Tiuna, onde acabaria preso. Parte de seu gabinete é presa no próprio palácio presidencial, quando a tropa leal a Chávez e o povo o tomaram de assalto. Três comandos de pára-quadistas se lançam de helicópteros sobre a ilha de Orchila, onde o presidente Chávez estava preso. Resgatam-no ao amanhecer do domingo, menos de 48 horas depois de ter sido deposto. Chávez retornou ao poder ovacionado por uma multidão calculada em um milhão de pessoas.

Na volta, Chávez afirmou: “Não vim com rancor nem com ânimo revanchista, mas sim iniciar um compasso de diálogo, para que nos unamos, a fim de tirar a Venezuela da profunda crise em que se encontra”. ■

ta-voz da Casa Branca. Ele garantiu que os representantes dos Estados Unidos expressaram claramente aos líderes da oposição que não apoiariam um golpe.

O plano foi meticulosamente pensado e discutido. Montou-se uma campanha de desinformação ao longo do tempo, usando quase todos os meios de comunicação. Milhões de dólares engordaram os cofres da grande imprensa que, apesar da crise do país, esbanjava recursos.

A segunda etapa consistiria em ação concertada com representantes do clero, que apresentariam Chávez como o “símbolo do anti-Cristo”. A organização sindical Central de Trabalhadores da Venezuela (CTV) faria o resto, provocando passeatas e greves sistemáticas para conseguir a desestabilização. Além disso, começaram a explodir bombas em igrejas, jornais e escolas públicas, causando pânico e difundindo a idéia de que “era o terrorismo chavista que estava atuando, se vingando de seus inimigos”. Certos oficiais comprometidos com o complô começaram a aparecer denunciando o “ditador Chávez”, e pedindo sua renúncia.

A reunião da Cúpula Presidencial do Grupo do Rio era uma boa oportunidade, pois o presidente Hugo Chávez deveria estar presente em São José da Costa Rica. O golpe seria perfeito: o presidente teria impedi-

Cessar-fogo abre nova etapa

Com a morte de Jonas Savimbi, a mais longa guerra civil da África pode estar realmente no fim. Os angolanos e a opinião pública mundial confiam que a paz agora será duradoura



Foto: AFP

Antonio Ferreira Aleluia, de Luanda

O ACORDO DE CESSAR-FOGO ASSINADO EM LUANDA, entre o governo de Eduardo dos Santos e a União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita), vista como organização político-militar, marcou, oficialmente, o fim daquela que é considerada a guerra civil mais longa e sangrenta da África. Ao longo dos 27 anos de conflito armado, as estimativas apontam para um milhão de mortos, mais de quatro milhões de refugiados – cerca de 40% da população ativa –, 100 mil mutilados e mais de 50 mil crianças órfãs.

Desde a proclamação da independência do país, em 11 de novembro de 1975, as partes envolvidas no conflito – governo e Unita –, tentaram sem sucesso três acordos de cessar-fogo. Em 1989, Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi acertam um cessar-fogo, mas este fracassa no mesmo ano.

Em 1991, Eduardo dos Santos e Savimbi rubricam novo Acordo de Paz na localidade de Bicesse, arredores de Lisboa, a capital de Portugal. Em função dos preceitos do Acordo de Paz de Bicesse, um ano depois (1992) realizam-se as primeiras eleições multipartidárias. Eduardo dos Santos e o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) vencem. A Unita acu-

Décadas de guerra civil destruíram o território angolano. Com a assinatura do acordo de paz entre o governo e a Unita, o país enfrenta o desafio da reconstrução



Foto: Cedoc

Caminho para a paz

1975 - Angola torna-se independente de Portugal.

1979 - Eduardo dos Santos, assume a liderança do MPLA.

1989 - Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi aceitam um cessar-fogo, mas este fracassa.

1991 - Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi assinam um acordo de paz em Lisboa.

1992 - Os angolanos vão às urnas nas primeiras eleições multipartidárias para presidente e para o Parlamento. O MPLA vence, a Unita acusa o governo de fraude eleitoral e retira-se das Forças Armadas Angolanas. Recomeçam os combates.

1994 - Governo e Unita assinam o Protocolo de Paz de Lusaka, na Zâmbia.

1995 - A ONU envia 7000 "capacetes azuis" para Angola. Eduardo dos Santos e Jonas Savimbi realizam uma reunião de cúpula e reiteram o compromisso de paz.

1998 - As Nações Unidas aprovam sanções contra a Unita depois de atrasos na entrega de quatro regiões que controlava. O governo lança uma ofensiva contra as forças da Unita.

1999 - A ONU anuncia o fim da sua missão de manutenção da paz em Angola.

2002 - O governo anuncia a morte de Jonas Savimbi em combate na província do Moxico.

3 de março - Início dos contatos entre as forças militares do governo e Unita.

15 de março - Realiza-se o primeiro encontro entre as chefias das forças militares do governo e da Unita.

30 de março - É assinado na sede do Governo Provincial do Moxico, na cidade do Luena, o Memorando de Entendimento Complementar ao Protocolo de Lusaka para a cessação das hostilidades e resolução das demais questões pendentes. A cerimônia é acompanhada pelo representante especial da ONU em Angola, Musagy Jeichande, e pelos embaixadores dos países membros da troika de observadores.

2 de abril - O Parlamento aprova a Lei da Amnistia para todos os crimes militares e contra a segurança do Estado, cometidos no quadro do conflito armado.

4 de abril - Governo e Unita assinam um acordo formal de cessar-fogo

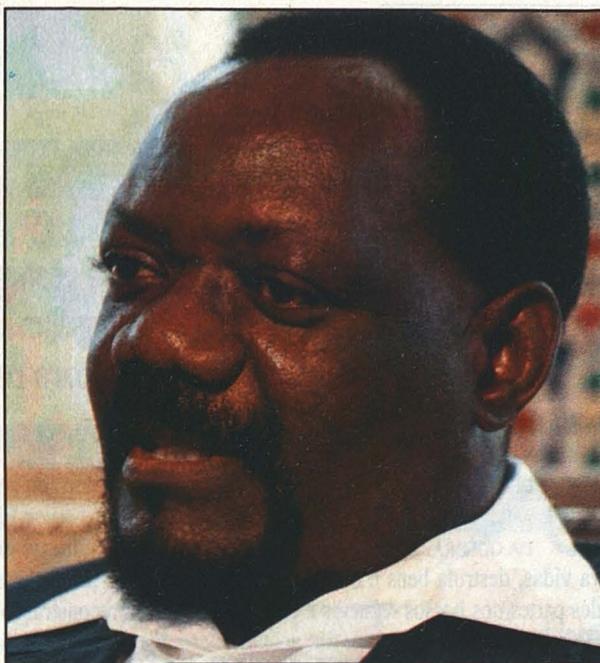


Foto: AFP

Jonas Savimbi liderou a Unita durante toda a guerra civil; a sua morte abre a oportunidade para um cessar-fogo bem-sucedido

sa o governo de fraude eleitoral e retira das Forças Armadas Angolanas (FAA) todo o seu efetivo militar. É o reacender da guerra em Angola. Em 4 de abril de 2002, os generais do exército, Armando da Cruz Neto e Abreu Muengo "Kamorteiro", chefes dos Estados-maiores das Forças Armadas Angolanas e das Forças Militares da Unita, respectivamente, assinam em Luanda, na sede do Parlamento angolano, o quarto acordo de cessar-fogo, o primeiro sem ingerência externa, razão pela qual pode ser bem-sucedido, uma vez que foi assinado pelos próprios angolanos.

Ibrahim Gambari, secretário-geral-adjunto das Nações Unidas para a África, testemunhou a assinatura do acordo de cessar-fogo. "A paz é uma viagem longa e é como um rebento. Necessita de água para regar e de todo o nosso firme envolvimento", disse Gambari. "Esta é a oportunidade única, quando finalmente todos os angolanos estão prontos para acertarem os fundamentos da paz e reconciliação nacional, desde há muito traçados nos Acordos de Bicesse e no Protocolo de Lusaka", disse o embaixador da Rússia em Angola, Serguei Andreev, que falava em nome dos países membros da "troika" de observadores da ONU para supervisionarem o processo de paz angolano. O acordo de cessar-fogo rubricado entre as chefias militares das FAA e as Forças Militares da Unita cria as condições para o fim definitivo do conflito armado angolano e para a conclusão da implementação do Protocolo de Lusaka. O cessar-fogo completa o processo iniciado com a morte do líder da Unita, Jonas Savimbi. Após o seu desaparecimento, o governo angolano decidiu a cessação das hostilidades, que conduziu a negociações diretas entre as forças militares do governo e da Unita. Alcançado o cessar-fogo, abrem-se agora perspectivas de uma paz duradoura, que finalmente permita aos angolanos dedicar-se às tarefas da reconstrução do país. ■

Enfim, a paz

O presidente José Eduardo dos Santos, na véspera da assinatura dos acordos de paz, se dirigiu ao povo angolano para falar dos desafios que deverão ser enfrentados para reconstruir o país

DURANTE MUITOS ANOS O NOSSO DIA-A-DIA FOI MARCADO PELA TRISTEZA DA GUERRA. Uma guerra que ceifava vidas, destruía bens e consumia grandes partes dos nossos recursos e energias. Hoje estamos na véspera de um acontecimento histórico. Os angolanos ansiavam há muito tempo pela chegada deste momento de paz e de certeza no futuro. (...)

Abrem-se deste modo novas perspectivas para todos os cidadãos nos vários domínios da vida social, política, económica, cultural e desportiva. Paz! Esta palavra simples, com apenas três letras, é a essência da vida para nós os angolanos, que aprendemos ao longo de quatro décadas o valor que a mesma encerra.

Como já é do conhecimento de todos, chegaram a bom termo as conversações para o encerramento definitivo do conflito militar que tão duramente atingiu nossa nação. Amanhã terá lugar a assinatura formal da Ata do Luena, que nos vai permitir dizer, com grande alegria, que a guerra em Angola acabou e a paz chegou para sempre. Perante o silêncio das armas, não posso deixar de apelar a todos os angolanos e angolanas, sem distinção, para que comunguem em toda a sua plenitude a paz. (...)

Devemos todos a partir de agora trabalhar por uma pátria unida, solidária e madura, orientada pelos valores da democracia e do respeito pelos direitos do Homem e imune a apelos aventureiros ou divisionistas

Vamos juntos voltar os nossos olhos para a resolução dos graves e dramáticos problemas que se acumularam durante séculos de colonialismo e décadas de conflito armado.

A harmonização da vida nacional é imprescindível para podermos ter êxito nos grandiosos desafios que temos pela frente. Teremos de cuidar simultaneamente da reconstrução física do país, dos traumas causados pela guerra e do aprimoramento do funcionamento das instituições democráticas.

São as infra-estruturas de transportes, comunicações e energia que precisam de ser reabilitadas em todos os quadrantes. Cidades, municípios, aldeias e povoações que carecem de recuperação e de modernização. É a produção industrial e agrícola que tem de ser relançada para que possa haver mais empregos, mais riqueza e maior disponibilidade de bens materiais para a população. São as instituições financeiras de crédito que têm de ser melhoradas e conhecer maior expansão. É a saúde, a assistência médica e a criação e melhoramento dos hospitais e postos de saúde que exigem a nossa atenção por forma a combatermos a doença, em particular as endemias. Enfim, é a educação e a formação da nossa juventude que necessitam de ser fortalecidas, para que possamos ter novas gerações preparadas dignamente para enfrentarem os desafios dos novos tempos. É a criação de condições para eleições livres, justas e transparentes que temos que garantir para a normalização do nosso processo democrático.

Mas acima de tudo temos o dever urgente de socorrer com os bens mais elementares os nossos compatriotas que se encontram em situação de carência extrema. São tarefas que me cabem, cabem ao governo e também a cada um dos angola-

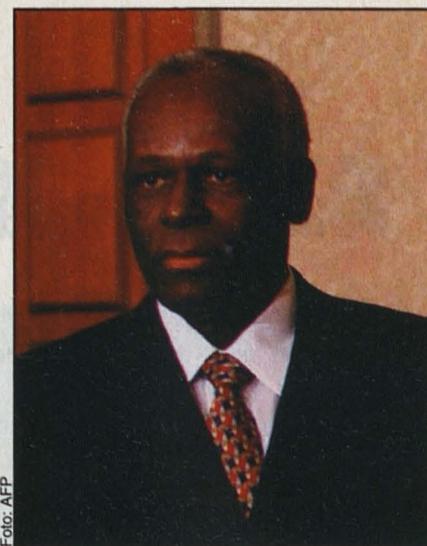


Foto: AFP

“Teremos de cuidar simultaneamente da reconstrução do país, dos traumas causados pela guerra e do aprimoramento do funcionamento das instituições democráticas”

José E. dos Santos

nos, independentemente da sua filiação ou simpatia político-partidária.

O sofrimento dos milhões de deslocados e de milhares de crianças órfãos, entre outras razões, é mais do que suficiente para determinar o grau de urgência que temos em superar desconfianças e contradições do passado, para dirigir o melhor das nossas forças para o atendimento das necessidades nacionais. (...)

Que a via para a paz e reconciliação agora principiada em Angola possa servir de exemplo e encorajar a resolução pacífica de outros conflitos armados que ainda perduram noutras partes de África e do mundo.

Uma homenagem a todos aqueles que sacrificaram e tomaram pela causa da paz.

Viva a paz e a reconciliação nacional! Viva Angola! ■

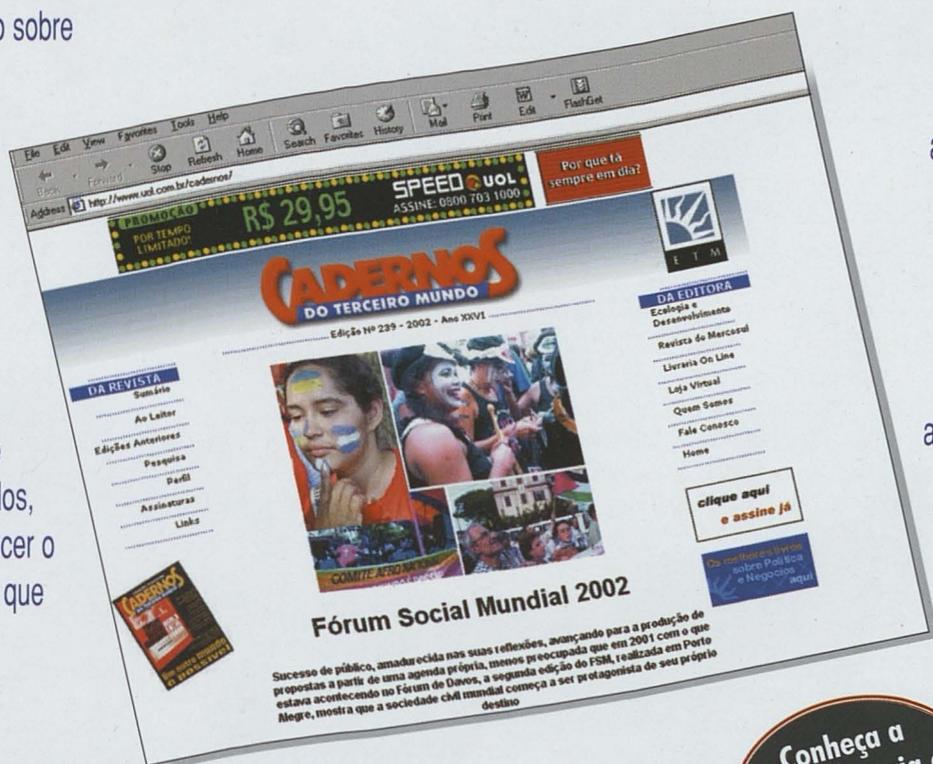
Agora é possível acessar

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

também na UOL

www.uol.com.br/cadernos

O site da revista **Cadernos do Terceiro Mundo** oferece informação sobre questões atuais da problemática mundial deste século e permite assinar a revista via internet, enviar comentários e sugestões, fazer pedidos de livros e ler artigos publicados, assim como conhecer o sumário da edição que está nas bancas.



Junte-se aos milhares de assinantes que prestigiam a nossa publicação e conheça melhor a nossa história

Conheça a
nossa Livraria e
Loja Virtual



Mas a Editora Terceiro Milênio continua com o seu **site institucional**, no qual estão todas as nossas publicações
www.etm.com.br

Tel.: (21) 2221-7511 Fax: (21) 2252-8455
e-mail: etm@etm.com.br

SÃO LUÍS

ENTRE AS 4 CAPITALIS COM MELHOR ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL



São Luís



Porto Alegre



Florianópolis



Vitória

São Luís cuida bem das suas crianças. Esta foi a constatação feita pelo UNICEF, que pesquisou números relacionados aos serviços de saúde, educação e assistência social prestados às crianças em todo o país. Os investimentos da Prefeitura nestas áreas combatem a mortalidade e o trabalho infantil ao mesmo tempo que garantem maior permanência dos alunos em sala de

aula, a criação de mais vagas escolares e ensino de qualidade. Estas ações resultaram num dos melhores índices de desenvolvimento infantil do Brasil. Entre todas as capitais brasileiras, São Luís só fica atrás de Vitória, Florianópolis e Porto Alegre. E olha que nós só estamos engatinhando. Muitos outros avanços e conquistas ainda vêm por aí.



PREFEITURA

Trabalho e Honestidade

S E M E D